# MEMÓRIAS DO BAOBÁ

## RAÍZES E SEMENTES NA LUTA POR EQUIDADE RACIAL NO BRASIL

Organizadores:
Amilcar Araujo Pereira
Julio Cesar Correia de Oliveira
Thayara Cristine Silva de Lima

Cristina Lopes
Luiza Bairros
Andrés Thompson
Tarry Cristina Santos Pereira
Sueli Carneiro
Silvio Humberto
Rosana Fernandes
Antônio Nascimento
Rui Mesquita
Ana Toni
Elias Sampaio
Socorro Guterres
Maria Nazaré
Roseni Sena
Luiz Alberto
Selma Moreira
Helio Santos
Joe Stewart

# MEMÓRIAS DO BAOBÁ

## RAÍZES E SEMENTES NA LUTA POR EQUIDADE RACIAL

Copyright© 2015, Amilcar Araujo Pereira, Julio Cesar Correia de Oliveira e Thayara Cristine Silva de Lima

Ficha Catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

M533

Memórias do Baobá: Raízes e sementes na luta por equidade racial no Brasil / organizado por Amilcar Araujo Pereira, Julio Cesar Correia de Oliveira e Thayara Cristine Silva de Lima. Rio de Janeiro: Kitabu Editora, 2015.
144 p. : il.; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-67445-05-2

1. Baobá. 2. Equidade racial - Brasil. 3. Relações raciais. 4. Movimento social negro. I Pereira, Amilcar Araújo. II Oliveira, Júlio Cesar Correia. III Lima, Thayara Cristiane Silva de.

CDD: 305.8

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra
sem a autorização prévia da Kitabu Editora

**Conselho Editorial Kitabu Editora**
Amarino Queiroz | UFRN
Amaury Garcia Rodriguez | COLMEX
Amilcar Araujo Pereira | UFRJ
Ana Lúcia Silva e Souza | UFBA
Conceição Evaristo | Escritora
Diana Araujo Pereira | UNILA
Edson Cardoso | Jornalista
Luiz Silva (Cuti) | Escritor
Marcio André dos Santos Oliveira | UNILAB
Mônica Lima | UFRJ
Ricardo Silva Ramos de Souza (Riso) | Pesquisador

Coordenação do projeto de pesquisa
Amilcar Araujo Pereira

Coordenação Editorial
Kitabu Editora

Revisão
Ricardo Riso

Capa
Maria Júlia Ferreira
Projeto gráfico
Maria Júlia Ferreira

Editora
Fernanda Felisberto
Heloisa Marcondes

Fotos das entrevistas
Yana Vieira e
João Raphael Ramos dos Santos

Fotos arquivo pessoal
Rui Mesquita, Joe Stewart, Ana Toni
e Andrés Thompson

**Governança**
**Estrutura Estatutária**
Assembleia Geral:
Aparecida Sueli Carneiro
Elizabeth Lima da Silva
Lindivaldo Oliveira Leite Júnior
Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves
Maria do Socorro Guterres
Martha Rosa Figueira Queiroz
Rebeca de Oliveira Duarte
Ronaldo Laurentino de Sales Junior
Silvio Humberto dos Passos Cunha
Tricia Viviane Lima Calmon

**Conselho Deliberativo**
Aparecida Sueli Carneiro
Elizabeth Lima da Silva
Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves
Amalia Eugenia Fischer
Ana Amelia Campos Toni
Denise Kazue Hirao
Hélio de Souza Santos (presidente)
Joelzito Almeida de Araújo
Maurício Fernando Pestana

**Conselho Fiscal**:
Mario Nelson da Costa Carvalho
Rebeca de Oliveira Duarte
Ronaldo Laurentino de Sales Junior

**Diretora Executiva**
Selma Moreira

**Gerente de Programas**
Cristina Lopes

# MEMÓRIAS DO BAOBÁ

## RAÍZES E SEMENTES NA LUTA POR EQUIDADE RACIAL

Organizadores:
Amilcar Araujo Pereira
Julio Cesar Correia de Oliveira
Thayara Cristine Silva de Lima

Apoio
W.K. KELLOGG FOUNDATION
A Partner With Communities Where Children Come First ™

Sumário


| | |
|---|---|
| Prefácio | 5 |
| Introdução | 7 |
| Linha do Tempo | 14 |
| Entrevistados | 17 |
| Capítulo 1 \| Articulações - Raízes do Baobá | 23 |
| A Questão Racial | 34 |
| Articulações com o movimento social negro | 53 |
| Capítulo 2 \| Construções - Do mecanismo ao Baobá | 63 |
| Projetos | 109 |
| Capítulo 3 \| Avaliações e Expectativas<br>Filantropia e a Questão Racial no Brasil | 120 |
| Sementes do Baobá | 131 |

# Prefácio

O Baobá - Fundo para a Equidade Racial é uma iniciativa singular no contexto brasileiro. A Fundação Kellogg, uma fundação privada e filantrópica, resolveu apoiar com recursos a criação de um "mecanismo" para promoção da equidade racial no contexto brasileiro, tarefa por si só instigante e desafiadora, já que envolveu diferentes atores sociais na constituição de um conselho que iria construir e colocar em prática essa ação.

Ensinou-nos Édouard Glissant, escritor martinicano, que os corpos e as memórias eram os únicos bens autorizados aos "migrantes nus", negros e negras, escravizados, trazidos forçosamente para as Américas. Pensar o lugar da memória como campo semântico e epistemológico no caso brasileiro se traduz na importância que as casas religiosas de matrizes africanas, os clubes negros e as entidades do movimento social negro organizado possuem como missão, pois o que é visível é um esforço contínuo de homens e mulheres, comprometidos com as mais diferentes searas da luta antirracista, de recuperar, (re)lembrar diferentes momentos da história da população negra rasurados ou pouco evidenciados na história oficial do país.

Mas também tem sido um esforço garantir a travessia dessas vozes para o papel, criando outro mecanismo de preservação, e nada mais oportuno na Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) que o Baobá - Fundo para a Equidade Racial tenha construído uma parceria exitosa com os pesquisadores Amilcar Araujo Pereira, Julio Cesar Correia de Oliveira e Thayara Cristine Silva de Lima, que entrevistaram diferentes ativistas do país, integrantes do processo de construção deste fundo, além de consultores da Fundação Kellogg, tendo como resultado o livro Memórias do Baobá: Raízes e sementes na luta por equidade racial no Brasil.

A polifonia de vozes que constituem o corpus deste livro tem em comum o compromisso de tornar público o debate sobre racismo no Brasil e na diáspora e a busca incansável pela equidade racial. Homens e mulheres de diferentes regiões e gerações reconstruíram através de seus depoimentos o mosaico que foi a criação do Baobá - Fundo para a Equidade Racial, tudo isto entrecortado de memórias de suas próprias instituições, além de políticas afirmativas e a situação contemporânea da população negra brasileira.

A Kitabu Editora e sua equipe se sentem absolutamente lisonjeadas com o convite de participar de mais esta empreitada, colaborando para registrar materialmente esta iniciativa. Vida longa ao Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

Fernanda Felisberto

Kitabu Editora

# Introdução

BAOBÁ
A árvore símbolo da
sustentabilidade da causa da
equidade racial.
Cultive e regue essa idéia...
(Magno Cruz)

A frase acima foi escrita numa mensagem eletrônica enviada em dezembro de 2009 por Magno Cruz[1] aos outros membros do, então, comitê programático financiado pela Fundação Kellogg para elaborar um "mecanismo" para ajudar a promover a equidade racial no Brasil. Esse mecanismo, que posteriormente ganharia o nome sugerido por Magno, seria o legado que a Fundação Kellogg, norte-americana, deixaria para a sociedade brasileira, após a sua saída do país, influenciada, entre outras coisas, pela grave crise econômica que atingia o mundo, especialmente os Estados Unidos a partir de 2008. Naquele momento esse "mecanismo" ainda não tinha nome nem forma decidida. Havia sim um grande debate no comitê programático para a construção do que viria a ser o Baobá - Fundo para a Equidade Racial. Algo muito interessante chama a atenção nessa história, e é justamente a composição do tal comitê programático responsável pela criação do Baobá: várias lideranças do movimento negro brasileiro, como Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Elias Sampaio e o próprio Magno Cruz, entre outros, em diálogo com funcionários e consultores da Fundação Kellogg.

Pela primeira vez em nosso país uma fundação privada e filantrópica optou por investir uma grande quantidade de recursos para a criação de um "mecanismo" para a promoção da equidade racial, algo que pudesse dar sustentabilidade a uma luta que é histórica na sociedade brasileira. Se pensarmos somente em termos de organização de negros na luta contra a discriminação e em busca de igualdade, podemos remontar, como fez Sueli Carneiro em sua entrevista para este livro, às irmandades negras que acumulavam pecúlio e compravam

[1] *Magno Cruz (1951-2010), uma das grandes referências de liderança negra no Nordeste brasileiro, nasceu em São Luís do Maranhão. Engenheiro formado pela Universidade Estadual do Maranhão em 1976, foi funcionário da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (Caema) desde 1980. Foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) por dois mandatos consecutivos, de 1984 a 1988, e foi também presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ver ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar A. (Orgs.). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.*

alforrias de negros escravizados em várias partes do país, e a outras formas de organização, como os quilombos, ainda no período colonial. Onde houve escravidão nesse país, houve lutas por liberdade e por igualdade. E de várias formas (REIS & GOMES, 1996). Avançando para o pós-abolição, encontramos diversas organizações políticas como a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em São Paulo em 1931, transformada em partido político em 1936,[2] e presente em vários outros estados brasileiros, reunindo dezenas de milhares de associados, chegando inclusive a servir de inspiração para a luta por direitos civis de negros nos Estados Unidos e em vários outros países na década de 1930 (PEREIRA, 2013). Já no período contemporâneo, outro marco histórico na luta contra o racismo no Brasil foi a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir de um ato público realizado no dia 7 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro jovens atletas negros de um clube paulista. Este ato público, que teve grande repercussão nacional e internacional e contou com a participação de lideranças negras de outros estados brasileiros, além de ter sido um ato de protesto, tinha o objetivo de criar as bases para a construção de uma organização que unificasse toda a luta contra o racismo no Brasil. Essa luta vinha sendo levada a cabo até então por diversas organizações negras espalhadas por diferentes estados e criadas principalmente a partir de 1974, em meio ao processo de abertura política do regime militar, que havia sido instaurado no Brasil em 1964. Embora o MNU não tenha conseguido unificar as organizações então existentes na luta contra o racismo, existe até hoje e tem representações em vários estados do país. Sua formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de "movimento negro" como designação genérica para diversas organizações e ações construídas por negros a partir daquele momento.

Há muitos outros exemplos como os citados acima que demonstram como a luta contra o racismo e, nas últimas décadas, por equidade racial no Brasil é histórica e protagonizada pelos movimentos negros de diferentes maneiras ao longo do tempo. Não foi por acaso, portanto, que imbuídos do desejo de contribuir para a

[2] *A FNB foi o segundo partido político negro criado nas Américas, pois em 1909 foi criado em Cuba o Partido Independiente de Color. Em 1937 a FNB foi fechada, juntamente com todas as outras organizações políticas, após o Golpe do Estado Novo que, liderado por Getúlio Vargas, instalou a ditadura no Brasil até o ano de 1945. Somente em 1966, 30 anos depois da FNB, foi criado o Black Panthers Party nos Estados Unidos da América.*

diminuição das desigualdades raciais no Brasil, Andrés Thompson, então diretor do Programa para a América Latina e Caribe da Fundação Kellogg, juntamente com os consultores e com o apoio de membros do Conselho de Diretores da Fundação Kellogg, decidiram convidar lideranças do movimento negro, com muita experiência e reflexões acumuladas sobre a questão racial, a participarem como protagonistas no processo de construção do "mecanismo" para a promoção da equidade racial no Brasil. Mas por que "equidade"? Muito utilizada na área do Direito, a ideia de equidade na busca por justiça social vem sendo muito debatida entre educadores e ativistas sociais de vários países nas últimas décadas, na medida em que ela pressupõe um tratamento diferenciado aos sujeitos em situação de desigualdade, para que seja possível a construção da igualdade na sociedade. A igualdade de tratamento por si só numa sociedade historicamente desigual tende a ser um fator reprodutor de desigualdades existentes.

A ideia de equidade tem sido muito utilizada também nos debates sobre ação afirmativa para negros no Brasil contemporâneo. E mais uma vez, o movimento negro tem sido o protagonista, o ator social responsável pela inclusão das ações afirmativas na pauta de discussões na sociedade brasileira desde meados da década de 1990, com iniciativas como a Marcha Zumbi do Palmares 300 anos, contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, realizada em 1995 em Brasília por cerca de 30 mil militantes negros, e a posterior criação, ainda no mesmo ano, do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) no âmbito do Governo Federal, sob a liderança de Helio Santos, um dos entrevistados para este livro. Outro marco fundamental nesse sentido foi a participação do movimento negro, em especial do movimento de mulheres negras brasileiras, no processo de preparação no Brasil e na participação da delegação oficial de nosso país na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada pela Organização das Nações Unidas em Durban, na África do Sul em 2001. Naquele contexto foram defendidas publicamente a inserção, no documento oficial brasileiro apresentado em Durban, das cotas raciais para a entrada de negros nas universidades brasileiras, e ali tiveram início as primeiras ações afirmativas para negros no âmbito do governo federal (ALBERTI & PEREIRA, 2006). Esse processo de discussão da questão racial em âmbito nacional ganhou impulso a partir de 2003 com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), criada de forma inédita com status de ministério, e com a sanção presidencial à Lei n°

10.639, que alterou dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país.

Mesmo com todas as discussões em torno da temática racial e com os avanços alcançados nos últimos anos, a partir da histórica luta do movimento social negro por equidade racial, dos debates sobre as ações afirmativas e de algumas medidas concretas que vêm sendo produzidas em nossa sociedade, o racismo ainda é um elemento estruturante das desigualdades no Brasil.[3] E infelizmente ainda somos um dos países mais desiguais do mundo. A compreensão desse fato e a necessidade de fortalecer a luta por equidade racial para que essa realidade seja transformada, tornaram possível a articulação de diferentes atores sociais em torno da criação do que viria a ser o Baobá - Fundo para a Equidade Racial. Pessoas com diferentes histórias, que atuavam de diversas formas, em várias instituições, mas que convergiram e somaram esforços para "cultivar e regar essa ideia", iniciando o processo de elaboração e de criação dessa nova organização que serve à causa da promoção da equidade racial no Brasil. O projeto de pesquisa que tornou possível a elaboração deste livro foi iniciado com o objetivo de reconstituir a memória desse processo de criação do Baobá, a partir das falas das pessoas que lideraram ou que participaram de maneira relevante da constituição do primeiro fundo voltado exclusivamente para financiar projetos e organizações que atuam para a promoção da equidade racial no Brasil.

O livro que o leitor tem em mãos, uma espécie de documentário escrito, foi elaborado através da edição e da organização, a partir de temas, de trechos das entrevistas de história oral realizadas com 18 dos principais personagens que se articularam e conduziram o processo de construção do Baobá. As entrevistas tiveram em média 1 hora e 20 minutos de duração, totalizando quase 24 horas de gravação, e todas elas foram realizadas entre 29 de julho e 21 de agosto de 2015, nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e São Luís do Maranhão, respectivamente. As entrevistas com Joe Stewart, Andrés Thompson e Rui Mesquita foram gravadas pela internet, utilizando um programa de vídeo-chamadas, pois os três entrevistados vivem fora do Brasil. Todas as entrevistas se iniciaram com perguntas sobre a história de vida de cada entrevistado, para que pudéssemos conhecer alguns aspectos da trajetória pregressa dos nossos entrevistados, a fim de entendermos

[3] *Ver, entre outros, PAIXÃO e CARVANO, 2008; HENRIQUES, 2001; HASENBALG, 1979.*

um pouco melhor como, ou por quais caminhos, cada um deles chegou até o processo de constituição do Baobá. Após essa parte inicial, direcionamos as perguntas para a participação específica de cada um dos entrevistados no processo de constituição do Baobá. Os trechos selecionados para comporem a narrativa aqui apresentada, em geral, abordam as percepções específicas sobre o processo e algumas subjetividades apresentadas pelos entrevistados, tanto em momentos anteriores quanto ao longo do processo relacionado ao Baobá.

A metodologia da história oral nos ajuda a compreender experiências e histórias que vão além do que está disponível em documentos escritos, assim como nos permite perceber subjetividades presentes nas construções históricas abordadas nas entrevistas. Conforme evidencia Verena Alberti, a "grande riqueza [da história oral] está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre o nosso entendimento do passado" (ALBERTI, 2004, p.194). Dessa maneira, os movimentos e articulações narrados pelos atores envolvidos, juntamente com as suas trajetórias e com as reflexões que fizeram sobre o processo, nos permitiram construir uma memória mais rica, com pontos de vista que se relacionam promovendo possibilidades de entendimento, nem sempre convergentes, acerca dos acontecimentos ao longo do processo de formação do Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

A partir dessa memória construída coletivamente (certamente com lacunas, silêncios e ausências, como em todo trabalho científico baseado em memórias) e por nós organizada na forma deste livro, apresentamos ao leitor a pluralidade de visões e perspectivas que nos ajudam a compreender melhor essa história, que começa bem antes das articulações para a construção do "mecanismo" para promover a equidade racial no Brasil, e que também nos permite avançar e projetar possibilidades futuras na busca de uma sociedade mais democrática e menos desigual, especialmente no que diz respeito à questão racial em nosso país.

Muitos assuntos foram tratados durante as entrevistas, mas ao selecionarmos os trechos para a organização do livro percebemos que três temas amplos se destacavam nas narrativas dos entrevistados. Nesse sentido, dividimos o livro em três capítulos a partir dos seguintes temas: Articulações; Construções e, por fim, Avaliações e Expectativas.

Muitas articulações foram necessárias para levar a cabo o processo de criação do Baobá, desde as articulações anteriores a esse processo, relacionadas às experiências e a própria sensibilização de alguns dos atores sociais aqui representados, sobre a questão racial, passando pelas articulações internas na Fundação Kellogg para viabilizar a ideia, pelas articulações com o movimento negro brasileiro e com outras organizações da sociedade civil, chegando até as experiências individuais dos nossos entrevistados, que mobilizaram esforços e que, por sua vez, trouxeram inquietações necessárias para o desenrolar desse processo de criação do Baobá. Muitas dessas diferentes articulações aparecem no primeiro capítulo do livro. Já o segundo capítulo, Construções, nos apresenta de maneira detalhada os debates e a estruturação em si do mecanismo de promoção da equidade racial, que viria a se chamar Baobá, a partir das narrativas daqueles que estiveram na linha de frente desse processo. Este capítulo traz ainda as estratégias utilizadas para tornar possível a construção do Baobá, a "ambiência" construída em torno da ideia de criação desse fundo, e termina com a apresentação dos primeiros editais de projetos, que estão sendo implementados em 2015. Por fim, o terceiro capítulo nos apresenta as reflexões de alguns entrevistados em relação à questão da filantropia no Brasil, os desafios que o Baobá enfrenta hoje e que ainda precisará enfrentar no futuro, e principalmente reúne algumas avaliações e expectativas daqueles que continuam a apostar na "árvore símbolo da sustentabilidade da causa da equidade racial."

Agradecemos, em primeiro lugar, aos nossos entrevistados que tornaram possível a elaboração deste livro, ao nos receberem e compartilharem conosco suas vivências e seus conhecimentos, sempre com boa vontade e simpatia. Cristina Lopes e Selma Moreira tornaram possível a realização do projeto e viabilizaram, com o apoio de Rui Mesquita Cordeiro, o financiamento da Fundação Kellogg para o projeto, e por isso também agradecemos. Maria Julia Ferreira e Fernanda Felisberto assumiram com maestria a tarefa de dar forma, bela por sinal, e de publicar o livro pela Kitabu Editora, pelo que também agradecemos. Agradecemos ainda o apoio da Fundação Kellogg, representadas aqui por Emma Brecheisen e Donna Bradshaw, que nos ajudaram muito na relação com a Fundação.

Esperamos que esse livro, ao tornar mais conhecida essa memória aqui constituída e apresentada, reflexo de muitas lutas sociais históricas, seja também uma contribuição à luta por equidade racial no Brasil.

Os organizadores, em novembro de 2015

# Referências Bibliográficas


ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004-a.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Orgs.). Histórias do movimento negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. "A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo." Estudos Históricos. v.37, 2006.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão n° 807. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. (Orgs.). Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araujo. "O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Amilcar A.; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, João; GOMES, Flávio. Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

# LINHA DO TEMPO

## Alguns marcos históricos na luta por equidade racial no Brasil

### 1888

Abolição da escravidão no Brasil.

### Final do Séc. XIX e início do Séc. XX

Criação de organizações sociais negras e jornais da chamada "imprensa negra» em várias partes do país.

### 1931

Fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), maior organização política do movimento social negro brasileiro no século XX.

### 1936

Fundação, em Recife, por Solano Trindade, da Frente Negra Pernambucana e do Centro de Cultura Afro-brasileiro, que tinha o objetivo de divulgar os intelectuais e artistas negros.

### 1944

Criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), por Abdias Nascimento e outros militantes negros.

### 1951

A Lei Afonso Arinos, que incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

### 1974 em diante

Com a abertura política, mesmo ainda durante a ditadura civil-militar então vigente, houve a formação de diversas organizações do movimento negro contemporâneo.

### 1978

Fundação do Movimento Negro Unificado (MNU).

### 1983

Formação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987), primeiro órgão ligado ao movimento negro criado no âmbito do poder público.

### 1988

Promulgação da Constituição Federal, chamada de "Constituição Cidadã", incluindo a criminalização do racismo e outras demandas do movimento social negro brasileiro.

## 1995

Realização da Marcha Zumbi do Palmares 300 anos contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida;

Criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) no âmbito do Governo Federal.

## 2001

Realização, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul.

## 2003

Sanção presidencial à Lei n° 10.639, que alterou dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país.

## 2003

Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), com status de ministério.

## 2006

Realização do Encontro entre a Fundação Kellogg e representantes do movimento negro na Bahia; Visita do Conselhor de Diretores (Board) da Fundação Kellogg ao Instituto Steve Biko, em Salvador.

## 2007

Realização de pronunciamento público da Fundação Kellogg nos Estados Unidos, a partir do qual se comprometeu a tornar-se "uma efetiva organização antirracista que promoveria equidade racial".

## 2008

Início da articulação entre a Fundação Kellogg e lideranças do movimento negro para a criação do "mecanismo" para equidade racial no Brasil.

## 2009

Criação do Fórum de Apoiadores em Equidade Racial no Brasil (FAER).

## 2009

Mapeamento das organizações do movimento negro no Nordeste brasileiro, feito pelo CEAFRO- UFBA.

## 2010

Realização do curso de Formação de Lideranças, KWETU, pelo Instituto Cultural Steve Biko.

## 2011

Lançamento do Baobá - Fundo para Equidade Racial.

## 2012

Realização do I Encontro de Formação em Fortalecimento Institucional (CESE, Instituto Steve Biko e Instituto Mídia Étnica).

## 2012

Decisão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, pela constitucionalidade das ações afirmativas para o acesso de negros nas universidades brasileiras; Sanção presidencial à Lei n° 12.711/2012, que garantiu a reserva de 50% das vagas nas universidades federais para alunos oriundos integralmente do ensino médio público, com previsão de cotas para negros e indígenas levando-se em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas em cada estado brasileiro, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 2014

Lançamento do primeiro edital de chamada de projetos do Baobá - Fundo para Equidade Racial, para financiar projetos de organizações negras, com o apoio da Fundação Kellogg e da Fundação Ford.

## 2014

Lançamento do Edital Gestão Escolar para Equidade – Juventude Negra, iniciativa do Baobá – Fundo para Equidade Racial, do Instituto Unibanco e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

# ENTREVISTADOS

Ana Toni é formada em Economia e Estudos Sociais na Swansea University, no Reino Unido, e mestre em Políticas da Economia Mundial pela London School of Economics and Political Sciences. Foi diretora executiva da ActionAid, participando da entrada da organização no Brasil (entre 1998 e 2002), foi diretora da Fundação Ford no Brasil (de 2003 até 2011) e atualmente é diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade, sócia fundadora do GIP – Gestão de Interesse Público e presidente do Conselho do Greenpeace Internacional, além de fazer parte do Conselho Deliberativo do Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

Andrés Thompson nasceu na cidade de Rosário, na Argentina, estudou psicologia na Universidade Nacional de Rosário até os 21 anos de idade, quando se exilou forçadamente, em 1977, por conta da perseguição política na ditadura militar então vigente em seu país. Militante político, após passar pelo Brasil no exílio forçado, buscou refúgio na Holanda, onde fez o mestrado em Estudos de Desenvolvimento no Institute of Social Studies da Erasmus University Rotterdam. Com o fim da ditadura, voltou para a Argentina e foi pesquisador sobre a sociedade civil e as organizações não governamentais e professor na Universidade Nacional de Buenos Aires, no Departamento de História. Entre 1994 e 2010 foi diretor do Programa para a América Latina e Caribe da Fundação Kellogg.

Antônio Nascimento é graduado e mestre em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde 2002 atua como consultor associado da empresa PARTICIPAR – Desenvolvimento e Avaliação Projetos Ltda., onde desenvolve consultorias para diversas organizações no Brasil e no exterior. Atualmente desenvolve projetos da Fundação Bill & Melinda Gates, na África (Guiné Bissau); e para o setor empresarial (Queiroz Galvão Exploração e Produção, Petrobras S.A e Braskem) em políticas de Licenciamento Ambiental e Responsabilidade Social Coorporativa. Foi consultor da Fundação Kellogg entre 2002 e 2010.

Cristina Lopes é formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em História da África e do Negro no Brasil, pela Universidade Cândido Mendes. Ainda durante a graduação trabalhou como voluntária e estagiária no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e estudou durante dois anos na Dillard University, em Nova Orleans, nos Estados Unidos. Ao voltar dos EUA, retornou também ao IBASE, como pesquisadora, onde trabalhou com desenvolvimento comunitário, promoção da cidadania e promoveu uma série de debates que deram origem à cartilha Cotas raciais: por que sim?. Desde 2011 atua como Gerente de Programas do Baobá - Fundo para equidade racial.

Elias Sampaio é economista, formado pela Universidade Católica de Salvador, com mestrado em Economia e doutorado em Administração Pública, ambos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista no tema racismo institucional, é funcionário público e atua como economista do Ministério do Planejamento desde 1995. Entre 2011 e 2014 foi Secretário de Estado da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) do Governo do Estado da Bahia. Participou desde o início das discussões em Salvador sobre a criação do que viria a ser o Baobá - Fundo para a Equidade Racial, integrando o primeiro Comitê Programático da organização, até 2011.

Helio Santos graduou-se em Contabilidade e em Administração de Empresas pela Faculdade Municipal de Ciências Econômicas (FAMCE) de Belo Horizonte (MG), diplomou-se mestre em Finanças e doutor em Administração pela Universidade de São Paulo. Foi um dos fundadores e primeiro presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, o primeiro órgão do poder público criado para tratar especificamente da questão racial, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). Em 1986 foi o único negro a fazer parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais – conhecida como "Comissão Afonso Arinos", em homenagem a seu idealizador e presidente –, criada no âmbito do Ministério da Justiça para elaborar um anteprojeto que subsidiasse o trabalho dos futuros parlamentares na elaboração da Constituição de 1988. No ano de 1995 integrou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), que inseriu na agenda pública do Governo Federal o tema das políticas de ação afirmativa. Foi professor universitário por 40 anos, até se aposentar, e atualmente atua como professor-convidado do Mestrado em Educação da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), além de ser o presidente do Conselho Deliberativo do Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

Joe Stewart nasceu em Maringouin, uma pequena cidade do estado da Louisiana (LA), nos Estados Unidos, e frequentou a Southern University e o A&M College em Baton Rouge, LA, uma universidade historicamente negra, durante a chamada "era das lutas dos negros por direitos civis" nos EUA, formando-se em Alimentação e Nutrição. Foi diretor dos serviços de alimentação nas escolas públicas de Washington D.C. e diretor estadual dos programas de nutrição infantil no Distrito de Columbia. Em 1980 iniciou sua carreira na Kellogg Company como diretor dos programas de nutrição infantil na Divisão de Produtos Alimentícios nos EUA. Foi promovido a diretor de comunicações corporativas e relações públicas em 1981, e em 1985 foi nomeado vice-presidente de assuntos corporativos. Aposentado da Kellogg Company desde 2000, foi cofundador, com seu filho, da Stewart Industries LLC., uma empresa de sub-montagem de automóveis. Em 2001, tornou-se um dos membros do Conselho de Diretores da Fundação Kellogg, tendo sido o presidente do Conselho entre 2007 e 2009.

Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves é sociólogo, formou-se mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França. Foi membro do comitê científico do Observatório Europeu da Violência Escolar – Bordeaux, França (2001 - 2003), professor visitante da Universidade Agostinho Neto (2008), em Angola, e coordenador do Programa Interinstitucional de Mestrado e Doutorado em Educação do Convênio Internacional entre a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Onze de Novembro, de Angola. É professor associado da Faculdade de Educação da UFMG e presidente do Comitê Científico do Centro de Estudos Africanos da mesma universidade, além de ser membro do Conselho Deliberativo do Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

Luiza Bairros é formada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutoranda em Sociologia pela Michigan State University, nos EUA. Luiza foi militante do Movimento Negro Unificado (MNU) desde 1979, organização da qual foi coordenadora nacional entre 1991 e 1993. Trabalhou, entre 2001 a 2003, na coordenação de ações interagenciais e de projetos no processo de preparação e acompanhamento da III Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001 em Durban, na África do Sul, e entre 2005 e 2006 foi coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), ambos no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foi Secretária de Estado da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) do Governo do Estado da Bahia (2008-2010), e durante o primeiro governo da presidenta Dilma Roussef (2011-2014), ocupou o cargo de ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Luiza Bairros esteve presente desde o início nas discussões que resultariam na criação do Baobá - Fundo para a Equidade Racial, tendo inclusive participado de seu Comitê Programático até o ano de 2010.

Maria do Socorro Guterres, nascida em São Luís do Maranhão e formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão, iniciou suas atividades no CCN (Centro de Cultura Negra do Maranhão) no ano de 1989, onde desenvolveu o projeto de educação em comunidades quilombolas e exerceu também a função de Coordenadora Pedagógica de Projetos de Educação. Socorro atuou também como empreendedora social da ONG ASHOKA, como consultora do Ministério da Educação e como gerente de projetos do programa Brasil Quilombola, da SEPPIR, além de ter sido, em 2011, a primeira presidente do Conselho Deliberativo do Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

Maria Nazaré Mota de Lima possui graduação em Letras Vernáculas, mestrado em Educação e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde 1995 é coordenadora da área de Educação do CEAFRO – Educação para a Igualdade Racial e de Gênero, e atualmente trabalha como professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia e como pesquisadora associada da Universidade Estadual de Campinas.

Rosana Fernandes, nascida em Salvador, é formada em História pela Universidade Católica de Salvador e iniciou sua trajetória política no início dos anos 1980, participando de movimentos populares como a Associação Beneficente 8 de Setembro. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores ainda em seu nascedouro, tendo sido liderança do Partido em âmbito regional. Atualmente exerce a função de assessora de projetos e formação da CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço, em Salvador, Bahia.

Roseni Sena é formada em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui mestrado em Epidemiologia também pela UFMG e doutorado em Enfermagem pela Universidade de São Paulo. Professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais, à época da entrevista, ela também atuava como diretora da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Trabalhou como consultora da Fundação Kellogg entre 1988 e 2010, participando de projetos como o Programa de Mudança na Formação dos Profissionais de Saúde (Programa UNE) e do grupo de consultores que auxiliou o comitê programático na construção do Baobá - Fundo para Equidade Racial.

Rui Mesquita Cordeiro, formado em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE), é mestre em Estudos do Desenvolvimento, com concentração em Políticas de Desenvolvimento Alternativo, pelo Institute of Social Studies (ISS), de Haia, na Holanda. Desde 2007 vem atuando profissionalmente junto à Fundação Kellogg, onde atualmente é diretor regional para a América Latina e Caribe.

Selma Moreira, possui MBA Executivo em Gestão e Empreendedorismo Social pela Faculdade de Administração e Negócios (FIA), especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Universidade de São Paulo (USP) e graduação em Administração pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO). Atuou como Gerente de Responsabilidade Social do Instituto Walmart, Gerente de Sustentabilidade da Fundação AlphaVille, Gerente de Projetos da Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP - FGV) e atualmente é Diretora Executiva do Baobá – Fundo para Equidade Racial.

Sílvio Humberto, formado em Economia pela Universidade Católica de Salvador, é mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) desde 1993 e foi um dos fundadores do Instituto Cultural Steve Biko, em 1992. Eleito em 2012, atualmente cumpre seu primeiro mandato como vereador na Câmara de Vereadores da cidade de Salvador, capital da Bahia, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Sílvio Humberto participou desde o início das discussões para a criação do Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

Sueli Carneiro, formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), é doutora em Filosofia da Educação pela mesma universidade e já atuou como Conselheira e Secretária Geral do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo e como Coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Junto com outras mulheres negras, fundou o Geledés Instituto da Mulher Negra em 1988, tornando-se uma das dirigentes dessa instituição. Atualmente exerce as funções de coordenadora executiva, coordenadora da área de Direitos Humanos do Geledés e editora do Portal Geledés. Sueli participou também do processo de constituição, fundação e faz parte da primeira diretoria do Fundo Brasil de Direitos Humanos, assim como tem contribuído desde o início das discussões sobre a criação do Baobá - Fundo para a Equidade Racial.

Tarry Cristina Santos Pereira é pedagoga, coordenadora pedagógica da Prefeitura Municipal de Salvador e diretora pedagógica do Instituto Cultural Steve Biko. Foi diretora Pedagógica do Programa de Desenvolvimento de Lideranças para a Equidade Racial e de Gênero do Nordeste financiado pela Fundação Kellogg em parceria com o Instituto Cultural Steve Biko.

CAPÍTULO 1

# ARTICULAÇÕES
## RAÍZES DO BAOBÁ

Comecei a trabalhar na Kellogg em 1981. Fui contratado para trabalhar na área de comercialização e nutrição. Como o CEO[4] da empresa sabia da minha experiência em Washington DC, ele me convidou para ser parte do seu grupo de relações públicas. Comecei me reportando ao vice-presidente e quatro anos depois me tornei vice-presidente. Entretanto, mesmo antes de me tornar vice-presidente, me foi atribuída a responsabilidade pelos "princípios de Sullivan"[5] .Eu deveria, então, supervisionar as nossas atividades e comportamentos na África do Sul, especificamente no que se relacionava com nossa responsabilidade social e com o tratamento que dávamos aos nossos empregados. Trabalhar na luta contra o apartheid na África do Sul tornou-se uma coisa muito importante para mim, e foi por causa da minha experiência com essa luta que, quando voltei aos EUA, me envolvi com um grupo de 15 pessoas, e nós criamos o National Resource Center for the Healing of Racism [Centro Nacional de Recursos para a Cura do Racismo] em 1999. Criamos o National Resource Center também por causa da experiência que tivemos com um alemão chamado Nathan Rutstein que escreveu os livros Racism: Unraveling the fear [Racismo: desvendando o medo] e Healing Racism in America: A Prescription for the Disease [Curando o racismo na América: uma prescrição para a doença]. Estes foram os livros que nos levaram, aqui em Calhon County, a criar o National Resource Center for the Healing of Racism. Naquele momento nós esperávamos criar uma organização que poderia servir para apoiar todas as outras organizações que estavam engajadas na luta contra o racismo e por equidade racial.

**Então era um tipo de fundo?**

Havia a intenção de ser uma fonte de financiamento, mas acabamos mais como um recurso do que como um

*[4]CEO é a sigla para Chief Executive Officer, muito utilizada nos EUA para designar o principal líder, geralmente presidente, de uma organização ou empresa privada.*

*[5]Desenvolvidos pelo Reverendo Leon Sullivan, um pastor negro norte-americano que fazia parte do Conselho de Diretores da General Motors, os "princípios de Sullivan", introduzidos em 1977 com uma adição em 1984, consistiam em sete requerimentos que seriam demandados a qualquer empresa na África do Sul, como condição para se fazer negócios naquele país. Em geral, os princípios demandavam o tratamento igual aos empregados, sem considerar suas raças, tanto dentro quanto fora de seu local de trabalho. Esses princípios estavam diretamente em conflito com as políticas oficiais de segregação racial e direitos desiguais então vigentes na África do Sul, sob o regime do apartheid. Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/Sullivan_principles, acesso em 23 de setembro de 2015.*

fundo, porque dependíamos de financiamentos de outros lugares antes, para podermos fazer o trabalho de criar uma nova dinâmica nos EUA, em todo esse processo de cura do racismo.[6] Esse trabalho é baseado na crença de que o racismo é uma doença, uma coisa na qual as pessoas nascem. Por exemplo, no Brasil o racismo tem sido uma parte da cultura desde a chegada dos primeiros europeus, desde a escravidão e toda essa história. O racismo nasceu dessa história. É a mesma situação nos Estados Unidos. E a crença aqui é a de que nós podemos jogar todas as pedras que quisermos e quebrar todas as janelas que quisermos, mas isso não vai importar enquanto nós não fizermos as pessoas aceitarem o fato de que o racismo existe, de que isso tem um impacto negativo nas vidas de outros seres humanos. Nós precisamos começar a curar o coração primeiro, antes de ficar explicando às pessoas que estão numa negação tão profunda sobre o racismo.

Há uma negação profunda nos Estados Unidos e ela pode ser ainda mais profunda no Brasil. É difícil, porque aceitar o fato de que o racismo existe é uma experiência dolorosa para os seres humanos, e a maiora das pessoas não quer encarar isso. Então, para fazer progresso na eliminação do racismo temos que começar pela cura no coração; temos que sair da negação e aceitar o fato de que há comportamentos racistas, de que há grandes desvantagens que o racismo impõe sobre certos membros da família humana.

Nós temos nos segmentado através de uma coisa tão estúpida quanto a pigmentação, usamos essas categorias para nivelar pessoas e acabamos criando vantagens e desvantagens. Foi por isso que criamos o National Resource Center: para ajudar as pessoas a pararem de internalizar o racismo e passarem a tratar outras pessoas da forma pela qual todos nós deveríamos ser tratados, como seres humanos com os mesmos dons que nos foram dados pelo nosso criador. Essa era a ideia.

Nós fundamos o National Resource Center no final dos anos 1990. Eu não me tornei diretor da Fundação Kellogg até 2001. Então, tudo isso era parte de mim e de como eu me vejo e que responsabilidades eu sinto que tenho para com outros seres humanos e para com a família humana. Lembro-me de uma das primeiras declarações que eu fiz ao Conselho da Fundação Kellogg, durante a minha apresentação. Eu disse que se pegássemos todo o dinheiro da Fundação Kellogg, da Rockefeller, da Carnegie e das 10 maiores fundações nos EUA, isso seria diminuído por causa das barreiras raciais contra as quais nós tentamos lutar. Enquanto não mudarmos o racismo, eu disse, não conseguiríamos o máximo retorno para os nossos dólares doados. Quando eu fiz essa declaração, a Fundação Kellogg já tinha começado a entender que tinha a responsabilidade de

[6] *O National Resource Center for the Healing of Racism recebeu vários financiamentos da Fundação Kellogg anos após a sua criação.*

promover a equidade racial. Mesmo meu pronunciamento não sendo algo novo naquele ambiente, não havia então nenhum grande programa na Fundação para lidar com o racismo. Então, em 2007 nós publicamente anunciamos que a Fundação Kellogg se tornaria uma organização antirracista[7]. Isso foi logo antes da minha nomeação como presidente do Conselho da Fundação. Tivemos que nos confrontar com o fato de que muitos dos programas que estávamos financiando não estavam levando a resultados reais porque eles estavam esbarrando nessa coisa feia chamada racismo. Precisávamos começar a investir na eliminação do racismo e na conquista da equidade racial. Essa foi a evolução que levou a Fundação Kellogg a se tornar profundamente envolvida no trabalho pela equidade racial. Vários membros do Conselho e o CEO foram visitar o Congresso em Washington e numa recepção em uma das Câmaras do Congresso declaramos que estabeleceríamos um compromisso de US$ 75 milhões para uma iniciativa de equidade racial chamada Curando a América[8]. Essa grande iniciativa buscava construir a cura racial na América e, especificamente, apoiar organizações que já estavam na luta. Nós daríamos a elas mais capacidade e recursos para ajudarem a curar a América.

Ao mesmo tempo estávamos tomando decisões sobre quais seriam nossas estratégias futuras no Brasil e na América Latina, bem como no Sul da África. Isso foi em 2008 e nossos ativos no endowment tinham caído em torno de 25% por causa da queda no mercado de ações. Estávamos no Brasil desde o início da década de 1940, com programas que começaram na área da saúde e educação e depois progressivamente nos envolvemos em programas sobre juventude. Nossos financiamentos eram muito dispersos. Tínhamos projetos no Sul, no Leste e no Oeste do Brasil – mas eles não eram suficientes em nenhum lugar para causar um impacto. Outro ponto era a nossa crença de que todas as pessoas têm a capacidade herdada de provocar mudanças em suas vidas, em suas comunidades e instituições. Com base nisso, começamos a questionar: "Como podemos ajudar o Brasil a se curar do racismo e criar mais equidade racial?" A resposta para essa questão acabou manifestando-se no conceito do Fundo Baobá. Sabíamos que a Fundação Kellogg estava saindo do Brasil, mas queríamos deixar um legado que ajudaria as pessoas no Brasil a se ajudarem.

[7] *De acordo com o documento sobre Equidade Racial, disponível no website da Fundação Kellogg, em 2007 o seu Conselho de Diretores anunciou que a Fundação Kellogg seria "uma efetiva organização antirracista que promoveria equidade racial." Ver: http://www.wkkf.org/resource-directory/resource/legacy-essays/racial-equity, acesso em 15 de setembro de 2015.*

[8] *Em 11 de maio de 2010, a Fundação Kellogg anunciou que devotaria US$ 75 milhões durante os cinco anos seguintes para esforços objetivando o combate ao racismo nos Estados Unidos. O que foi chamado de projeto Curando a América. Ver: http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=126738729, acesso em 15 setembro de 2015.*

Eu fiquei trabalhando em Recife como economista da SUDENE de 1995 até 1999.[9]Não deixei as relações aqui com a Bahia, mas fui para lá sem ter concluído minha dissertação de mestrado. Comecei o mestrado aqui na UFBA em 1992 e fui colega de Sílvio Humberto. Ele estava saindo da Faculdade de Economia e eu estava entrando para fazer o mestrado. Nós nos conhecemos lá e tínhamos um grupo muito bom, inclusive acho que era o maior número de negros na Faculdade de Economia na época. Porque, além de nós dois, tínhamos alguns colegas que hoje inclusive desenvolvem trabalhos interessantes no meio acadêmico e no setor público. Dessas pessoas, quem era mais ligado ao movimento negro stricto sensu, ou seja, orgânico do movimento negro era o Sílvio. Os outros eram, o que eu diria, militantes, mas não organicamente do movimento, inclusive no meu caso. Nunca fui ligado a nenhuma entidade do movimento negro. Hoje até sou, porque sou conselheiro do Olodum, uma vinculação formal é isso. Tenho uma vinculação muito informal com quase todas as organizações do movimento negro. Acho isso uma coisa interessante e boa, pois o movimento negro também tem seus segmentos.

Quando eu volto para Salvador em 1999 a gente converge realmente para muitas coisas, ou seja, a gente pega esse acúmulo na área de economia e na área de políticas públicas e começa a tentar a fazer algumas pontes. A primeira grande ponte que devo citar foi no momento em que eu conheçi e passei a me relacionar com Luiza Bairros. Antes já conhecia o Sílvio, mas passei a conhecer todo esse campo, via as pessoas juntas naquele momento. Essa junção que nós fizemos no Baobá a partir de 2006 tem a ver com essa aproximação que fizemos em 1999. Lembro que a primeira vez que estive com a Luiza foi no Instituto Steve Biko.[10] A gente foi falar alguma coisa, ela era professora da Universidade Católica e eu era aluno do doutorado na UFBA, e foi aí que começamos.

*[9] A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 com o objetivo de promover e coordenar seu desenvolvimento no Nordeste do país. Ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene, acesso em 13 de setembro de 2015.*

*[10] O Instituto Cultural Steve Biko, recebe o nome do grande líder sul-africano Bantu Stephen Biko, principal idealizador do Movimento de Consciência Negra, e foi fundado em Salvador, Bahia, em 31 de julho de 1992, por iniciativa de professores e estudantes negros e negras que, de forma pioneira, criaram o primeiro curso pré-vestibular voltado para negros no Brasil. Ver: http://www.stevebiko.org.br/#!sobre-nos/csgz, acesso em 17 de setembro de 2015.*

Não me pergunte o resto, porque a gente trabalhou tanto...

**A Steve Biko acabou sendo um lugar onde...**

Não diria a Biko, mas sim o Sílvio Humberto. Como ele era um amigo comum, acabou que a gente teve essa proximidade. Eu e Luiza construímos muitas coisas juntos. Era um campo político que nós tínhamos aqui, do qual não faço mais parte. Tinha ela, o deputado Luiz Alberto,[11] e outras pessoas mais ligadas a eles. E nas minhas outras atividades eu conheci um casal – também próximos a Sílvio –, Vitoria e Paul Healey.[12] Ela, negra, baiana, e ele um inglês que trabalhava para o Departamento de Desenvolvimento Internacional da Inglaterra (DFID),[13] isso em 1999. A gente começou a fazer o debate: "Como é que o Brasil é um país tão rico e tal...?" O que acontece com o Brasil no final de 1999, início dos anos 2000? O Brasil começa a ser um player mundial. Você tem o Plano Real, pela primeira vez o Brasil começa, depois de muito tempo, a ter uma estabilidade macroeconômica e principalmente monetária, você tem Fernando Henrique Cardoso mundialmente conhecido como intelectual, é o cara da teoria da dependência, e a economia brasileira começa a funcionar numa perspectiva mais amadurecida. Portanto, o Brasil vira um player mundial. Quando o Brasil vira um player mundial os organismos internacionais se perguntam: "O que que é que eu estou fazendo lá dando dinheiro para o Brasil? O Brasil é um país que está entre as 10 ou 12 maiores economias do mundo e eu estou lá fazendo o quê?" Então o DFID diz: "Não. Nós vamos ter que sair do Brasil. A gente não precisa estar lá dando dinheiro para o Brasil." É o que vai acontecer também com a Fundação Kellogg e com outros organismos depois. Aí, Paul botou a mão na cabeça e disse: "Rapaz, como é que vai ser? Mas o Brasil é e não é, quer dizer, o Brasil..." Tem uma frase do FHC que eu gosto de usar, porque acho que ela é bem feliz: "O Brasil não é um país pobre, o Brasil é um país extremamente desigual." Quando você faz o recorte racial você vê que o Brasil não é só desigual, ele também é um país extremamente pobre, quando você

*[11]Luiz Alberto nasceu em Maragogipe e se mudou para Salvador ainda adolescente. A partir da década de 1970, começou a se envolver em associações de moradores, movimentos populares e sindicatos. Nos anos 1980 participou da fundação da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, e do PT, Partido dos Trabalhadores. Em 1998 tornou-se o primeiro Deputado Federal negro, eleito pela Bahia. Ver: http://www.deputadoluizalberto.com.br/institucional/perfil, acesso em 12 de setembro de 2015.*

*[12]Paul Healey é chefe do grupo profissional para o desenvolvimento social no DFID, no Reino Unido. Ele já liderou a articulação do Reino Unido com o Banco Mundial e trabalhou em diversos países, como o Sudão, a Somália e o Brasil. Ver: https://dfid.blog.gov.uk/author/paulhealey/, acesso em 17 de setembro de 2015.*

*[13]DFID é a sigla para Department for International Development, um órgão do Reino Unido responsável por pensar questões relacionadas ao desenvolvimento em vários países do mundo. Suas principais áreas de atuação são: saúde, educação, desastres naturais, governo e multissetor, tendo como foco no Brasil a erradicação da pobreza e o desenvolvimeto sustentável. Ver: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/11%20Indranil%20Chakrabarti%20Ministerio%20do%20Reino%20Unido%20para%20o%20Desenvolvimento%20Internacional%20DFID.pdf, acesso em 13 de setembro de 2015.*

considera as questões raciais.

Esse foi o mote do debate. Eu parti de um conceito de política pública que eu gosto, que é o seguinte: "Política pública não é decisão. É decisão mais ação do poder público." Porque se você decide, mas não faz, isso não é política. Se você considera decisão e ação, todo o arranjo que tinha nessa área era um arranjo muito frágil, do ponto de vista do que a gente precisava fazer para reverter essa desigualdade. Precisaríamos, então, partir para algo mais concreto. Até à luz do que foi discutido em Durban.[14] Durban foi um marco importante para essas coisas. Qual era a discussão? Não existem políticas públicas de ação afirmativa no Brasil.

Então, nós fizemos muitos debates, um deles de dois dias de discussão lá no CTL (Centro de Treinamento de Líderes) em Itapuã, um negócio super simples, mas super-rico, teve mil e uma pessoas lá, pessoas do movimento histórico, pessoas mais novas, mais ou menos da minha idade. Muitas dessas pessoas que estão hoje por aí pela SEPPIR, pela SEPPROMI aqui da Bahia, pela Palmares, pelos órgãos de discussão das políticas, estavam todas presentes. Nesse debate o foco era mostrar como do ponto de vista político, enquanto política pública, o Brasil não tinha ação afirmativa. Depois que a gente fez essa reunião enorme lá no CTL, tudo bem, foi beleza, as constatações foram ótimas: "Poxa, achamos qual é o nosso problema. Agora, como é que se soluciona esse problema?"; "Temos que fazer um programa no Brasil de combate ao racismo institucional". Porque esse era o foco. O termo racismo institucional foi muito discutido nesse encontro maior.

Esse debate todo que a gente fez foi extremante importante, aquele lá de 1999-2001, depois para a criação da SEPPIR em 2003. Não só a criação, mas também para ter conteúdo para o debate e a implementação. Tanto é que o programa de racismo institucional foi para lá, também foi feito para a SEPPIR. Hoje, se você pegar – opinião minha, pode até ter divergências de algumas pessoas –, tudo que é discutido nos organismos de promoção de igualdade racial do Brasil perpassa por esses debates que a gente foi fazendo. Primeiro porque o que a gente não fez nada mais do que encapsular, do que dar um formato com a linguagem de política pública a tudo que vinha sendo construído pelo movimento negro esse tempo todo. Inclusive com esses atores lá de trás como Helio

[14] *A cidade de Durban, na África do Sul, sediou a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, organizada pela ONU entre os dias 31 de Agosto e 8 de Setembro de 2001. Na Declaração e no Programa de Ação, dos quais o governo brasileiro foi signatário, os representantes de 170 países reunidos em Durban apontaram, entre outras coisas, a necessidade de criação de políticas de ação afirmativa para negros, e outras minorias, como estratégia de combate ao racismo. Ver ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar (orgs.). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.*

Santos, Sueli Carneiro, Amauri Pereira, esse povo todo aí que já vinha falando um monte de coisas. Imagine um lugar cheio de números e as pessoas começando a ajeitar esses números com uma lógica dentro das políticas públicas. Dentro das políticas públicas tinham iniciativas como a Lei Caó, a criação da Palmares, depois a criação da SEPPIR, mas dessa forma que se foi impregnando na administração pública, não tínhamos ainda.

Em 2006 o governador Jacques Wagner ganhou a eleição, o deputado Luiz Alberto virou secretário de Estado da SEPROMI, e eu fui primeiro dirigir a Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (PRODEB), nos dois primeiros anos do governo. Então, nesse meio tempo, mil e uma coisas acontecendo, eu fui procurado por uma pessoa, o Antônio Nascimento, amigo meu, coincidentemente da relação com o Silvio e com o pessoal da Biko, para dizer que quase a mesma coisa que estava acontecendo com o DFID antes, estava agora acontecendo com a Fundação Kellogg. Ele veio para dizer: "E aí como é que vai ser? Porque a Fundação Kellogg vai sair do Brasil, como é que a gente faz?" Antônio, para mim, foi peça fundamental nesse processo. Porque você, na Bahia, para discutir questões raciais, você pode chegar ali na esquina e conseguir várias pessoas que fizeram isso ou aquilo, mas Antônio teve a sacação de pedir ajuda, de dizer o seguinte: "Não quero qualquer pessoa. Eu quero as pessoas que estejam nas 'pontas dos cascos' dessa discussão." Ele mandou um email para mim pedindo ajuda, então eu disse: "Vamos fazer a discussão com fulano, beltrano e tal". Nesse primeiro momento a gente teve Luiza Bairros, o deputado Luiz Alberto, eu..."[15]

Depois disso, o grupo que vocês já conhecem se torna o comitê programático. Esse comitê programático – mesmo eu estando na PRODEB –, se transforma em um grupo que vai começar a pensar isso que se transforma no que hoje se deu o nome de Baobá. Com muitas divergências, muitos debates, debates acalorados, muitas coisas a gente não concorda necessariamente, mas foi muito interessante. E mais do que interessante, foi muito rico.

[15] *Segundo o documento com o registro do evento citado, organizado por Antônio Nascimento e realizado em Salvador em novembro de 2006, os palestrantes convidados foram Elias Sampaio, Luiza Bairros, Alberto Pitta e Tricia Calmon, tendo ainda como convidados especiais: Valter Cruz e o deputado Luiz Alberto.*

No início dos anos 2000 houve um maior envolvimento de agências internacionais, de organizações internacionais, no debate sobre a questão racial. Acho que foi ficando cada vez mais evidente que, para além de todos os esforços que já haviam sido feitos no Brasil no sentido de contribuir com as organizações não governamentais com projetos ligados a questões de diferentes naturezas, havia um déficit enorme na questão racial. Você não tinha um histórico muito forte de financiamento das atividades das organizações negras. Esse fenômeno ONG ainda tinha pouca presença no meio negro no Brasil e, ainda que fosse pouco presente, ou talvez até por isso, eram organizações com acesso limitado a recursos internacionais. Eu acredito que pelo fato de a Fundação Kellogg ter uma representação na Bahia, tenha havido uma facilidade maior para que a movimentação que acontecia aqui no estado em relação à questão racial fosse notada. Isso, embora nem seja tradição o movimento negro da Bahia se constituir em ONG. De todo modo, acho que facilitou chegar até a Kellogg a existência de um setor que não era olhado pelos doadores internacionais em condições de igualdade com os demais. A gente poderia afirmar sem medo de errar, naquele momento, que essas agências não estavam fazendo nada no Brasil, já que não estavam conseguindo atentar para a existência de uma parcela majoritária da população brasileira que não conseguia se inserir com vantagens no processo político, social e econômico do país. Além disso, a conjuntura do início dos anos 2000, pelo impulso que o processo de discussão para a III Conferência Mundial Contra o Racismo deu ao debate racial no Brasil, possibilitou a aproximação da representação da Fundação Kellogg na América Latina com o tema.

## ARTICULAÇÕES
RAÍZES DO BAOBÁ
Sueli Carneiro

Em meados dos anos 2000 havia certo consenso, na própria cooperação internacional, de que o Brasil tinha recursos suficientes para financiar a sua própria sociedade civil. E a criação dos fundos vem também para responder, de alguma maneira, a esse desafio de captar internamente para a sustentabilidade das organizações.[16] E eu acho que o Baobá veio nesse diapasão. Havia esse consenso na época, mas eu acho que a saída da cooperação internacional não chegou a se realizar totalmente. Saíram algumas organizações, mas chegaram outras; algumas que saíram acabaram voltando, de outra maneira. Então, eu acho que houve certo exagero na ideia de que "a cooperação estava abandonando o Brasil", e que na mesma época o Brasil, até 2008, também se tornou muito atraente internacionalmente, antes da crise econômica. O Brasil era muito atraente e acho que algumas organizações lamentaram sair e outras, que não estavam aqui, começaram a entrar. Então, também existiu esse movimento que relativiza um pouco esse consenso que havia naquela época, e muitas organizações que sempre foram estratégicas permaneceram, como por exemplo, a Fundação Ford. Então, tem mais para aprofundar nesse assunto do que aquilo que a gente estava pensando, sei lá, em 2004, 2005. Mas realmente isso impactou, foi importante na definição dessa nova estratégia de construir fundos.

## ARTICULAÇÕES
RAÍZES DO BAOBÁ
Ana Toni

Em 2003 eu virei diretora da Fundação Ford. Fui convidada a aplicar para Fundação Ford, pois já tinha experiência da ActionAid, em tentar trazer a perspectiva racial para o trabalho sobre pobreza. Aí foi muito legal,

[16] *O Fundo Brasil de Direitos Humanos, do qual Sueli Carneiro é conselheira, foi criado em 2006, um pouco antes do início das discussões para a criação do que seria posteriormente o Baobá - Fundo para a Equidade Racial.*

porque na Fundação Ford a questão racial naquele momento era uma questão pilar da instituição, no Brasil também, mas muito mais lá fora, por causa da sua origem norte-americana. Eu tive a oportunidade de aprender muito sobre o tema e o melhor disso, pude financiar muito esta área. O tema das relações raciais virou um tema transversal na Fundação Ford no Brasil. Não importava que portfólio que a pessoa tinha, tinha que ter esse olhar, e foi muito legal. Porque na ActionAid eu não conhecia muito o grande movimento negro, conhecia alguns indivíduos. A Fundação ActionAid era pequena. Quando eu entrei na Fundação Ford tive a capacidade de fazer parcerias com o CEERT[17], com o Geledés[18] e com as universidades. Pude pensar estruturalmente o tema, ajudar a criar o Fundo Baobá... A gente acompanhou toda a discussão no Parlamento, todo o debate sobre ação afirmativa. Foi no momento em que eu estava na Fundação Ford, que a gente pôde apoiar muito o tema da ação afirmativa, a discussão com as universidades, com os acadêmicos sobre equidade. Foi, para mim, uma das coisas que eu mais amei fazer na Fundação Ford. O que eu mais aprendi foi nessa área. Nessa época, foi quando eu me envolvi muito na formação do Baobá. A gente, na Fundação Ford, já trabalhava com o tema das relações raciais havia 30 anos. E é engraçado, porque apesar de conhecer o tema como instituição e ter muita elaboração, vem uma Kellogg que por outras razões, como você deve ter ouvido, trabalhava no Nordeste, não com questões raciais, mas com questões de juventude, e propõe criar um fundo de relações raciais. Engraçado que institucionalmente não era a instituição que tinha vestindo a camisa sobre o tema, o que seria muito mais o perfil da Fundação Ford, foi outra instituição que trabalhava com juventude, que veio com essa ideia. Foi muito bom, porque daí foi uma coisa meio que natural de juntar forças e trabalhar juntos, de pensar juntos. E achei maravilhoso a Kellogg ter puxado isso e ter ido até o final. Por uma coincidência, eles estavam saindo do Brasil e queriam deixar aqui um legado importante e acho que eles deixaram o melhor legado que eles poderiam ter deixado para o Brasil, que é uma instituição como o Baobá, que é inovadora, é necessária e vai lidar com os problemas estruturais da equidade racial. Eu realmente tiro o chapéu para essa ideia que eles tiveram e me sinto privilegiada de poder ter participado desse projeto desde o comecinho.

[17] *Criado em 1990, o CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) é uma organização não governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero. Ver: http://www.ceert.org.br/institucional/, acesso em 11 de setembro de 2015.*

[18] *Geledés - Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil criada em abril de 1988, que desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos diretos de cidadania das populações negras, além de monitorar e reproduzir em seu Portal na internet o debate público que ocorre sobre a questão racial no país e no mundo. Ver: http://www.geledes.org.br/geledes-o-que-fazemos/#gs.4f5e3ec134464c83a5bddf8b5c9de4aa, acesso em 11 de setembro de 2015.*

# A QUESTÃO RACIAL

# A QUESTÃO RACIAL
## Andres Thompson

Para ser honesto eu diria que percebia a questão racial no Brasil, mas dentro da Fundação Kellogg era quase que um tema secundário naquela época. A Fundação tinha uma equipe em São Paulo, que era uma equipe regional, e ela era toda uma equipe branca, e paulista, ou seja, a diversidade era praticamente zero naquela equipe da Fundação, só o office boy era negro. Sempre que surgia uma questão sobre a problemática racial alguém dizia: "a gente não vai entrar nisso", "isso é muito complicado", "aqui não tem essa problemática", todo o discurso da democracia racial.

Quando comecei a trabalhar na Fundação era uma programação que tinha muito o foco nas universidades, particularmente a Universidade de São Paulo era o grande beneficiário de financiamentos da Fundação, e na área de Saúde. Essa questão racial era inexistente na programação da Fundação, eles tinham aquela concepção de que a problemática racial não era uma questão de relevância no Brasil. Quando comecei a trabalhar e a viajar muito pelo Nordeste do Brasil visitando projetos, era muito mais do que evidente como surgia a questão racial. A gente tinha vários investimentos importantes no Maranhão e na Bahia e mesmo que a gente não quisesse trabalhar a questão racial, a questão racial aparecia por todo o canto. Na equipe de consultores que eu contratei para me acompanhar nesse trabalho, queríamos escolher uma pessoa da Bahia para nos ajudar, daí foi que escolhemos o Antônio Nascimento. Antônio já tinha uma trajetória e acompanhava o conselho do Instituto Steve Biko, lá em Salvador, e eu achei que trazer o Antônio poderia contribuir para a gente entender melhor e construir alguma ação nesse campo da desigualdade racial. Efetivamente, Antônio foi uma grande contribuição porque ele começou a ver com outros olhos e a educar a equipe da Kellogg que estava trabalhando na América Latina e no Nordeste do Brasil, particularmente. Ele trazia sempre nas discussões a questão racial. Mesmo que nessa programação de desenvolvimento local e juventude não tivesse nada explícito sobre questão racial, eu achei que Antônio poderia, ao menos, nos ajudar a começar uma conversa sobre isso com a equipe, que era totalmente branca. Antônio era o único negro nesse momento. E ele não passou bem trazendo essa questão racial para o nosso trabalho no Nordeste brasileiro, houve muito esforço, mas ele passou mal para a discussão sair. Isso porque tinha essa reação muito típica: "Antônio, isso não é um problema", "nas juventudes que a gente vê na periferia da cidade tem branco e tem negro também", "é todo mundo igual, não faça questão disso...", e

ele sempre advogando para a gente olhar mais claramente a questão racial.

A gente decidiu organizar uma reunião em Salvador, que foi o Antônio que organizou.[19] Convocamos um grupo formado por lideranças do movimento negro para conversar sobre racismo no Brasil, junto com a equipe da Kellogg. A ideia era que a gente também se educasse. A gente não chamou assim, mas a proposta era já começar a mexer com a questão racial de forma mais aberta. Foram convidados o Sílvio Humberto, a Luiza Bairros, o Elias Sampaio, todos aqueles que depois formaram a parte inicial do Conselho do Baobá. Foi uma coisa muito informal, eles trouxeram informações sobre a questão racial no Brasil, a questão de políticas afirmativas, foi uma reunião informativa.

## A QUESTÃO RACIAL
### Antônio Nascimento

Eu vou perceber a questão racial como uma questão importante a partir do trabalho que comecei a desenvolver no Instituto Cultural Steve Biko, por volta de 2001, 2002. Foi ali que ela se apresentou para mim como uma questão fundamental para entender como as coisas são. Eu sabia que vinha de uma família pobre, sabia das injustiças, mas eu não associava que o meu estado era aquele pelo fato de eu ser negro, mas simplesmente porque era pobre. As raízes disso tudo, toda essa questão da conscientização, eu vou beber informalmente nesses diálogos, nesses debates, nessas construções com Sílvio Humberto e com o Lázaro.[20] A gente começava a debater sobre questões das áreas de conhecimento que a gente tinha que trabalhar: a inserção dos jovens no ensino superior, os jovens negros, a mulher negra, todo esse meu entendimento começou ali. Oxigenado por tudo isso que eu vivia em paralelo, na Fundação Kellogg eu era um elemento questionador dos caminhos da programação.

Eu apresentei esses dois projetos do Instituto Cultural Steve Biko para o Andrés Thompson, o projeto POMPA e o

[19] *O referido encontro foi realizado em novembro de 2006 em Salvador, na Bahia.*

[20] *Lázaro Raimundo dos Passos Cunha é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA-Instituto de Física/UEFS). Diretor de Projetos Especiais e Comunicação do Instituto Cultural Steve Biko, coordenador do programa OGUNTEC, que foi referência para o artigo vencedor do Prêmio Nacional Jovem Cientista em 2008 (categoria graduado). Ver: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4233976D6, acesso em 19 de setembro de 2015.*

projeto OGUNTEC.[21] E numa vinda ao Brasil, eu consegui trazê-lo à Bahia, ele teve uma conversa com o pessoal da Steve Biko e decidiu dar o apoio. Ele tinha uma abertura para fazer coisas para além daquela programação da Fundação Kellogg. Isso é o que chamavam de projetos temáticos, mas tudo o que eu queria era que a questão racial fosse a linha programática da Fundação e não projeto temático. Os nossos projetos da programação recebiam em média 1 a 2 milhões de dólares a cada 2 anos, os nossos projetos temáticos recebiam 200 mil dólares. Então, tudo que eu queria é que fosse programação e não um aspecto temático. Mas o projeto foi tão interessante que em setembro de 2006 o Board da Fundação Kellogg decidiu visitar o Brasil. A presidente do Board era uma conselheira, mas o Joe Stewart já fazia parte, era o único negro dentro do Conselho. Resolveram fazer um roteiro para a Fundação Kellogg, para mostrar os projetos financiados para o Board. Essa equipe de consultores mostrou para o Board tudo o que se fazia na programação, mas eu consegui que eles visitassem um projeto temático e esse projeto temático foi o Instituto Cultural Steve Biko, aqui na Bahia. Dessa visita houve um encanto total por conta da forma como a juventude se manifestava. O pessoal do Board voltou para os EUA um pouco inquieto, porque eles viam coisas com as quais nós acabamos nos acostumando, e que não vemos. Eles ficaram hospedados em um dos melhores hotéis dessa cidade, assim como nos melhores hotéis das outras cidades em que eles passaram. E eles só conseguiam ver negros limpando o chão, servido café e nunca em um posto de trabalho interessante, da mesma forma que viam no quadro da Fundação, e em todos os outros espaços viam pessoas brancas. Eles ficaram tentando entender como é que em um país em que a população é predominantemente negra, o negro está invisibilizado. Eles vieram de um país cuja população de negros é entre 12 e 14%, mas o negro consegue ser visto. Aqui eles não conseguiam ver isso, deviam ligar a TV à noite e não viam negros em lugar nenhum.

[21] *O projeto POMPA (Projeto Mentes e Portas Abertas) é um projeto que visa desenvolver as habilidades de liderança em jovens negros universitários, com o objetivo de inserir esses jovens em carreiras do setor público e terceiro setor, na perspectiva de agregar as demandas da equidade racial e de gênero no âmbito do exercício profissional dos mesmos jovens, seja na proposição de políticas públicas em órgãos governamentais ou na execução de projetos sociais em organizações não governamentais. Já o programa OGUNTEC consiste em um conjunto de ações destinadas ao fomento à Ciência e Tecnologia e tem como público alvo os estudantes afrodescendentes oriundos das escolas públicas estaduais, oportunizando aos mesmos uma educação científica que possibilita a sua melhor interação com os avanços científicos e tecnológicos. Ver http://www.stevebiko.org.br/#!projetos/c21kz, acesso em 20 de setembro de 2015.*

# A QUESTÃO RACIAL
## Sílvio Humberto

Antônio Nascimento é um parceiro. Além da relação de irmandade que nós temos, tem também uma relação de parceria com alguém que foi alcançado pela Biko. Tem o "efeito Biko", alguns estão diretamente ali no Instituto Cultural Steve Biko e tem alguns que vão se aproximando, mesmo que com outra visão, porque se tivéssemos todos a mesma visão nesse enfrentamento com o racismo, estaríamos em outro lugar. O racismo tem essa capacidade, ao ter se transmutado em mito da democracia racial, às vezes você leva um tempo para se reconhecer, você até sente, mas acha que a saída é individual. Quando você acha que a saída é individual, você vai buscar trilhar o seu caminho profissionalmente. As coisas não são excludentes, mas a gente precisa entender, e aí aprendendo nesses diálogos com Luiza Bairros, com Sueli Carneiro, com Helio Santos, cada vez mais se reforça a assertiva de que não tem saídas individuais no enfrentamento ao racismo, as nossas saídas têm que ser coletivas. E a Biko sempre fez isso, a gente sempre pensou de maneira coletiva. E é isso que garante essa caminhada de 23 anos. A caminhada está sedimentada no fazer e agir coletivamente, isso faz uma diferença. E também a generosidade: às vezes você está mais avançado que o outro em termos da consciência e isso lhe permite esperar o outro, convencer o outro. Antônio chegou e foi contagiado pelo "efeito Biko", e é um parceiro que depois, nos lugares que ele buscou ocupar, sobretudo na área de responsabilidade social, ele levou esse entendimento sobre a questão racial, essa visão que vai encontrando as brechas nessas organizações. Isso tem o protagonismo dele também, e assim ele foi o responsável pela primeira aproximação nossa com a Fundação Kellogg.

Dessa forma de aproximação ficou o carinho, a Biko o ganhou politicamente porque ele viu o que a gente estava fazendo e as pessoas que lá estavam. Era uma estratégia de fazer movimento negro, uma forma de fazer movimento negro que não era a de outras organizações. Cada um com o seu papel, a gente tinha um papel claro e específico com educação e de pensar também, a partir dali, ações estratégicas. O Instituto vai se alimentando disso e essa relação com Antônio veio assim, foi algo que foi amadurecendo até criar um ambiente possível para que depois isso viesse a se materializar em coisas. Mas primeiro não foram as coisas, as coisas vieram em consequência dos vínculos que nós estabelecemos. O quanto a Biko contribuiu para ampliar também a consciência negra dele, ao fazer isso você não consegue parar mais... Nas organizações que lidam com esse

enfrentamento ao racismo, quando você toma uma consciência política, aí já foi. Tudo o que você vai fazer, você não consegue fazer uma leitura que não seja dessa forma, embora com suas diferenças. Às vezes você pode ser ex-militante de esquerda, mas não dá para ser ex-negro, "I was a black", não existe isso. Não existe "eu sou ex-negro", "eu sou ex-mulher", não existe. Depois que você cria consciência de gênero, consciência negra, de fato ninguém é mais o mesmo depois disso.

O Antônio fez a ponte. E o fato de ter uma figura como Andrés Thompson na Fundação Kellogg, com a cabeça aberta, alguém com visão de mundo e defensor da luta pela questão social, trabalhando pela redução das desigualdades sociais, isso levou a um encontro de vontades: aprende a Kellogg com a Steve Biko e aprende a Steve Biko com a Kellogg. Antônio soube fazer muito bem esse meio de campo, foi-se criando processos de aproximação para não gerar estranhamento, e foi um processo de convencimento que trouxe a Kellogg. Não caiu do céu, a Kellogg decidir sair do Brasil e deixar a proposta do endowment do Fundo Baobá, isso não caiu do céu. E, sem medo de errar, a Steve Biko tem um papel basilar nisso.

## A QUESTÃO RACIAL
### Joe Stewart

Vou te contar uma coisa agora, algo pessoal: quando o Conselho da Fundação Kellogg visitou o Brasil em 2006, parte do propósito daquela viagem era decidir sobre a questão do legado no Brasil. E mais uma vez, a resposta acabou sendo nosso apoio ao Baobá. Visitamos alguns dos projetos que financiávamos, inclusive o Instituto Steve Biko. Você tem que entender o que aquilo significou para mim: trabalhando na Kellogg, eu tinha passado cerca de 12 anos na luta contra o apartheid na África do Sul. Eu tinha muitos contatos na África do Sul, relacionados aos nossos negócios. Então, eu sabia sobre o Steve Biko, eu conhecia alguns dos líderes de lá. Eu estava envolvido em tudo isso. Quando visitei o Instituto Steve Biko em Salvador (Bahia), eu fui tocado tão profundamente, porque eu pude ver o futuro do país sendo criado no Instituto Steve Biko, através dos jovens que lá estavam. Antes de sair, falei para alguém: "mande US$ 10 mil para eles". Eu fiz um tipo de doação pessoal que eu podia fazer como membro do Conselho da Fundação. Eu queria ajudar o Sílvio Humberto a continuar

aquele trabalho, tenho admirado aquele cara a distância desde então e acredito no Instituto Steve Biko.

E depois do Steve Biko eles nos levaram ali pelo entorno, e eu vi Salvador.[22] Você tem que entender que sou um negro norte-americano que conhecia pouco sobre a história do Brasil, nunca tinha estado em Salvador. Eu tinha estado no Recife, em São Paulo, mas nunca em Salvador. E lá me contaram que mais de 80% da população é negra, e tudo o que eu via eram pessoas negras. Então, a partir desse ponto de vista, por mim e pela minha herança africana, foi tocante e senti que era ainda mais importante que eu pessoalmente influenciasse na decisão da Fundação de fazer da equidade racial uma prioridade para o nosso legado no Brasil. Esse foi só um pouco do que está por trás de como eu comecei a me sentir tão próximo do Brasil, e eu nunca vou esquecer disso.

**Antes de vir ao Brasil em 2006, você ouviu, você leu alguma coisa, sobre relações raciais no Brasil?**

Vou contar sobre uma experiência pessoal: deve ter sido em 2002. Fui a um seminário em Salzburgo, na Áustria, e havia três brasileiros no seminário. O seminário era focado em inclusão e nós fomos divididos em várias seções. Tinham debates que iam desde a questão Israel-Palestina até todo um conjunto de outras questões; havia pessoas da Macedônia, do Irã, dos Estados Unidos, da Nigéria... Se você não estiver familiarizado com Salzburgo, este é um grande caldeirão de ideias e de construção de relacionamentos. Na minha seção, eu e um palestino estávamos ouvindo uma mulher chamada Lynn Huntley, [23]que escreveu muito sobre a verdadeira história do racismo no Brasil. Você não vai acreditar nisso, eu tenho um livro da Lynn guardado no banco de trás do meu carro. Por alguma razão eu deixei lá para mostrar para alguém e está lá há anos. E continuo olhando para ele e dizendo: "por que você está deixando esse livro lá?".

Mas nesse seminário, Adriana Marques,[24] uma jovem negra brasileira, estava na minha seção e havia mais dois

[22] *O Instituto Steve Biko, localizado na Rua do Paço nº 4, fica próximo ao Pelourinho, área turística das mais visitadas na cidade de Salvador.*

[23] *Lynn Huntley (1946-2015), foi socióloga e a primeira mulher negra editora da Columbia Law Review; ela formou-se com louvor pela Escola de Direito da Columbia University, em 1970. Depois de trabalhar por 13 anos na Fundação Ford como diretora de Programa e diretora-adjunto do Programa de Direitos e Justiça Social, ela se juntou à Fundação Southern de Educação em Atlanta, Georgia, para dirigir a Iniciativa Comparativa de Relações Humanas: um estudo da raça, pobreza e desigualdade no Brasil, África do Sul e Estados Unidos. Huntley tornou-se o presidente da Fundação Southern de Educação em 2002. Lynn Huntley organizou, entre outros, com Charles V. Hamilton e outros, o livro Beyond Racism: Race and Equality in Brazil, South Africa and the United States, em 2001. Ver: http://www.thehistorymakers.com/biography/lynn-jones-huntley-41, acesso em 15 de setembro de 2015.*

[24] *Adriana Marques é professora do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e doutoranda na Universidade de Brasília. Possui mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas (2003), possui experiência na área ambiental, de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em meio ambiente e desenvolvimento sustentável, e participou de projetos no Japão, México, Inglaterra e Itália. Ver: Plataforma Lattes, http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4133111E1, acesso em 15 de setembro de 2015.*

brasileiros lá. E enquanto conversávamos, esses homens falavam sobre que ótimo lugar é o Brasil e sobre como lá não há problema racial, e como todas as pessoas são vistas como iguais. Basicamente, é nisso que muitos brasileiros acreditam, e esse é um exemplo de negação do problema racial. E quando saímos pela porta, provavelmente porque eu era um negro norte-americano, ela se aproximou de mim e, com lágrimas escorrendo pelo seu rosto, disse: "Alguém tem que nos ajudar. Como você pode nos ajudar? Isso não é verdade, o que você acabou de escutar não é verdade". Eu tenho que dizer uma coisa: quando alguém com aquela paixão faz um apelo para você, se você tem algum tipo de substância, algum senso de humanidade e alguma crença na família humana, então você se sente compelido a fazer alguma coisa. Eu nunca esqueci dela. Muito do que eu tentei fazer para o Brasil em nome da Fundação Kellogg foi uma resposta a esse apelo dela. Essa experiência e o Instituto Steve Biko são a minha motivação no Brasil. Essa é a minha motivação por trás do Baobá. Não poderia fazer muito sozinho sobre isso, mas o que a Fundação pôde fazer foi ajudar as pessoas a se ajudarem.

## A QUESTÃO RACIAL
### Sílvio Humberto

Quando o Board da Kellogg veio aqui, e eu me lembro que teve um dos conselheiros que fez uma doação para a Steve Biko, o Joe Stewart. Como não tinha nada camuflado, o que nós apresentamos era de fato o que nós éramos. E nós não mudamos a nossa linha, não teve nada de: "faça isso, faça aquilo". Não, dissemos: "nós vamos fazer um projeto dessa natureza". E eles apostaram. Eu lembro que a gente fez uma reunião na nossa sala ali na sede da Biko. Nós fomos apresentar o que nós fazíamos e foi uma coisa muito tranquila porque tinha muita verdade para a troca. O fato de você ter essa verdade, verdade num sentido conforme o que dizia o Biko: "nossos projetos sociais são declarações políticas em prol da nossa comunidade". Isso nós fazíamos, não era política partidária, mas era política, formação política, formação de lideranças. "Juntou a fome com a vontade de comer", juntou o que nós fazíamos com o que eles imaginavam. Foi muito tranquila a conversa com eles. O fato de você falar do Board como algo distante é uma coisa, mas quando as pessoas se conhecem... isso facilitou bastante. Tanto que com o Joe Stewart a gente mantem essa relação, embora a gente não se fale com frequência, mas

ficou. Foi a partir dessa conversa com o que foi alimentado pelas pessoas: Antônio, Andrés, os outros diretores à época e depois veio a ser continuado por quem vai ficar na Kellogg e vai dar suporte ao Baobá.

## A QUESTÃO RACIAL
## Antônio Nascimento

Em novembro de 2006 aconteceu uma coisa fantástica e essa vai ser a origem do Baobá. Eu organizei um encontro em Salvador com as principais lideranças do movimento negro e com a Fundação Kellogg. Convidei Luiza Bairros, Elias Sampaio, Alberto Pitta,[25] Trícia Calmon,[26] que hoje é associada ao Baobá, deputado Luiz Alberto, que na época era um deputado federal do movimento negro. Eu trouxe todos para um debate com a equipe de consultores da Fundação Kellogg sobre a questão do desenvolvimento, esse era o tema que a Fundação estava trabalhando. Isso foi um mês depois da visita do Board da Fundação ao Steve Biko. Já estava tudo programado antes, mas foi uma coisa que criou uma "liga" entre esses eventos. Tem algumas coisas simbólicas que são bem interessantes, por exemplo, o Joe Stewart quando saiu da visita da Biko. Dez dias depois eu recebi uma ligação de Andrés e ele disse: "Antônio, o Joe não quis falar aí para não dizerem que ele está se promovendo. No Board da Fundação cada conselheiro tem um dinheiro para apoiar qualquer projeto e ele quer apoiar do bolso dele, dessa parte dos recursos, um projeto na Steve Biko para que os meninos possam ir para os EUA aprender inglês." Eles visitaram o Brasil todo, todos eles, e nenhum teve essa iniciativa, o Joe Stewart teve essa iniciativa ao ver o projeto da Biko. Ele ficou muito emocionado na época.

Esse encontro em Salvador é um divisor de águas. Primeiro reuni esse grupo, fiz um debate com eles, a gente foi para o evento e Luiza Bairros deu um show, Luiza que foi ministra; Elias Sampaio foi fantástico, toda a equipe.

[25] *Alberto Pitta é artista plástico, designer e arte-educador, fundador do Cortejo Afro. Ver: http://www.cortejoafro.com.br/alberto-pitta/, acesso em 19 de setembro de 2015.*

[26] *Tricia Viviane Lima Calmon possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, atua como professora de Sociologia e presta consultoria para o FUNDEP, além de fazer parte do Conselho do Baobá – Fundo para equidade racial. Ver: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4238570H5, acesso em 19 de setembro de 2015.*

Quando chega ali em 2009, a Fundação anuncia o fechamento da programação dela no Brasil. A programação era para 10 anos e em 2009 ela anuncia a retirada do Brasil. Ela já tinha se retirado da África. A Fundação saiu da zona andina e saiu do sul do México sem deixar nenhum legado, ela simplesmente saiu. O que a gente poderia chamar de legado foram alguns projetos apoiados de forma mais considerável, mas saiu. É aí que, junto com o Andrés, vamos ter a ideia de dizer: "por que a Fundação não deixa um legado no Brasil? Por que esse legado não é, exatamente, um apoio para a questão racial no Brasil?" Eu disse: "Essa é a única ideia, Andrés, que o Board da Fundação vai aceitar deixar como legado, porque eles viram isso aqui na programação". Andrés aprovou a ideia, foi para os EUA vender para o Board essa ideia de um mecanismo para equidade racial com um aporte de US$ 25 milhões da Fundação, condicionado ao matching que era a contrapartida, e 10 milhões para a programação poder captar esses 25 milhões. Isso foi aprovado.

## A QUESTÃO RACIAL
## Luiza Bairros

**Ouvimos alguns relatos sobre um momento específico que teria sido fundamental no sentido de sensibilizar esses consultores e posteriormente o próprio Board da Kellogg. O primeiro evento teria se dado em novembro de 2006 e daí em diante. A sua participação nesse processo específico, como oradora, como palestrante, teria sido fundamental. Como é que você via essa relação com a Kellogg, a partir desses eventos em que você participou como palestrante?**

Eu não quero aparecer aqui como mal-agradecida, rude ou qualquer outra coisa, mas esse trabalho, que seria quase que de convencimento, é muito ruim de fazer. Você faz porque entende que não pode perder as oportunidades, porque tem de fazer com que um número maior de pessoas entenda as complexidades da sociedade brasileira, e que essas complexidades são fundadas por uma negação que historicamente é feita da nossa presença e do nosso papel enquanto negros na sociedade. Esse é um trabalho ruim de fazer... é como se dependesse de você fazer com que o outro entenda de que realidade, de que situação você está falando. Eu não

acredito que eu ou qualquer outra pessoa tenha tido um papel fundamental, pois todo processo "de convencimento" – eu não acho agora uma palavra menos antipática para dizer – depende totalmente do seu interlocutor; se existe no seu interlocutor uma dúvida, se existe uma abertura mínima, você penetra com o seu argumento, caso contrário, não. Tanto é que todos aqueles consultores da Kellogg aqui do Brasil com os quais nós estivemos, falamos, discutimos, na maioria dos casos eu não tenho notícia de que tenham aproveitado de algum modo aquele processo para incorporar ao seu trabalho esse dado, independentemente de estar na Kellogg ou não. A gente teria sido totalmente vitorioso se tivesse conseguido produzir isso, mas você tem em determinados setores da sociedade brasileira uma impossibilidade epistemológica, vamos dizer assim, a qual você não ultrapassa.

Então, o resultado dessa nossa participação é discutível. É certo que nós conseguimos fazer com que o Board da Kellogg entendesse o que nós estávamos dizendo, mas isso é algo compreensível porque o Board da Kellogg vive nos EUA, a sede da Fundação é em Michigan, um lugar que ainda tem Ku Klux Klan ativa.[27] Essas são pessoas que estão abertas a entender como o racismo opera em determinadas sociedades, mas isso não é totalmente verdadeiro para o caso de outros parceiros brasileiros que a Fundação Kellogg tinha e que poderiam naquele momento ter se juntado a nós com suas vozes, com suas experiências, para dizer: "esse é um caminho válido, vamos!" Mas não fizeram isso. A gente tem que tomar cuidado com essas coisas, porque não tem heróis nem heroínas nesse processo, o que você tem são trocas mais ou menos intensas, cujos resultados são dados por uma disposição política, uma disposição ideológica de seus interlocutores em cima da possibilidade que eles tenham de entender, como diria Agostinho Neto,[28] a justeza da sua causa.

[27] *A Ku Klux Klan (KKK) foi fundada no estado do Tennessee em 1865, após a Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos, para impedir, com uso de violência inclusive, a integração social de negros, recém-libertos ou não. Atualmente, KKK é um nome dado a várias organizações racistas nos Estados Unidos que apoiam a supremacia branca e o protestantismo em detrimento de outras raças e religiões. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ku_Klux_Klan, acesso em 24 de setembro de 2015.*

[28] *António Agostinho Neto (1922-1979), poeta, líder revolucionário e médico angolano, formado na Universidade de Coimbra, foi presidente e maior liderança do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta contra o colonialismo português no continente africano. Em 1975 tornou-se o primeiro presidente de Angola independente, até falecer em 1979. Ver: http://www.agostinhoneto.org, acesso em 24 de setembro de 2015.*

# A QUESTÃO RACIAL
## Andrés Thompson

Houve uma mudança na liderança da Fundação em meados dos anos 2000. O novo diretor executivo da Fundação Kellogg era novamente homem branco. Historicamente a Fundação é masculina e branca, mas isso já tinha começado a mudar com essa política de diversidade: mais mulheres, mais latinos, mais negros, e acho que a pressão dos negros dentro da Fundação foi importante naquela época para a seguinte transformação: "Chega de falar de diversidade e vamos falar de racismo, pois se trata disso". Houve um processo interno na Fundação, do qual a América Latina não participou, no qual a nova presidência era mais sensível em relação à questão racial, o diretor tinha a intenção de deixar a sua marca na Fundação. Essa decisão foi liderada por ele e acompanhada pelo Conselho, quando a Fundação se declarou completamente uma organização antirracista e colocou a questão racial como uma de suas prioridades na sua programação daí para frente.[29]

**Então convergiam as iniciativas. Você estava reunindo essas pessoas para discutir a questão racial no Brasil, convocando o Antônio Nascimento para fazer parte do time, e ao mesmo tempo havia uma convergência com as mudanças dentro da Kellogg?**

Nossos movimentos aqui no Brasil eram bastante tímidos nesse momento. A gente estava fazendo alguns movimentos, mas não falando por fora da equipe que a gente queria trazer a questão racial. Coincidiu com aquilo e coincidiu com a primeira viagem do Conselho da Fundação. Eles viajam anualmente, fazem uma viagem todos juntos para visitar alguma região que tem projetos financiados pela Kellogg. O conselho decidiu fazer a viajem do ano de 2006 no Nordeste brasileiro, eu fiquei responsável pela organização de toda essa visita. A gente fez uma programação de 10 dias visitando os projetos: Maranhão, Recife, Ceará e fechamos a visita do Conselho em Salvador. Isso foi estrategicamente pensado, depois deles viajarem e visitarem, ficariam dois dias em Salvador. Nós colocamos a questão racial na pauta das visitas de Salvador. Eles chegaram a Salvador já com os olhos abertos

[29] *Como foi visto no trecho da entrevista de Joe Stewart, em 2007 o Conselho de Diretores da Fundação Kellogg comprometeu-se a ser "efetivamene uma organização antirracista que promove equidade racial." Ver: http://www.wkkf.org/resource-directory/resource/legacy-essays/racial-equity, acesso em 15 de setembro de 2015.*

para a questão racial no Brasil. Já nas primeiras conversas, antes de chegar a Salvador, Joe Stewart e, particularmente, os negros dentro do Conselho começaram a dizer: "como a gente não tem uma programação para a questão racial no Brasil sendo que a maioria da população é negra, coisa que a gente não sabia?" Fizemos várias visitas, visitamos Pangea em Salvador,[30] mas a última visita foi ao Instituto Steve Biko para conhecer o projeto de formação de jovens para o vestibular.

O Conselho da Fundação chegou e ficou muito emocionado de ver todos esses jovens que pela primeira vez na história familiar estavam estudando para ter acesso à universidade, eles tiveram uma conversa muito aberta com todos esses jovens e ficaram muito tocados. Em determinado momento alguns dos membros, particularmente o Joe Stewart, agradeceu publicamente a Antônio por ter trazido a questão racial para essa visita da Fundação e decidiu fazer uma doação pessoal ao Instituto Biko. Não uma doação da Fundação, ele disse: "eu quero doar US$ 10 mil para apoiar esse projeto". Isso causou um choque em todo mundo. A conversa ficou aí e o resultado de tudo isso foi que a gente começou a fazer um trabalho dentro desse marco de desenvolvimento local e juventude financiando algumas organizações negras. Nesse momento começamos, como Fundação, a dar alguns sinais para fora de que essa era uma nova área de importância até para que pudéssemos ter um diálogo maior com as instituições negras, de jovens particularmente.

[30] *Pangea, Centro de Estudos Socioambientais, é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público, de utilidade pública estadual e municipal, que desenvolve ações culturais, sociais, econômicas e ambientais. Ver: http://www.pangea.org.br/, acesso em 15 de setembro de 2015.*

## A QUESTÃO RACIAL
### Tarry Cristina Santos Pereira

Todas as reuniões que nós tivemos com a Kellogg tiveram seus momentos de tranquilidade, na tentativa de assegurar aquilo que nós queríamos, que era trazer essa discussão de raça, porque não se tinha na Kellogg esse lugar de discussão. Quando a Kellogg financiou o programa OGUNTEC[31] e a gente começou a dar o recorte de raça e gênero e a devolutiva para a Kellogg, e foram várias: em 2006, depois tivemos em 2008. Falar de racismo na concepção deles era diferente de falar no racismo brasileiro, baseado no mito da democracia racial, era diferente para aquele grupo que vinha dos EUA com outra mentalidade, achando que aqui era um mar de rosas, que a gente vivia bem: "negros e brancos se tratam muito bem", "no carnaval todo mundo se une". Imagine, naquela época, o Board da Kellogg estar ouvindo ali outra vertente do que era o racismo brasileiro. Além do racismo brasileiro, eles também estavam entendendo que organizações eram aquelas que eles estavam financiando, se era interessante eles financiarem instituições como a Biko, que tinha como prioridade a inserção de estudantes negros e negras na universidade, mas toda a nossa luta era uma luta antirracista. Eles tinham que ver se era mesmo de interesse deles financiarem uma instituição como essa.

## A QUESTÃO RACIAL
### Rui Mesquita Cordeiro

A Fundação Kellogg tem uma moção de anos do nosso conselho deliberativo, do qual o Joe Stewart foi parte, e na época dele, eles aprovaram essa moção de fazer da Kellogg uma organização antirracista. Então, tudo que a Fundação faz tem um viés de antirracismo. A missão da Fundação hoje, por exemplo, é uma missão de apoiar crianças em situações de vulnerabilidade, suas famílias e seu entorno a darem um salto na vida. E a definição de

[31] *OGUNTEC é um programa que consiste em um conjunto de ações destinadas ao fomento à Ciência e Tecnologia, desenvolvidas pelo Instituto Cultural Steve Biko, e que tem como público alvo os estudantes negros oriundos das escolas públicas estaduais. Ver: http://www.stevebiko.org.br/#!projetos/c21kz, acesso em 2 de outubro de 2015.*

vulnerabilidade com a qual a gente trabalha tem a ver com os problemas de racismo, como o racismo sendo uma das principais vulnerabilidades encontradas pela infância no mundo, o que gera um contínuo, da infância até a vida adulta, de falta de oportunidades, de falta de crescimento pessoal, de falta de justiça e acesso à educação, a bens, a direitos, à saúde, à política... então, a Kellogg trata do tema a partir da definição de vulnerabilidade e trata do tema a partir da lógica da infância, começando desde a infância, a partir disso desenvolve um olhar intergeracional que abrange família e a comunidade ao entorno.

Na primeira oportunidade depois da moção, em que houve uma sucessão presidencial na Fundação, o conselho da Fundação contratou a primeira mulher negra para ser presidente da Fundação Kellogg, La June Montgomery Tabron,[32] que, aliás, é a atual presidente. O conselho vem, desde os anos 1960, 70, mudando a cara da Fundação. A primeira mudança de cara foi o próprio conselho, hoje o conselho da Fundação Kellogg é provavelmente o conselho mais diverso, em termos raciais, dos Estados Unidos, seguramente entre as principais fundações do país. Um terço apenas do conselho é branco e dois terços é negro, latino e asiático. E já vinha essa tendência, mas que não tinha conseguido gerar uma presidência diferente. E agora, tem um ano e meio, eles mudaram isso, foi um fato histórico também para a Fundação: a primeira mulher e a primeira negra presidindo a Fundação Kellogg, o que está sendo uma revolução em si mesmo. É uma coisa muito boa de presenciar e de ser testemunha do que acontece não só internamente, mas do que acontece quando a gente leva a La June para qualquer comunidade que a gente apoia. Muda a dinâmica, é radicalmente diferente a dinâmica, tanto do ponto de vista, como eles falam muito nos Estados Unidos, "walk the talk", ou seja, "seguir o discurso", não só no campo do racismo mas também no campo do sexismo e do machismo. A gente trabalha muito em nível comunitário e o nível de machismo nessas comunidades tende a ser alto geralmente, e chegar uma mulher negra como presidente da Fundação, muda a dinâmica, ela não precisa nem falar, basta o fato do reconhecimento de quem é ela para que as dinâmicas mudem automaticamente, o que é incrível de se testemunhar.

[32] *La June Montgomery Tabron, nascida em Detroit, Michigan, é formada em Administração pela University of Michigan e mestre pela Kellogg Graduate School of Management da Northwestern University, em Chicago. Contratada pela Fundação Kellogg ainda em 1987, ocupou diferentes postos na instituição e, em outubro de 2013, Tabron foi nomeada presidente e CEO da Fundação Kellogg, tornando-se a primeira mulher e a primeira pessoa negra a presidir a Fundação Kellogg. Ver: http://www.thehistorymakers.com/biography/la-june-montgomery-tabron, acesso em 5 de outubro de 2015.*

# A QUESTÃO RACIAL
## Roseni Sena

A partir de estudos demográficos, epidemiológicos, de dados sociológicos, a gente sabe que a situação do Nordeste do Brasil difere muito das outras regiões. Até mesmo do Norte, porque o Norte tem uma menor densidade populacional, tem mais espaço, tem a questão da floresta, que é uma questão muito importante, tem a questão indígena que é muito importante, mas a questão da pobreza no Nordeste é uma situação de muita desigualdade. Então, em 2005 a Kellogg criou o programa de combate à pobreza no Nordeste do Brasil e um grupo de apoio de consultores, profissionais com muita experiência, em área social, em economia, em sociologia, em antropologia e ele transcorreu em mais de 5 estados, em diferentes projetos. Uma das avaliações que fazíamos é que a pobreza no Nordeste tem cor, e a cor não tem invisibilidade. É uma visibilidade absoluta, as pessoas são pobres e negras. No decorrer deste projeto o Board da Fundação Kellogg, o conselho superior, veio fazer uma visita a esse programa e realmente viu que a questão do combate ao racismo seria fundamental e prioritário.

Nessa visita e após a mesma o Board realizou uma reflexão profunda e avaliaram que não adiantava ficar fazendo vários projetos e que tinham que ter uma iniciativa para o combate ao racismo. A partir dessa avaliação a Kellogg começou a fazer uma consulta muito ampla com o movimento negro no Brasil, com lideranças do movimento, coordenadores de projetos, de organizações do movimento em diferentes estados e focos de atuação, professores e pesquisadores da academia e intelectuais. Nessa consulta tinha pessoas de grupos como o Instituto Cultural Steve Biko, por exemplo, que era um projeto apoiado naquele momento pela Kellogg, também o CEAFRO, o Geledés e tinham pessoas que eram da academia, professores de diferentes áreas do conhecimento, vinculados ao movimento negro como o Helio Santos, que hoje é o presidente do Baobá. A Kellogg passou a consultar essas pessoas sobre como poderia ser pensado uma maneira de apoio, de uma iniciativa de combate ao racismo. Essa foi uma definição política da Fundação Kellogg, ela não foi uma definição técnica. Todas as iniciativas da Kellogg sempre foram muito discutidas e muito pensadas, mas eu acho que essa teve uma situação muito importante, que foi trazer para o cenário da formulação da iniciativa as lideranças do movimento negro. A Kellogg queria realmente atuar de forma mais incisiva na questão do combate ao racismo, ela já tinha essa prioridade e definiu como apoiá-la no Brasil. Ela não sabia como fazer, e isso é o que é importante, porque o "como" fazer foi construído com o movimento negro.

É esse grupo, com o que a gente poderia chamar de consulta intensiva e profunda, com a liderança do movimento negro foi com quem a Kellogg constituiu o que viria a ser o Baobá. Foi uma estratégia muito importante. Eu acho que dificilmente alguma outra organização no mundo da filantropia, de apoio financeiro, tenha feito esse movimento tão intenso e representativo. Não é só o nome que muda, muda uma prática, e a mudança dessa prática da Fundação foi essencial. Porque ela não fez um programa para o movimento negro, ela chamou o movimento e disse: "Como que podemos fazer? O que é isso? O que é o racismo no Brasil?" E foram pessoas estudiosas e militantes do dia a dia que responderam. Foram muitas reuniões, muitos seminários, muitas discussões. O que é o racismo e como que ele pode ser combatido? E a gente já sabia que não era com publicidade, não era com boas intenções, a primeira coisa era dar voz aos negros, dando possibilidade de que os negros realmente estudem, tenham ascensão na vida social, cultural, econômica e comunitária. E para isso precisava de um apoio intensivo. Essa foi a grande mudança.

## A QUESTÃO RACIAL
## Andrés Thompson

A Fundação Kellogg sempre partia com umas ideias muito básicas de áreas em que queria intervir, mas sempre partia para o campo para construir as ideias junto com potenciais parceiros e donatários da Fundação. A gente aplicou um pouco essa metodologia nessa construção, só que era um campo totalmente novo para mim, não para o Antônio. Eu estudei muito nessa época, lembro que peguei tudo o que tinha... os 20 livros mais importantes sobre a questão racial no Brasil e devorei, fui ao Rio de Janeiro conversar com Abdias Nascimento,[33] travei conversas

[33] *Abdias do Nascimento (1914-2011) fundou o Teatro Experimental do Negro em 1944. Participou também como organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Em 1968 exilou-se nos Estados Unidos em decorrência do endurecimento do governo militar, no poder desde abril de 1964, e foi professor em diversas universidades norte-americanas. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, e criou, em 1981, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. No exílio, tornou-se amigo de Leonel Brizola, com quem fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em maio de 1980. Fundou a Secretaria do Movimento Negro do PDT e foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 e senador pelo mesmo estado de 1991 a 1992 e de 1997 a 1999. Durante o segundo governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro (1991-1995), ocupou a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Sedepron), posteriormente denominada Seafro, e, durante o governo de Anthony Garotinho (1999-2003), foi secretário de Direitos Humanos e da Cidadania do Rio de Janeiro. Ver: http://www.abdias.com.br/, acesso em 15 de setembro de 2015.*

com a Sueli Carneiro para pensar como isso podia ser construído. Eu tinha tudo contra mim para realizar esse trabalho, era argentino, branco, sobrenome Thompson, gringo, olhos azuis, trabalhando para uma instituição norte-americana. Eu não tinha nada a favor para vir a falar de racismo no Brasil, mas eu estava a fim de tentar fazer isso. Eu já tinha decidido pessoalmente e politicamente apostar nisso e fui para a frente. Primeiro foi bem difícil conseguir legitimidade para a ideia, acho que uma peça-chave foi o papel do Antônio para isso. Antônio ajudou a convidar os primeiros membros do Conselho que formaria o Baobá, foi uma liderança interna, eu deleguei muito minhas responsabilidades para o Antônio nesse momento, sobretudo no que era relacionado ao movimento.

A gente começou a construir essa ideia junto com esse núcleo de lideranças negras e fizemos a petição formal para a Fundação. Entramos com um processo interno na Fundação para que o conselho aprovasse essa decisão de investir, no começo eram US$ 50 milhões, para deixar um legado no Brasil que fosse no campo da questão racial. Nesse momento a gente nem falava de um fundo, falava-se de um "mecanismo", mas não se sabia se era um fundo, se era uma universidade, um centro de pesquisa... A gente falava num mecanismo para lidar com a questão racial no Brasil. Com um investimento grande da Fundação, esse mecanismo deveria ter como foco o fortalecimento do movimento negro no Brasil. Tinha que ser uma construção feita pelos brasileiros e não feita antecipadamente pela Fundação. A gente tinha a ideia do fundo, mas não estava explícita essa questão. Foi um processo muito complicado, porque a gente estava falando de muito dinheiro, mas finalmente aceitaram. A gente foi lá e levou um grupo: Elias Sampaio e Luiza Bairros. Era nesse momento que a Fundação ia aprovar ou não essa decisão. Foi a Luiza que falou com o Conselho da Kellogg, ela não era ainda a ministra da SEPPIR,[34] mas já falou como se fosse uma ministra, todo o Conselho da Fundação ficou caladíssimo na sala. Quando ela terminou sua fala todos ficaram de pé batendo palmas para ela. Pensei: "bom, conseguimos. Vamos voltar e vamos continuar o trabalho". Esse foi o processo de como se chegou a essa ideia da construção do fundo.

[34] *Criada pela Medida Provisória n° 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória ao Massacre de Shaperville. Ver: http://www.portaldaigualdade.gov.br/sobre-a-seppir/o-ministerio, acesso em 14 de setembro de 2015.*

**Pelo que você está contando, parece que em vários aspectos a atuação do movimento negro e o discurso produzido pelo movimento negro, seja lá na formação dos jovens no Instituto Steve Biko, com o Conselho da Kellogg visitando a Bahia, seja com a Luiza Bairros e com o Elias Sampaio nessa atuação lá nos EUA discutindo com o Conselho, a própria construção da possibilidade do Baobá veio muito em função da ação dessas pessoas do movimento negro. É isso mesmo?**

É isso. A gente sempre teve muito claro isso, que não era eu que ia convencer a Fundação a fazer esse investimento, tinha de ter uma forte pressão brasileira, e uma pressão assim só poderia vir daqueles que tinham uma posição de destaque no movimento negro, que colocassem o aspecto político da questão racial no Brasil e que lutassem por isso e explicassem. Eles toparam essa ideia e apostaram nessa ideia também.

# ARTICULAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

A Fundação, depois da visita ao Brasil, decidiu que ia começar a fechar seu programa na América Latina. O Brasil é um país com muitos recursos e não fazia sentido a Fundação financiar projetos no Nordeste sendo que tinha a Odebrecht, os Camargo Corrêa com grandes fortunas no Brasil. Eles falaram: "por que não são eles que financiam isso? Por que a gente que vem de tão longe tem que financiar?" Então, junto com a aposentadoria de vários funcionários tomaram a decisão de começar uma retirada paulatina da América Latina. Eu fui o único que ficou para começar a fechar os projetos que ainda estavam na ativa, com financiamento. Naquela época isso foi uma frustração enorme, a gente saiu da visita com um entusiasmo enorme com as possibilidades que se abriam, mas em pouco tempo disseram: "fecha tudo!" Eles me disseram: "você pode ficar até 2010."

Assim, eu comecei a falar de deixar um legado no Brasil. Eu disse: "vocês já decidiram e a decisão é do Conselho, não vou discutir com a decisão do Conselho e não tenho poder para mudar essas decisões. Mas já que vocês vão sair, saiam de um jeito responsável, deixando um legado no Brasil." Eles me perguntaram: "e o que seria isso?". Começamos então a elaborar a ideia da criação de um fundo, a gente já tinha financiado no Brasil o Fundo ELAS de mulheres,[35] que está no Rio e já tinha apoiado e financiado o Fundo Brasil de Direitos Humanos,[36] essas tinham sido doações grandes que estavam sob minha responsabilidade. Começamos a pensar: "por que não criar um fundo com esse perfil, mas que fosse um fundo de luta contra o racismo?" Conversei isso com algumas pessoas do Conselho, aqueles que tinham mostrado maior sensibilidade na visita ao Brasil e que tinham mostrado maior vontade de fazer algo relacionado à questão racial. Tive essas conversas informais com os membros do Conselho e eles me orientaram a continuar e fazer uma proposta. Foi aí que começamos a trabalhar junto com o Antônio novamente e a pensar: "o que seria essa ideia?". Partimos de alguns princípios de que isso deveria ser uma construção feita junto com as lideranças do movimento negro

[35] *O ELAS, criado em 2000, é um fundo de investimento social brasileiro voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo de meninas, jovens e mulheres. Ver: http://www.fundosocialelas.org/institucional.asp, acesso em 15 de setembro de 2015.*

[36] *O Fundo Brasil de Direitos Humanos iniciou suas atividades em 2006 como uma fundação de direito privado brasileira, sem fins lucrativos, que visava contribuir para a promoção dos direitos humanos no Brasil. Ver: http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/page/view/quem-somos, acesso em 15 de setembro de 2015.*

brasileiro, que não era uma criação da Fundação, que deveria ser liderado pelo movimento negro, que deveria ser decidido pelo movimento negro.

## ARTICULAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO
## Antônio Nascimento

Em 2008 há um processo de identificação e convocação de pessoas para compor o mecanismo, um comitê programático. A nossa proposta metodológica era a construção de um comitê e a realização de um mapeamento do campo para entender como o movimento negro e a questão racial no Brasil se processava. Esse mapeamento foi feito pelo CEAFRO. E com base nessas informações esse comitê programático formularia um projeto político institucional que daria origem a esse locus de ação no campo racial. Pensou-se em um formato jurídico de fundação, pensando no patrimônio, que era esse recurso da Kellogg. Você teria um grupo que pensaria as ações, que seria esse comitê programático, e um grupo de financistas, que aplicaria o dinheiro. Na época de institucionalizar essa política foi quando, em 2010, Andrés saiu da Fundação e eu saí também.

**Como se deu a aproximação com movimento negro para a constituição do comitê e da própria discussão? É você quem traz o movimento negro?**

Eu fui o "irresponsável" por isso. A identificação das pessoas do movimento negro que foram trazidas para esse debate partiu das discussões entre eu, Andrés, Rui, Keu, Carolina, Trícia e Roseni, éramos o grupo de trabalho da Fundação Kellogg naquele momento. Os nomes foram todos escolhidos, depois esse mesmo grupo convidado teve autonomia de ampliá-lo. A vinda de Luiz Alberto, Magno Cruz e Rebeca,[37] de Pernambuco, já não foram mais

[37] *Rebeca Oliveira Duarte é graduada em Direito e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora Assistente do Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Ver: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4713839A6, acesso em 19 de setembro de 2015.*

definições nossas, foram definições de Luiza Bairros, Maria de Lourdes Siqueira, de Elias Sampaio e de Sueli Carneiro.

**Como foi a discussão para chegar a esses nomes?**

Na reunião de novembro de 2006 as pessoas já tinham se encantado com a Luiza, já havia um encantamento por ela. Sueli, pela trajetória, foi um nome de consenso, apresentamos o nome dela e todos aceitaram. Elias estava presidente da PRODEB, que é uma empresa pública aqui da Bahia, depois foi para a SEPROMI, e Luiza era secretária da SEPROMI.

## ARTICULAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO
## Luiza Bairros

A minha aproximação com a Kellogg foi se dando aos poucos, como toda relação que se dá entre uma representação de movimento social e uma instituição. Isso foi acontecendo em sucessivos encontros, debatendo, discutindo, se conhecendo um pouco mais. A Kellogg queria estabelecer essa discussão no seu interior e era preciso fazer isso, em primeiro lugar, através dos seus consultores brasileiros, que eram pessoas muito respeitadas em suas respectivas áreas de atuação, mas que, a exceção de Antônio Nascimento, aqui na Bahia, eram todos brancos, do Sul do país e sem nenhum tipo de preocupação com a questão racial. As pessoas do movimento negro convidadas pela Fundação Kellogg para uma reunião com os consultores, naquele momento, tinham um pouco o papel de apresentar o seguinte: "a maioria da população brasileira vive assim, assim e assim, e determinadas condições em que essa população vive são diretamente causadas pelo fato de que no Brasil existe racismo e o racismo provoca efeitos não apenas simbólicos, mas efeitos materiais, concretos na vida das pessoas. Isso tem que ser visto porque se você não consegue incluir no desenvolvimento mais da metade da população, você não está desenvolvendo nada". Aquele período foi para isso, para apresentar para essas pessoas o que seria uma leitura de movimento negro sobre a sociedade brasileira. O que, diga-se de passagem, não era uma leitura parcial, era uma leitura construída a partir de uma determinada trajetória, e, acredito, com a capacidade de dar conta daquilo que a gente chama de "áreas mais duras" da desigualdade no Brasil.

# ARTICULAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

## Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves

Eu não tinha contato nenhum com a Fundação Kellogg. Quem fez o contato comigo, para que eu fizesse parte do Baobá, foram os militantes que eu conheci durante muito tempo. Entre eles a Luiza Bairros, a Sueli Carneiro e alguns outros. Fui indicado por essa militância que conhecia há anos, a Luiza, por exemplo, eu conhecia do MNU.[38] Também teve uma coisa, antes do Baobá eu passei pelo programa de bolsas da Fundação Ford.[39] Na época, o Nigel Brooke,[40] que era o representante da Fundação Ford no Brasil, chamou a mim e ao Marco Aurélio Rocha para que a gente fizesse uma proposta de bolsas para pós-graduações internacionais para alunos negros. Então, elaboramos esse projeto. Nesse período, a Fundação Ford me autorizou a ir para conversar com as militâncias negras. Foi nesse percurso que eu reencontrei esse pessoal. Fui ao Maranhão, à Bahia, fui para o Sul para conversar sobre como esse projeto ia acontecer, porque era o primeiro projeto que a Fundação Ford queria fazer naquela época, e a ideia era que a gente pensasse programas de ações afirmativas para negros na pós-graduação.

Quando você me pergunta como é que eu chego à Fundação Kellogg, há todas essas histórias antes. São essas militâncias que eu procurei quando tive de construir esse projeto para a Fundação Ford.

Eu não participei do início da mobilização para o Baobá. Quando eu cheguei, a Kellogg e os militantes que já estavam lá, como a Sueli Carneiro, já tinham feito esse percurso de conversar com as militâncias, sobretudo no

[38] *O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em São Paulo em 1978, como uma organização que objetivava unificar as organizações e ações na luta contra o racismo no Brasil. Embora tenha sido fundamental para a constituição do que conhecemos atualmente como "movimento negro contemporâneo", ainda no período da ditadura civil-militar (1964-1985), o MNU nunca atingiu o objetivo de unificar as organizações do movimento negro brasileiro, tornando-se uma entre muitas outras organizações desse movimento social. Ver PEREIRA, Amilcar A. "O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.*

[39] *A Fundação Ford foi fundada em Detroit, nos EUA, no ano de 1936 e atua no Brasil desde 1962, tendo como principais eixos de ação o fortalecimento dos valores democráticos, a cooperação internacional e a erradicação da pobreza e da injustiça. Ver: http://www.fordfoundation.org/regions/brazil/history/pt-br, acesso em 21 de setembro de 2015.*

[40] *Nigel Brooke, formado em Psicologia Experimental pela University of Reading, no Reino Unido, e doutor em Estudos do Desenvolvimento pelo Institute of Development Studies, foi consultor e depois representante da Fundação Ford no Brasil, entre 1994 e 2003. Atualmente é professor convidado da Faculdade de Educação da UFMG. Ver: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787297P2, acesso em 22 de setembro de 2015.*

Nordeste brasileiro. Esse foi um salto extremamente importante, que foi a gente voltar a ter um olhar para o Nordeste.

**E quando é exatamente que vem o convite para você participar da iniciativa do Baobá?**

Eu não tenho a data na minha cabeça. Eu era do comitê programático. Nós tínhamos que fazer a proposta do Baobá. Eles queriam que a gente construísse o Baobá, dissesse qual seria sua dimensão, quais eram as direções, onde ele se instalaria e quem participaria. Nós íamos cuidar de todo o panorama dessa nova organização.

A Kellogg assumiu esse recorte na questão racial, no sentido de fortalecer esse setor no Brasil. Foi por isso também que eu aceitei ir. Quando eles me contaram, eu tive um tempo e passei uns dois dias na Bahia, onde foi o encontro. E lá estavam os representantes da Kellogg, toda a militância que eu conheço, Sueli, todas essas pessoas estavam lá, e eles foram me contando o que é que eles estavam querendo. Então, entendi que aquela era a primeira vez que nós estávamos fazendo, enquanto negros no Brasil, algo nesse sentido. Eu acreditei nisso e disse: "Vamos até o fim nessa empreitada".

## ARTICULAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO

## Maria do Socorro Guterres

Nós pensávamos: "Bom, nós vamos receber apoio de uma organização internacional, em que medida teremos autonomia? Qual será o nosso nível de autonomia, para que a gente defina as coisas a partir da nossa realidade, a partir da realidade das organizações?" Então existiam todas essas dúvidas, que não eram temores, mas eram dúvidas e que, aos poucos, foram sendo sanadas à medida que a Fundação Kellogg foi nos deixando à vontade de fato, para que nós definíssemos as questões: o que era o objetivo da organização? Qual era o foco? Qual era o público? A relação de confiança foi se estabelecendo. Era normal que tivéssemos dúvidas. Mas na medida em que nós fomos nos reunindo com a Kellogg e fazendo essas pactuações, essas conversas, foi se fortalecendo o nível de confiança. Isso também aconteceu com as organizações negras. Eu lembro que aqui, em São Luís, quando nós tivemos a primeira reunião, eu não tive a oportunidade de participar, mas na segunda, sim, eu

estava presente. E era exatamente a mesma pergunta, eram as mesmas dúvidas: "Como vai ser isso?", "Como é que uma organização que nós não conhecemos ainda, não sabemos nada dela, vai nos apoiar e o que é isso?" As mesmas questões: o nível de autonomia, a relação de confiança que não tinha ainda se construído. Então, no princípio era isso: muitas dúvidas e ainda fragilidade na relação de confiança. Isso vai se dissolvendo com o tempo e tem uma questão que é a presença de várias pessoas de referência, que são referências no movimento social negro, que estavam constituindo o Baobá, que estavam nessa composição e que eram referências importantes: a Luiza Bairros, a Sueli Carneiro... A presença dessas pessoas desde o princípio deu às organizações negras uma confiança maior, da seriedade do que significaria essa nova organização, o Baobá.

Eu lembro que quando eu entrei no Baobá, a primeira reunião que eu fui, eu já conhecia a Sueli Carneiro, eu conhecia a Luiza Bairros, do movimento de mulheres, de reuniões, mas não era tão próxima delas. E quando eu chego e encontro com elas e outras pessoas eu digo: "Caramba! Eu estou aqui com essas mulheres?" Quando eu entrei no movimento negro, elas eram as pessoas nas quais eu me espelhava, eram as mulheres que me ajudaram na minha construção enquanto mulher negra também. Não foi só para mim que isso teve um significado importante, ter essas pessoas na constituição do Baobá, além de Magno Cruz, é claro!, que era nossa grande referência no Maranhão. Mas elas eram também referências nacionais. Então, não foi só para mim, foi também para essas diversas outras organizações negras. Isso foi muito significativo para que esse crédito fosse dado, esta confiança fosse construída e a gente pensasse: "é possível sim a gente fazer isso, é possível se construir essa estratégia porque tem pessoas sérias, importantes, que estão junto conosco nessa construção." Isso foi muito significativo.

## ARTICULAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO
## Sueli Carneiro

Eu acredito no sujeito político que leva às lutas. Por isso o Baobá nasce como instituição para fortalecer esse protagonismo do movimento negro, porque foi o sujeito político que o trouxe. As cotas, por exemplo, não caíram nas nossas cabeças por vontade do Fernando Henrique Cardoso ou do Lula. A política de cotas é produto da nossa ação política, do nosso ativismo, de 30, 40, 50 anos de luta do movimento negro. É lógico que a

primeira coisa que fazem é destituir o sujeito político, obscurecer a existência desse sujeito político, descredenciar esse sujeito político. Porque sempre vem a ideia da síndrome de princesa Isabel, que não acaba no Brasil: "ela foi a redentora, que nos libertou, porque nós éramos incompetentes para isso..." As cotas, ou eram do Fernando Henrique, quando lhe convinha, ou se tornou do Lula, mas o sujeito político que travava essas lutas, que viabiliza essas políticas...

Assim como a 10.639/03,[41] louve-se a iniciativa, um gesto de grande simbolismo empreendido pelo presidente Lula e um gesto pelo qual nós temos que ter gratidão, porque é um gesto de grande envergadura, mas que é produto de lutas dos negros por essa valorização da cultura afro-brasileira desde a Frente Negra Brasileira,[42] desde o início do século XX. Na verdade, o que o Lula faz ali é legitimar uma luta que vem desde lá. Isso é um pano de fundo para pensar em como eu vejo o Baobá, porque eu saudei com tanto entusiasmo a ideia de um fundo para a promoção da equidade racial, voltado para proteger essa militância heróica que se faz nesse país e que não recebe o reconhecimento nem dos próprios negros, que são beneficiários dessa luta.

Mas o que me deu convicção para participar dessa iniciativa era o fato de que estavam nela, antes de mim, pessoas como Luiza Bairros, a Lurdinha Siqueira, que são militantes históricas pelas quais eu tenho o maior respeito. E um chamado dessas pessoas, que certamente foram corresponsáveis por esse convite, é como ordem, não é? Então isso fez toda a diferença e meu deu uma absoluta tranquilidade para participar desse projeto, desse comitê impulsor.

*[41] A Lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileiras nas escolas de todo o país, foi a segunda lei sancionada pelo então recém-empossado presidente Lula, ainda em 9 de janeiro de 2003. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm, acesso em 23 de setembro de 2015.*

*[42] A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada em 16 de setembro de 1931, em São Paulo, e foi uma das maiores organizações negras do século XX. Vinha na esteira de diversas entidades negras que se formaram no início do século passado. Presente em vários estados brasileiros, autodenominada "órgão político e social da raça", a FNB reunia milhares de militantes, estabelecia escolas em suas sedes, tinha seu próprio jornal, A voz da raça, criado em 1933, e chegou inclusive a tornar-se partido político em 1936, tendo sido fechada em 1937 após o golpe de estado liderado por Getúlio Vargas, que estabeleceu a ditadura do Estado Novo e fechou todas as organizações políticas existentes no país. Em função dos êxitos alcançados naquele período, a FNB chegou a tornar-se referência de organização na luta contra o racismo em vários países, inclusive nos EUA, antes mesmo do deslanchar das lutas dos negros por direitos civis naquele país. Ver PEREIRA, Amilcar A. "O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.*

# ARTICULAÇÕES COM O MOVIMENTO SOCIAL NEGRO
## Sílvio Humberto

Você precisa fazer a leitura dessa conjuntura e não achar que o mito da democracia racial está cristalizado, algo como se fosse uma Gabriela: "eu nasci assim, eu cresci assim, vou morrer assim..." Lembrando: não vai morrer assim. Na medida em que nós avançamos eles se reconfiguram. Antes, os brancos, de maneira geral, não precisavam fazer nenhuma defesa de sua branquitude, não precisavam sair do armário. Hoje eles estão saindo e quando saem tem alguns com a visão extremamente conservadora, racista. Tem o racista e tem o preconceituoso, o preconceituoso você ainda convence, e você deve até encontrar aliados aí, porque essa ideia de democracia racial vai promovendo deformações, esse você pode ganhar na medida em que o cara entende o lugar em um processo de luta que é ter consciência de pertencimento étnico-racial. Isso faz a luta avançar, ajuda a convencer as pessoas. O racista não, o racista tem por definição achar que ele é superior, tem o mito da superioridade. E mais do que isso, ele acha que não está lidando com uma pessoa na frente dele. Como a primeira coisa que o racista nega é a sua humanidade, como você vai lidar com uma pessoa que está negando a sua humanidade? Daí você precisa entender o racismo institucional e nós precisamos entender dentro disso, quais são as estratégias que nós vamos utilizar, porque hoje nós estamos lidando com o velho racismo e com o novo. O velho é esse que ainda leva a eliminação física da juventude negra, eliminar fisicamente a população negra sempre fez parte desse processo. Eliminar fisicamente, fazer desaparecer, isso faz parte de uma estratégia em que entra a imigração, você trazer imigrantes para embranquecer a sociedade.[43] Quando você não oferece as condições materiais, você também mata, é morte em vida. A gente precisa estar fazendo as leituras para entender o que hoje estamos vivenciando. Além dessa onda conservadora, mais a onda conservadora que vem a partir das ações afirmativas e da chegada de Lula à presidência, ainda que com problemas. Mas esse é um

[43] *Quase quatro milhões de imigrantes europeus foram trazidos ao Brasil no início da República, sendo cerca da metade com as passagens de navio subsidiadas pelos sucessivos governos brasileiros, somente entre 1891 e 1930, dentro de uma política imigratória muito marcada por influências de teorias raciais e que buscava o "embranquecimento" da população e eram recorrentemente debatidas naquele momento no país, seja em espaços de governo seja em espaços acadêmicos. Ver PEREIRA, Amilcar A. "O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.*

problema que antecede esse novo patamar que o movimento passa a grassar. A Marcha Zumbi dos 300 anos,[44] a criação do GTI[45]com o Helio Santos e outros, o presidente Fernando Henrique publicamente reconhecer que o Brasil era um país racista – mas entre reconhecer e fazer coisas também tem uma diferença –, a criação da SEPPIR, dos espaços de igualdade racial... Ao mesmo tempo em que tem os espaços de igualdade racial, você também vive o esgotamento desse modelo dos espaços de igualdade racial, sem necessariamente eles terem sido plenos, sem eles terem cumprido a sua missão. Só que eles também têm um problema desde o nascedouro, se você for analisar a construção desses espaços de igualdade racial, eles vão ter problema com orçamento, com pessoal, essa é uma característica que vem acompanhando esses espaços de igualdade racial. É algo que a gente precisa ficar muito atento, porque nós estamos andando com o novo e o velho. Antes, a entrada do movimento negro se dava pelo cultural, pense aí, em 1988 se assinala a criação da Fundação Palmares,[46] depois do cultural você tem a questão das terras com os quilombolas, a educação com as ações afirmativas e o debate em torno de recursos. Se a gente pensar nos pilares que sustentam o poder em nosso país, o movimento negro está fazendo uma disputa da agenda do poder. A reação conservadora é também porque a gente está fazendo essa disputa. Quando você disputa educação você está disputando o futuro das gerações.

[44] *A primeira Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida foi realizada no dia 20 de novembro de 1995. Cerca de 30 mil pessoas se reuniram em Brasília para denunciar a ausência de políticas públicas para a população negra. O ato marcou os 300 anos da morte de Zumbi, principal liderança do Quilombo dos Palmares, um território livre que reunia milhares de negros e virou símbolo da resistência ao regime escravista e, posteriormente, da consciência negra no país. Ver: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas, acesso em 30 de setembro de 2015.*

[45] *O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), criado como resultado da pressão política exercida pelo movimento a partir da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995, permitiu abrir um espaço para uma participação ampliada da sociedade civil no desenvolvimento de políticas de reconhecimento da contribuição histórica e cultural da população negra para o país, além de ter sido um dos primeiros espaços governamentais a discutir possibilidades de políticas de ação afirmativa para negros no Brasil. Ver: http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial, acesso em 30 de setembro de 2015.*

[46] *A Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, foi criada em 1988, para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Ver: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95, acesso em 1 de outubro de 2015.*

CAPÍTULO 2

# CONSTRUÇÕES

## DO MECANISMO AO BAOBÁ

# CONSTRUÇÕES
## DO MECANISMO AO BAOBÁ
## Rui Mesquita Cordeiro

Isso tudo começou no momento em que a Fundação Kellogg estava revisitando sua estratégia para a América Latina e Caribe, redefinindo suas prioridades e o que fazer e o que não fazer. Cheguei em fevereiro de 2007 na Fundação. Mas, meses antes, em outubro de 2006, eu acho, houve uma visita do conselho da Fundação Kellogg ao Brasil, o conselho inteiro, incluindo o Joe Stewart, visitaram o Brasil nesse período e visitaram três estados: Maranhão, Pernambuco e Bahia, visitando vários projetos apoiados pela Fundação Kellogg no Nordeste brasileiro. Isso gerou no conselho, não só a confirmação de que tinha algo acontecendo de inclusão de cunho econômico, por um lado naquele momento, como por outro a percepção da extrema desigualdade que afetava a população negra radicalmente na região. Várias conversas foram geradas entre os conselheiros da Fundação visitando o Nordeste e com vários grupos de pessoas a que eles tiveram acesso, desde lideranças comunitárias até empresariado local e políticos. Foram nutrindo uma ideia dentro do conselho da Fundação, entre o início de 2007 e o início de 2008, que foi o ano em que a Fundação mudou a sua estratégia programática, dando mais ênfase a algumas coisas. E, no caso brasileiro, o conselho aprovou o que gostaríamos de fazer: "um experimento no Brasil, para tentar apoiar um grupo de lideranças locais no Brasil a ser identificado para liderar um processo de criação de um mecanismo de sustentabilidade e de apoio à igualdade racial e à inclusão social no país." Preferencialmente com a ideia de contrapartida financeira, que esse grupo de líderes pudesse liderar um processo no país de captação de recursos para a criação de algum tipo de mecanismo. A Fundação não foi prescritiva, de dizer que tinha que ser um fundo para financiar projetos, nada disso, podia até ser um museu, podia ser qualquer coisa dependendo do que o grupo de lideranças enfim definisse. Mas que para cada real que eles captassem, a Fundação pudesse dar outro real de contrapartida ou dois, ou outros reais, dependendo da lógica, se fosse para um endowment, um fundo patrimonial, a Fundação daria dois outros reais, não um só. Seria o primeiro tipo de instituição que pudesse ser 100% dedicada à equidade racial, com sustentabilidade financeira e com uma visão política de longo prazo, para fazer a diferença, para mudar a realidade do desenvolvimento brasileiro, agora atrelado ao campo da justiça social e da justiça racial. Isso foi a primeira moção, o primeiro

processo que o conselho da Fundação teve e que começou com a visita ao Brasil em outubro de 2006 e foi até a aprovação do projeto do que se tornou o Baobá. E essa aprovação aconteceu na sala do conselho da Fundação em Michigan, em agosto de 2008. Eu fui parte dessa reunião, não só eu, outros colegas também, Andrés Thompson e vários outros também, preparamos toda a documentação que o conselho discutiu, fizemos todas as recomendações que o conselho discutiu, apreciou e aprovou e que nos fez a partir dali, a equipe da Fundação para o Brasil e para a América Latina na época, começar a ter ações concretas como Fundação para dar encaminhamento àquela aprovação que a gente teve internamente do conselho.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Sílvio Humberto

A figura estratégica, o Andrés Thompson, devidamente convencido, foi buscar convencer para dentro da Kellogg. Isso não é algo fácil com a visão americana. Você termina achando que quando pensa em racismo, você olha para os EUA. Quando você chega num outro lugar e não vê a mesma realidade você começa a achar que não tem racismo, que o problema é de outra ordem. Na medida em que outras pessoas, que o Board vem e vai tendo essa interação, além de outros atores que vão sendo envolvidos... Figuras importantes do movimento negro: Sueli Carneiro, Luiza Bairros e uma série de outros que foram participando desse comitê programático até se materializar no Baobá. Isso foi importante também porque estava se desenhando algo nacional. Algo que buscaria resolver um problema sério que é de financiamento, de suporte financeiro. Quando você vai analisar o que era doado especificamente para a causa, as questões raciais, é quase nada. Como é que você vai doar para algo que você acha que nem é um problema? O fato de conseguirmos ao longo desse período, e aí eu falo do movimento negro como um todo, dar visibilidade à questão racial... E o que tem de inovador no Baobá é ele assumir explicitamente que o fundo é para isso, contrariando as estatísticas, contrariando toda uma lógica de como sempre se pensou as formas de reduzir as desigualdades sociais no Brasil. Você pode até reconhecer marginalmente, lateralmente que existe um problema racial, mas a concepção do fundo a partir da influência

desse comitê programático, de Elias Sampaio, todo um conjunto de pessoas que estavam ali, Luiz Alberto lá de Minas Gerais, as figuras importantes, chave, acadêmicos, pessoas com vivência no movimento negro, se foi esculpindo isso que vai se delinear mais adiante como Fundo Baobá. Essas pessoas, todas, mesmo quem saiu, quem ficou, eu diria que conseguiram enraizar de tal forma, que as pessoas saíram, mas o processo aconteceu. Aí você pode perguntar: "saiu da forma que as pessoas imaginavam?" Sim e não, mas é uma realidade, tanto é uma realidade que vocês estão aqui, você só vai contar a história de algo que existiu e que existe, e que precisa avançar.

# CONSTRUÇÕES
## DO MECANISMO AO BAOBÁ
## Joe Stewart

**Sobre a decisão do Conselho da Fundação Kellogg, você acha que foi fácil convencer o restante do Conselho a adotar essa possibilidade no Brasil, de criar esse fundo, o Baobá? Como você viu, de dentro do Conselho, as discussões sobre a possibilidade de financiar uma organização para financiar a luta contra o racismo no Brasil?**

Bem, deixe-me responder assim: foi uma decisão unânime. Então, por isso eu cumprimento todos os indivíduos que participaram dela; eles merecem crédito por isso. Mas eu também sou realista. Existe a conversa sobre o racismo e depois há a realidade de encará-lo. Todos votaram a favor, mas parte porque isso parecia um trem vindo em alta velocidade, e algumas pessoas têm o bom senso de não ficarem paradas na frente de trens vindo em alta velocidade. Havia pessoas que eu sabia, e ainda sei, que baseadas em sua experiência cultural e em suas crenças, que não estavam 100% a favor. Mas havia bondade suficiente em seus corações e elas não poderiam se ver contra essa decisão. E, portanto, elas tinham que votar conosco; e eu nunca ouvi nenhuma dessas pessoas falando negativamente sobre isso. Ocasionalmente ouvi questões levantadas sobre se isso daria certo ou não, e algumas vezes, para pessoas que não estão 100% com você, essa seria uma maneira de dizer: "Eu não acredito que vai dar certo". Mas elas nunca dizem diretamente: "Eu não acredito que vai dar certo". Mas isso não é importante, porque isso é parte de um verdadeiro processo democrático e você deve sempre esperar por isso. E, francamente, às vezes encarar a oposição enriquece o processo, porque então você tem que cavar fundo e ter certeza sobre o que você está fazendo para convencer as pessoas que estão em cima do muro ou que estão do outro lado.

**Há outra questão, a discussão não era somente sobre financiar a luta contra o racismo, era o movimento negro no Brasil que estaria recebendo essa grande quantidade de dinheiro para lutar contra o racismo. Como você acha que o Conselho viu o movimento negro sendo o protagonista, a liderança nesse processo, recebendo o financiamento?**

Essa é a realidade, até mesmo para mim. Minha ideia não foi financiar o movimento negro, esse nunca foi o objetivo. O objetivo foi financiar o movimento de mudança nos corações das pessoas, para ajudar a deixar de lado a negação. Não se tratava de financiar um movimento negro contra um movimento branco; foi um investimento no povo do Brasil e na bondade dessas pessoas para perceber que a equidade racial é importante. Os programas que financiamos não eram sobre militância, eram sobre progresso nas relações raciais, na cura do racismo.

Baobá não se trata de uma situação onde se ganha ou perde, trata-se de uma situação onde todos ganham. Então, nas mentes daqueles que o criaram, o Baobá nunca deveria ser apenas sobre o movimento negro. Mas o movimento negro também não deveria ser eliminado, porque ele é importante para ajudar no movimento de mudança. Os cientistas falam sobre pressão e contrapressão, e esse conceito se aplica nesse caso também. Você não consegue criar movimento em uma direção a não ser que você aplique algum grau de pressão, e essa pressão faz com que outros internalizem o que você está falando. Veja, a negação pode ser muito profunda. Há afirmações como essas: "Eu não sei do que você está reclamando, não vejo isso..." Entende o que quero dizer? Pode ser uma reação muito velada; pode ser como no caso da Adriana, que chorava enquanto os outros caras achavam que vinham do melhor lugar do mundo. É uma questão de perspectiva. Talvez este seja o melhor lugar do mundo para mim, mas e quanto a todas aquelas pessoas lá? Como é para elas? Quando você começa a se fazer esse tipo de perguntas, aí você pode começar a fazer um movimento. É disso que se trata o Baobá: um movimento pela equidade racial, um movimento antirracista para todos os brasileiros. É para criar respeito comum, compreensão e apoio para todos os brasileiros.

**Então, você não daria essa missão a uma organização que nega a existência do racismo.**

Exatamente. Não financiaríamos um grupo para lutar contra a cura do racismo e contra a equidade racial. Então, para alguns vai parecer um movimento negro, mas a intenção não é negra. A intenção é brasileira. A intenção é sair dessa mentalidade que afirma: "Oh, somos uma linda sociedade não-racial." E então você sai pela porta e começa a ver que há pessoas que ainda vivem em condições que não são muito distantes do que viviam durante a escravidão. Talvez eu tenha sido um pouco duro demais, mas você entende. Estou apenas destacando um ponto sobre as desigualdades raciais e sobre como as oportunidades de progresso são segmentadas pela pigmentação. Isso é triste demais.

A fase de implantação, constituição e formatação do Baobá foi precedida por um investimento, desse staff da Kellogg, nos fundos anteriores para serem forças, também, auxiliares no processo de fortalecimento e apoio às organizações negras. Então, durante alguns anos antes da constituição do Baobá, antes de o Baobá adquirir institucionalidade, propriamente dita, várias organizações – fundos e organizações da sociedade civil – foram apoiadas para fazer esse recorte racial nos seus programas, para o apoio das organizações negras. Então, dentro desta ambiência, estavam outros fundos anteriores: o CESE,[47] que eu acho que é um fundo que tem três décadas de presença no Brasil, o Fundo Elas[48] e o Fundo Brasil de Direitos Humanos. O Fundo Brasil de Direitos Humanos foi financiado para apoiar x número de projetos voltados para a defesa de alguma dimensão da questão racial. O Fundo Elas foi apoiado para fazer a mesma coisa com as organizações de mulheres negras. As mídias negras, o portal do Geledés, o Mídia Étnica[49] foram apoiados também para se fortalecerem no sentido de estar dando a contribuição do ponto de vista das mídias, nesse processo.

Isso foi uma coisa gestada, inicialmente, pelo staff da Kellogg. Teve um papel determinante nesse processo o próprio peso político, pessoal, do representante da Fundação Kellogg naquela época, que era o Andrés Thompson, que tinha um trânsito muito grande nos dois cenários: tanto no diálogo com organizações do mundo corporativo, como com outras fundações e também com o movimento social. Quer dizer, foi fundamental a presença do

[47] *Criada em 1973, há mais de 40 anos a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) atua na promoção, defesa e garantia de direitos no Brasil. Criada por Igrejas Cristãs, tem a missão de fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça. Ver: http://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/historico/, acesso em 29 de setembro de 2015.*

[48] *O Fundo Elas, criado no ano 2000, é o único fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo de meninas, jovens e mulheres. Ver: http://www.fundosocialelas.org/institucional.asp, acesso em 29 de setembro de 2015.*

[49] *O Instituto de Mídia Étnica é uma organização da sociedade civil que realiza projetos para assegurar o direito humano à comunicação e o uso das ferramentas tecnológicas pelos grupos socialmente excluídos, especialmente a comunidade afro-brasileira. Ver: http://midiaetnica.ning.com/, acesso em 29 de setembro de 2015.*

Andrés. Todo esse capital político, digamos, que a Fundação Kellogg tinha aqui foi, de alguma maneira, instrumentalizado, disponibilizado, para criar essa ambiência e essa sustentação política da proposta do Baobá. Então o Baobá surge, já, com muitos parceiros. Quando ele emerge, ele emerge como parte desta ambiência mais ampla, e já com parceria com diferentes atores da sociedade.

Houve todo um cuidado de preparação da emergência do Baobá, desse novo ator, todo um diálogo, inclusive, para deixar claro para a militância que era uma nova organização, que ela vinha para apoiar o movimento e não se confundir com ele. E se fosse obrigado a ser um ator político, seria naquela dimensão em que o movimento não tivesse condições de operar – força ou condição de operar. É uma novidade demarcar que não é uma organização de movimento, de ativismo, é uma organização que tem por missão fundamental captar e doar, captar e doar para organizações engajadas no combate ao racismo, à discriminação e na promoção da equidade racial. Isso foi um trabalho que foi feito durante dois anos.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Rui Mesquita Cordeiro

A primeira reunião que fizemos foi em novembro de 2008, que aconteceu em Recife, onde basicamente o que a gente fez foi convidar e reunir várias outras fundações e doadores, parceiros, pares da Fundação Kellogg para contar sobre a aprovação que tínhamos recebido do conselho e sobre a nova estratégia para o Brasil, que no período máximo de cinco anos, iria levar à criação desse mecanismo para equidade racial. Aí foram a essa reunião em novembro de 2008 em Recife, se não me falha a memória, quase 20 fundações, outras fundações financiadoras, em geral brasileiras ou estrangeiras, e foi uma discussão bem interessante, porque fora a Kellogg com essa postura, com esse projeto novo, você tinha a Fundação Ford, que era uma parceira histórica também no campo das lutas por igualdade racial no país. Fora isso, poucos outros faziam alguma coisa, e quando faziam alguma coisa não era necessariamente com muitos recursos, como por exemplo, a Oxfam,[50] que tentava fazer

alguma coisa, mas não era um tema apreciado pela rede Oxfam Internacional, que era do contexto intereuropeu onde a questão de racismo não é muito pauta de agenda. O Fundo Brasil de Direitos Humanos tem uma linha de apoio à questão racial, mas o volume de recursos financeiros para isso ainda era pequeno. O Fundo Elas que na época era o Fundo Ângela Borba, no Rio de Janeiro, também sempre teve uma linha de equidade racial muito forte conceitualmente, mas os recursos para fazer a coisa acontecer sempre foram sofridos para serem conseguidos. Você tinha a ONU Mulheres,[51] que participou e que estava desenvolvendo algumas políticas de financiamento também, na época, para a questão da mulher negra e da mulher indígena no Brasil, que tocava bastante com esse tema e vários outros. Você tinha o Instituto C&A,[52] tinha a Fundação AVINA,[53] tinha a CESE de Salvador, tinha a Save the Children,[54] tinha muita gente, a grande maioria não tinha linhas de atuação em equidade racial, mas atenderam a convocatória. No final da reunião todo mundo se perguntou: "quando é que a gente se reúne de novo para continuar discutindo o tema de racismo e financiamento da sociedade civil brasileira?". A Fundação Ford tomou a liderança de puxar uma segunda reunião, que aconteceu no início de 2009, acho que em fevereiro de 2009 no Rio de Janeiro. E a partir dali foi criada uma coisa que não foi intencional, mas foi muito bacana, chamada FAER, que é o Fórum de Apoiadores em Equidade Racial no Brasil. Aconteceram umas nove ou dez reuniões desse grupo ao longo de três ou quatro anos de existência, antes da criação do Baobá. Quando o Baobá foi criado mudou a dinâmica, porque o fundo passou a existir, mas o FAER teve uma importância muito grande como parte do pano de fundo das discussões do próprio Fundo Baobá.

[50] *A Oxfam International é uma confederação de 13 organizações e mais de 3 mil parceiros, que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Oxfam, acesso em 30 de setembro de 2015.*

[51] *Em julho de 2010 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou a ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. Ver: http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/, acesso em 2 de outubro de 2015.*

[52] *O Instituto C&A é uma organização sem fins lucrativos de interesse público, cuja finalidade é promover e qualificar o processo de educação de crianças e adolescentes no Brasil. Ver: http://www.institutocea.org.br/quem-somos/principios.aspx, acesso em 3 de outubro de 2015.*

[53] *A Fundação AVINA busca na América Latina, impactar o desenvolvimento sustentável, criando condições favoráveis para que atores diversos possam contribuir juntos ao bem comum. Ver: http://www.avina.net/por/sobre-avina/que-hacemos/#1, acesso em 3 de outubro de 2015.*

[54] *Save the Children, criada em 1919, é uma organização não governamental de defesa dos direitos da criança no mundo, dedicando-se tanto a prestar ajuda humanitária de urgência como ao desenvolvimento de longo prazo, através do apadrinhamento de crianças. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Save_the_Children, acesso em 3 de outubro de 2015.*

Mas isso foi o primeiro processo que aconteceu, disparado em novembro de 2008. O segundo, que foi paralelo a isso e com vários interlaços de diálogos o tempo inteiro, foi em abril de 2009 a criação de algo que a gente chamou na Kellogg de um "comitê programático" de líderes e experts históricos na questão racial brasileira. Foi aí que a gente convidou a Sueli Carneiro, a Luiza Bairros, a Lourdinha Siqueira, o Elias Sampaio, de Salvador, a gente também convidou o Marcelo Paixão,[55] do Rio de Janeiro, foi um grupo de cinco ou seis pessoas mais ou menos, que depois se expandiu para nove ou dez pessoas, que foi o que a gente chamou na época de "comitê programático". A gente esteve com Abdias Nascimento também, na casa dele no Rio de Janeiro com a Elisa,[56] obviamente o Abdias não pôde participar dessas reuniões porque ele já estava idoso e não tinha mais toda a mobilidade, mas ele também foi consultado nesse período, a gente foi até ele.

Mas um grupo de cinco ou seis começou a se reunir frequentemente, o chamado comitê programático, e a gente levou a esse grupo não só o histórico da deliberação da Kellogg e a provocação feita aos pares de outras fundações sobre o tema da equidade racial, financiamento e desenvolvimento do país; a gente levou para eles também uma pergunta, que era o eixo central que a gente pediu para esse grupo de lideranças responderem: "Estão as lideranças negras brasileira preparadas, nesse contexto histórico de abril de 2009, para liderar um processo que leve à criação de um mecanismo que dê ao mínimo um pouco mais de sustentabilidade para a causa da igualdade racial e inclusão social no Brasil? Sim ou não? Se sim, como?". E a gente teve uma reunião muito grande em abril de 2009, foram uns dois dias de reuniões e esse grupo de lideranças nos pediu recursos para responder essa pergunta propriamente, recursos para poder viajar o Brasil, em especial o Nordeste do Brasil, recursos para fazer um mapeamento do estado da arte das organizações negras do Nordeste brasileiro e recursos para recomendar algumas ações estratégicas que a Fundação pudesse estar financiando, de projetos específicos estratégicos que

[55] *Marcelo Paixão, doutor em Sociologia pelo IUPERJ, é formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde criou e coordenou o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) e onde trabalhou como professor por 18 anos. Atualmente, licenciado da UFRJ, atua como professor do Department of African and African Diaspora Studies na University of Texas, em Austin, nos EUA.*

[56] *Elisa Larkin Nascimento, viúva de Abdias Nascimento, nasceu nos Estados Unidos e completou sua graduação em Ciências Sociais, com honras, na Universidade do Estado de Nova York (EUA), recebendo o Bacharel em Artes, Summa Cum Laude, em 1976. Realizou o mestrado em Ciências Sociais (1978), bem como o Juris Doctor, Cum Laude (mestrado em Direito com honras, 1981) na Universidade do Estado de Nova York. Completou o doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo em 2000. Atualmente dirige o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Ver: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767360A1, acesso em 4 de outubro de 2015.*

poderiam criar e nutrir um ambiente favorável para a criação desse tal mecanismo, que ninguém saberia o que viria a ser ainda, naquele momento. Foi aí que se disparou o processo de um ano e meio, que vai de abril de 2009 até setembro de 2010, que foi o tempo de vida desse comitê programático que viajou o Brasil, em especial o Nordeste, esteve nos nove estados nordestinos, por exemplo, contrataram uma consultoria com o CEAFRO, que é parte do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, histórica organização de pesquisa acadêmica brasileira, ligada ao movimento negro, cujo pessoal também viajou o Nordeste inteiro para descobrir o estado da arte das organizações negras: quem são, onde estão, quantas são, quem financia, que orçamento administram, qual a sua agenda, qual impacto percebido, qual o seu plano de sustentabilidade, se tem algum plano etc. Isso gerou um relatório que está online até hoje, se você coloca no Google "Mapeamento das organizações negras do Nordeste do Brasil- CEAFRO-UFBA", esse relatório está disponível.

Primeiro a gente convidou esse núcleo de lideranças: Luiz Alberto, de Minas, Elias Sampaio, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Lourdinha, do Maranhão,[57] que depois saiu e propôs outra pessoa do Maranhão, mas depois ele faleceu, o Magno Cruz. Nós chamamos esse núcleo e dissemos: "Vocês são a liderança! Nós vamos trazer as limitações institucionais que a Kellogg tem para fazer uma ou outra coisa, mas a construção daqui para a frente é de vocês, até chegar no 'mecanismo'".

A gente começou uma série de reuniões para pensar o que seria esse "mecanismo" e uma das decisões iniciais foi: "Não é apenas conosco, cinco pessoas, que vamos decidir isso, vamos abrir o jogo para o movimento". Como abrir o jogo? O foco inicial era o Nordeste, então nós decidimos mapear o que vinha fazendo o movimento negro no Nordeste brasileiro. Vamos fazer um mapeamento de organizações para ter uma ideia de necessidades, que tipo de ações tem, históricos... Então fizemos uma parceria com a Universidade Federal da Bahia, com o núcleo de estudos do movimento da questão racial na Bahia, com o CEAFRO, para fazer esse mapeamento. Não era um mapeamento só na pesquisa, mas eram reuniões amplas para explicar para as organizações a ideia que estava por trás do mapeamento, a construção do mecanismo, o financiamento de organizações, o papel da Kellogg... eu mesmo participei de várias dessas reuniões do mapeamento. Com esse resultado é que se tomou a decisão final de que o "mecanismo" deveria ser um fundo de financiamento para organizações negras. Do mapeamento surgiu uma coisa que já se sabia, mas agora tínhamos fundamento, era a falta de financiamento para essas organizações. Não tínhamos no mapa do financiamento das fundações, dos institutos brasileiros a questão racial, essa questão não aparecia como financiada de nenhuma das grandes organizações, apenas algumas internacionais como a Fundação Ford, entre outras. Foi aí que se decidiu: "Bom, vamos por aí que esse é um espaço importante para a

[57] *Maria de Lourdes Siqueira, Lourdinha, é formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (1964), com especialização em Comunidades Latino-Americanas pela Nações Unidas e Centro Regional de Educação (1967), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986) e doutorado em Antropologia Social e Etnologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (1992). Atualmente é funcionária da Universidade Federal da Bahia e Conselheira do Conselho de Promoção da Igualdade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ver: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787526T0, acesso em 15 de setembro de 2015.*

atuação do fundo com apoio da Fundação Kellogg". Isso veio a partir dessa decisão de mapeamento e análise do mapeamento. Depois vinha toda a questão institucional legal: se nós escolhíamos uma organização que já existia para investir nela, se criava uma organização nova, se a Fundação doava os recursos ou se era 1 por 1, onde investir esses recursos, como investir etc.

Foi um trabalho danado de pensar esse quebra-cabeça institucional, já que no Brasil não existia nenhuma experiência de criação de um fundo patrimonial, a gente também não tinha muita experiência nisso, a gente fazia sempre na Fundação, mas não em aplicações no Brasil, e o grupo de lideranças fez todo esse desenho.

## CONSTRUÇÕES
DO MECANISMO AO BAOBÁ
Luiza Bairros

Os debates no Comitê Programático eram difíceis, mas eu considero que também eram muito estimulantes, porque na verdade o que estava sendo proposto para nós era completamente inesperado. Eu uso a palavra "inesperado" de propósito, para ao mesmo tempo dizer que não era uma proposta inédita. Nós já tínhamos, no final dos anos 1990, feito um processo de discussão com alguns setores do movimento negro, envolvendo também o IBASE, [58]que era uma ONG fortíssima no Brasil, sobre como poderíamos construir uma forma de iniciativa que fortalecesse as ações do movimento negro ou as ações voltadas para a população negra, de uma perspectiva um pouco diferente daquela que o movimento negro vinha fazendo ao longo do tempo. Nós tivemos, naquele período, algumas reuniões para definir um pouco que tipo de organização seria essa. E não sendo uma organização: como você poderia iniciar uma ação com foco no combate ao racismo e na promoção da igualdade – o termo não existia na época, mas a ideia era essa –, a partir de uma grande ONG como o IBASE. Já havia esse embrião de preocupação: Que outros passos nós precisamos dar para contribuir na qualificação da

[58] *O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos. Efetiva a partir de 1981, foi fundada após a Anistia política, por Hebert de Souza, o Betinho, e os companheiros de exílio, Carlos Afonso e Marcos Arruda. Ver: http://ibase.br/pt/sobre-o-ibase/, acesso em 24 de setembro de 2015.*

luta contra o racismo? Que passos poderíamos dar pensando na possibilidade de utilização de outros recursos que não aqueles que sempre estiveram à disposição do movimento negro e que, em última instância, era o nosso bolso? Durante todos esses anos, fundamentalmente quase tudo o que nós fizemos foi baseado na contribuição militante. Com esse tipo de suporte financeiro você acaba tendo um limite para a sua atuação. A gente pensava: "Que outros recursos a gente pode ter acesso, para produzir outras ações?". Quando a Kellogg veio com essa proposta, pessoas como eu, como Sueli Carneiro, que já havíamos participado da discussão anterior, enxergamos isso com bons olhos. Valeria a pena apostar na proposta de criação de um endowment, de maneira que a partir dele a gente fosse gerando novos recursos para apoiar as organizações de movimento negro. Uma coisa que ficou bem evidente desde o início era que o Fundo Baobá não seria uma organização do movimento negro nos moldes que nós conhecíamos, mas que atuaria nos espaços onde o movimento negro, com seus próprios recursos e pernas, não conseguisse chegar. Aquilo que nós chamávamos de "mecanismo" viria como um elemento de suporte para alavancar a luta, mas não para substituir qualquer outra organização existente. Em cima disso é que as coisas foram sendo discutidas. Até para a própria Kellogg no Brasil essa discussão era nova. Investimos um tempo grande discutindo o que seria esse mecanismo e quais preocupações deveríamos ter. O que se colocava muito fortemente era, em primeiro lugar, a necessidade de definir um espaço de atuação, na medida em que, para as agências internacionais, o Brasil já se constituía em um país de renda média e que, portanto, não necessitava do mesmo influxo de recursos, como já tinha acontecido em períodos anteriores. No processo de discussão, decidimos que a ação desse mecanismo ficaria delimitada pela região Nordeste, considerando que, obviamente, as condições do Nordeste ainda eram piores comparativamente ao resto do país, não só do ponto de vista das condições materiais das organizações do movimento negro, mas de uma maneira mais geral. Uma região onde as populações, as populações negras, passavam por dificuldades muito mais evidentes. Outro aspecto dizia respeito à necessidade de conhecer o movimento negro da região naquele momento. Que organizações eram essas? Onde elas estavam? Como essas organizações reagiriam a essa ideia? Para isso, foi montada uma agenda de visitas a todos os estados nordestinos, acho que fomos a todos, apresentando ao movimento negro local o que era a proposta e o que ela pretendia. Um terceiro aspecto dizia respeito à personalidade jurídica do "mecanismo". Seria uma associação? Uma fundação? Quais seriam as implicações legais, administrativas e políticas da escolha de uma ou outra personalidade jurídica. Isso tudo foi motivo de grandes e aprofundados debates. Muito da preocupação era poder montar de início algo que fosse suficientemente sólido e suficientemente transparente, para que quando o mecanismo nascesse não causasse qualquer tipo de estranhamento ou de desconforto em qualquer que fosse o setor do movimento negro.

Mas que pudesse, desde a sua incepção, ser entendido como um instrumento que vinha para criar melhores condições de luta para todos e todas nós.

Outras discussões foram derivando. Quando se falou em conhecer melhor o movimento negro no Nordeste, já havia alguns outros parceiros trabalhando conosco, como é o caso da CESE, do Instituto Steve Biko aqui na Bahia. O CEAFRO[59] também teve uma participação grande, ao buscar as informações que dessem conta do quadro do movimento negro no Nordeste.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Maria Nazaré Mota de Lima

O CEAFRO tem uma história de atuação na educação das relações étnico-raciais que já tem 20 anos, foi fundado em 1995. Então, para desencadear esse processo que resultou na fundação do Baobá, a Fundação Kellogg procurou uma organização, uma instituição que tivesse um bom nível de penetração no Nordeste, que conhecesse as organizações do movimento negro e que pudesse mostrar como era esse universo das organizações do movimento negro no Nordeste brasileiro, porque eles queriam deixar uma coisa mais consistente na sua saída do Brasil. E aí eles chegaram até nós. Foram, digamos assim, indicações de que nosso trabalho era conhecido na maioria das capitais e também fora do Nordeste. Mas nós teríamos a credibilidade para chegar até as organizações do movimento negro e para levantar informações sobre elas.

Então a gente ficou com essa incumbência de, num curto espaço de tempo, trazer esse levantamento para fundamentar, dotar de informações o que eles chamavam na época de "mecanismo". Eles iam criar um mecanismo – não tinha nome ainda, mas hoje é o Baobá –, um mecanismo de sustentabilidade para as organizações negras do Nordeste. A gente sempre ia às reuniões do Comitê Programático que aconteciam aqui em Salvador. Nosso trabalho de mapeamento foi visitar todas as capitais nordestinas, para chegar até as

[59] *O CEAFRO é o programa de educação para igualdade racial e de gênero do CEAO, Centro de Estudos Afro-Orientais, Unidade de Extensão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em desenvolvimento desde 1995. Ver: http://www.ceafro.ufba.br/web/index.php/apresentacao, acesso em 23 de setembro de 2015.*

organizações do movimento negro e levantar informações sobre elas em três níveis: em nível de governo (os núcleos, secretarias de promoção da igualdade racial que estavam instaladas em algumas dessas capitais); nas universidades, sobretudo com os Neabs (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros) que funcionavam em todas as universidades do Nordeste; e, por fim, no movimento social, que é esse grande caldeirão, que inclui organizações religiosas, culturais, políticas mais estritamente, empreendedorismo jovem, profissionalização, tudo de movimento social negro, digamos assim.

O CEAFRO me escolheu como coordenadora dessa ação, eu montei uma equipe de pesquisadores ligados à nossa organização.[60] Todos eram professores de disciplinas relacionadas à questão étnico-racial. Eu fui a todas as capitais, acompanhei todos os pesquisadores. Íamos dois pesquisadores e eu, ou um e eu. Eu estava em todas. Foi uma decisão, conversando também com os consultores da Kellogg e com o Comitê Programático, entendendo que seria bom que eu estivesse sempre. Pois um pesquisador vai ao Ceará, mas não vai a Pernambuco, então era bom que tivesse uma pessoa que fosse em todos os lugares. E aí, como coordenadora, eu fui a todas as capitais. Eu vi de perto, acompanhei, participei de todo o processo do mapeamento em campo. Em seis meses a gente fez o mapeamento. Nove capitais, incluindo Salvador.

**Qual o resultado do mapeamento, na sua perspectiva? O que você encontrou?**

Em linhas gerais, você encontra organizações diversas, muitos tipos de organização que a gente nem imaginava que existissem. O movimento negro nasce com aquela vocação mais política e a gente observa que permanece esse viés, mas ele, ao meu ver, está mais enfraquecido. O movimento negro se diversifica, com o passar dos anos ele se reconstrói em outras bases, não necessariamente as que foram pensadas nos anos 1970, nessa reorganização que a gente teve nos anos 1970. Então, hoje temos, por exemplo, muita participação das mães de santo na luta contra o genocídio da juventude negra, que é também uma realidade muito pungente. Uma

[60] *Segundo o documento intitulado "Mapeamento de políticas e movimentos negros no Nordeste do Brasil: Relatório Analítico", disponibilizado pelo CEAFRO, a equipe responsável pelo mapeamento citado foi composta pelos pesquisadores Antônio Cosme Lima da Silva, Artemisa Odila Candé Monteiro, Cláudia Alexandra dos Santos, João Teixeira dos Santos, Luiz Chateaubriand e Paulo Rogério Nunes, sob a coordenação de Maria Nazaré Mota de Lima. Ainda segundo o referido documento, na pág. 6, "o Mapeamento identificou 191 organizações que atuam na defesa dos direitos de pessoas negras/as, nos nove estados da região, utilizando uma metodologia que incluiu abordagens qualitativa e quantitativa. Os seguintes instrumentos de coleta foram aplicados junto a representantes das organizações pesquisadas e lideranças, convidados por um/a articulador/a local: questionário, com questões fechadas e abertas, entrevistas, grupo focal, reuniões e rodas de conversa. As informações obtidas foram tratadas e analisadas por segmento – setor público e sociedade civil".*

realidade velha e atual. Então, as mães de santo tinham depoimentos muito interessantes de como as casas de santo, como elas intermediavam essa relação com o jovem negro do bairro onde elas atuam, as conversas com os policiais, como que se assume a questão de educação, e cultural, para além das obrigações e rituais religiosos que elas abarcam. Outro aspecto que percebemos: o total empobrecimento dessas organizações, o modo como elas funcionam é com boa vontade dos militantes, voluntarismo, muito nessa perspectiva, diferente de outras organizações e ONGs no Brasil. Nas organizações do movimento negro você praticamente não tem remuneração constante e carteira assinada, como nas ONGs. Tem pouco isso, pouca grana para desenvolver as atividades.

Mas durante os encontros para o mapeamento, era assim: salas cheias. Eram reuniões em terreiros, ou na própria universidade, em auditórios cheios de gente de todo o tipo. A questão da homoafetividade também foi algo muito presente: mulheres negras lésbicas que queriam falar, queriam ser registradas como tais, homens também, gays, no movimento negro e tentando fazer essa intersecção, com queixas também sobre como a questão sexual é pouco absorvida pelo movimento negro, e outras que são específicas desta questão, que chamei de homoafetiva, mas tem um bocado de nomes. Então, chamou muito a nossa atenção essa questão. A questão racial já não é mais "a questão racial", ela é étnico-racial-sexual-cultural-religiosa, tem um bocado de tracinhos. Então, agrega outras lutas, que estão em pauta no país e no Nordeste especificamente nesse momento.

Outra coisa que percebemos: muita reclamação da juventude. Os jovens, de um modo geral, se ressentiam de querer participar, mas com dificuldade, se sentindo um pouco alijados, considerando que as lideranças mais estabelecidas no movimento negro não davam muito essa passagem para eles. Houve alguns registros nesse sentido, de que queriam participar, mas não sabiam como, não se sentiam preparados, pediam formação. O mapeamento desencadeou o processo de criação de um curso de formação de lideranças negras, que o Instituto Cultural Steve Biko assumiu, com o Sílvio Humberto. Então este também foi um resultado do mapeamento, a formação de lideranças negras do Nordeste.

Na pesquisa que o CEAFRO realizou com as organizações, ficava muito evidente a necessidade que militância negra tinha de se capacitar mais em alguns temas, de se sentir mais confortável na sua posição de liderança. Era preciso pensar isso, o que seria um processo de formação política para lideranças do movimento negro no Brasil ou mais especificamente no caso do Nordeste brasileiro. Essa questão da formação política é algo que sempre nos perseguiu no movimento negro. Eu lembro que no MNU a gente chegou a ter, nos anos 1990, discussões sobre isso. Eram discussões que a gente fazia de modo mais ou menos intuitivo, para dentro da própria organização. Mas, hoje, com o crescimento do movimento negro, que vai se espalhando por tantos grupos com diferentes trajetórias e com trabalhos de abrangência diferenciada, isso passou a ser uma questão fundamental. O que se entende por formação política? O que é necessário uma liderança conhecer para enfrentar as novas conformações do racismo no Brasil, que não são mais aquelas que você tinha até o final dos anos 1990 e início dos anos 2000? A configuração do racismo mudou muito e você tem, ou pelo menos teria que, em função dessa mudança, gerar um processo de organização política que poderia ser tudo, menos igual àquele que aconteceu nos anos 1980 e 1990. Na verdade, o único modelo que as pessoas têm na história recente do país é aquele, só que ele não serve mais para as novas situações.

Tudo isso apareceu no nosso processo de discussão, assim como surgiu de maneira muito viva a questão do desenvolvimento. Como você requalifica a inserção da questão racial no debate político mais geral do país? Qual é o [próximo] passo a dar, como setor político organizado? Quais são as relações efetivas entre a inserção da mulher e do homem negro na sociedade brasileira e o desenvolvimento do país? Até que ponto essas questões – desenvolvimento e superação do racismo – estão diretamente ligadas? É isso que vai te permitir requalificar o debate. Não se trata apenas – e eu digo apenas, não no sentido de diminuir, se fosse isso já seria muito – de uma questão identitária no sentido mais antropológico: "somos todos negros e temos que nos organizar em função de determinados interesses." Mas nós, enquanto maioria da população, temos que estar vinculados às questões nacionais. Em última instância, dentro do comitê programático nós retomamos várias das discussões que eu

tinha conhecido antes, no Movimento Negro Unificado. Essas questões voltaram com outro nome. O que lá atrás nós chamávamos de "projeto político do povo negro para o Brasil" voltou com outra roupagem, vinculando a questão racial e o desenvolvimento, a inclusão do negro e o desenvolvimento do país.

Essas são questões permanentes na nossa organização política. Por exemplo, eu tive a sorte de estar na SEPPIR no período em que estive, porque nós retomamos isso como tema da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Foi a partir do lugar em que eu estava naquele momento – não só eu, mas várias outras pessoas tão importantes que trabalharam na equipe – dentro do governo, que a gente retomou a questão do desenvolvimento. Isso não é algo novo, porque nos persegue no movimento negro ao longo do tempo, e vai se colocando com uma nova roupagem, com uma nova cara, com possibilidades maiores de aprofundamento em diferentes momentos do desenvolvimento da nossa luta.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Sílvio Humberto

Tem uma coisa muito interessante na Kellogg, e eu gosto dessa metodologia, que é a de fazer perguntas. Como pensar um programa que dê conta da questão da inequidade de gênero e racial que gere um fortalecimento das organizações negras? É daí que nasce um programa nosso chamado KWETU.[61] O projeto KWETU, quando você vai avaliar é um projeto que reuniu a expertise da tecnologia social desenvolvida pelo Steve Biko ao longo dos anos e a tecnologia social desenvolvida pela Fundação Kellogg. Nós juntamos essas tecnologias e deu nesse programa chamado KWETU, que é o eu, o nós e o nosso. A gente tem uma parte que é conceitual; tem uma parte que envolve o sujeito e tem a ver com a forma com que a Kellogg trabalha as suas tecnologias de formação de liderança; tem uma parte conceitual que é sobre a questão racial, o racismo, suas correlações, seus

[61] *O programa Kwetu consiste no aprimoramento de habilidades e competências no âmbito das relações humanas das lideranças da região Nordeste, pautado nas discussões de raça e gênero, com o objetivo de fortalecê-las para atuarem nas organizações, fóruns, redes dos movimentos sociais negros e de mulheres e na sociedade civil. Ver: http://www.stevebiko.org.br/#!projetos/c21kz, acesso em 1 de outubro de 2015.*

enfrentamentos; e tem uma parte instrumental, que a Kellogg tem na sua metodologia: saber ser, saber fazer. A gente juntou tudo isso e construímos uma tecnologia que é fruto dessa interação das metodologias de cada uma das organizações, é fruto do amadurecimento dessa relação.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Tarry Cristina Santos Pereira

Eu já conhecia a Fundação Kellogg, já sabia o que era o trabalho deles, mas não era uma prioridade da Kellogg as discussões de raça. A Kellogg passou a ter uma discussão de raça através de Antônio Nascimento, através de Andrés Thompson, quando começaram a conhecer os diretores da Biko. É a Biko que provoca a Fundação Kellogg a uma discussão mais pautada para a categoria "raça". Foi muito importante o contato da Kellogg com o Instituto Cultural Steve Biko. Isso vem desembocar no grande projeto que a Kellogg provoca. Com a Kellogg já pensando em sair do Brasil e deixar algum legado dela aqui, a Biko, em 2010, chamou os diretores da instituição e perguntou: "Como a gente poderia pensar um projeto maior que refletisse mais sobre as categorias de gênero e raça?" Em 2010 a gente começou essa nova discussão com a Kellogg e foi daí que surgiu para a Instituição Steve Biko um programa de formação de lideranças e organizações negras do Nordeste que a gente deu o nome de programa KWETU, que quer dizer em kiswahili "nossa casa, esse lugar, nosso espaço". É bom enfatizar isso, essa importância que a Biko teve com os conselheiros da Fundação Kellogg nas discussões pautadas na questão da raça. Não podemos negar que Antônio foi muito importante e Andrés, que foi um quadro também muito importante por ser muito sensibilizado nessa discussão e estar trazendo a Kellogg a repensar seu papel não só no Brasil, mas onde ela puder esta financiando, em outras partes do mundo, essa discussão.

O programa, que a gente chamou de KWETU, pegou os 9 estados do Nordeste brasileiro, militantes de todos os estados para entender uma nova configuração que na época a gente estava vivenciando: Estatuto da igualdade racial, políticas de ação afirmativa... para a gente discutir de que forma a gente poderia consolidar uma luta

coletiva aqui no Nordeste brasileiro. Para nós, enquanto Biko, foi muito importante assegurar essa formação dos líderes do movimento negro no Nordeste. A gente vê hoje o resultado. Muita gente está em lugares estratégicos, não só no Nordeste, mas fora dele também, implementando a luta.

O programa era de um ano e meio, nós começamos em março de 2012 e terminamos em dezembro de 2013. Tinham 15 dias de formação aqui em Salvador e também tinham formações em outros estados durante esses dois anos. Isso para que a gente pudesse conhecer os outros estados e conhecer como o movimento negro se posicionava em determinados estados aqui do Nordeste brasileiro. O público-alvo era de militantes ou não militantes do movimento, mas pessoas que estavam engajadas nessa luta. No início foram 30 participantes e terminamos com 21. Nós tivemos alguns momentos que foram essenciais no KWETU, que foram as sub-regionais. Elas aconteciam em um estado onde aquele grupo de estados tinha que organizar uma formação que atingisse não só os 30 participantes, mas que atingisse outras organizações e outros militantes do movimento naquela época. Por exemplo, Paraíba, Piauí...

Eram aulas, a formação era de 15 dias e era um grande currículo formativo que a gente chamou de trilha formativa. Eram alguns módulos que a gente chamou de "organizar para transformar", "história da resistência negra", "o eu, o nós e o nosso". Esse último foi um módulo onde os cursistas tinham que se perceber a partir de quem eram eles, daí tinham um diálogo com o outro em busca de uma luta coletiva, desse "nós". Foi um módulo imprescindível para que hoje a gente tenha essa rede, uma rede que a gente pode acionar qualquer um desses cursistas que passaram pelo KWETU, eles estão aí. Formou-se uma rede de solidariedade e através da própria Kellogg a gente tem a rede KFLA,[62] que é uma rede onde eles entram em contato. São ex-alunos de programas da Kellogg. É a rede de fellows, uma rede mundial, internacional que a Kellogg tem de beneficiários.

É preciso enfatizar que nesse programa KWETU a gente teve a parceria da CESE e do Instituto Mídia Étnica. Cada uma das instituições ficou com determinado módulo dentro do nosso programa. O Instituto Mídia Étnica ficou com a parte de comunicação, que é a expertise do instituto. Todos os cursistas passaram por um processo de como entender a comunicação e fomentar uma mobilização através da comunicação. Para a gente foi muito importante ter essa parceria com o Instituto Mídia Étnica. A CESE contribuiu muito no desenvolvimento institucional e no fortalecimento das organizações negras, que era algo que a gente percebia como um dado de fragilidade dentro das organizações no Nordeste. A Kellogg ajudou as três organizações, o Mídia Étnica, o Instituto Cultural Steve Biko e a CESE, que até então não tinham o diálogo de construção coletiva de um trabalho,

o que não quer dizer que não tinha o diálogo. Isso nos ensinou a possibilidade de organizações com expertises diferentes a fazerem construções coletivas. Através do programa KWETU a gente pôde vivenciar e ver isso muito bem. Independente da Kellogg ter financiado a CESE para um determinado trabalho, o Mídia Étnica para um e a Biko para outro, nós tivemos esse cuidado de unir e entrelaçar o que era de interesse nosso, que era uma formação diferenciada dessas lideranças negras que vinham para cá. Nós não queríamos uma formação pela formação, sem eles estarem pensado de uma forma mais abrangente da luta pautada nas questões raciais, mas queríamos capacitá-los mesmo no desenvolvimento institucional: como buscar recurso, como ser autossustentável, e isso quem fez dentro da nossa formação foi a CESE. O Instituto Mídia Étnica foi muito bom em uma questão que a gente até tinha uma preocupação no "organizar para transformar", de como essa liderança, essa nova roupagem de liderança poderia se dar no momento em que eu estou vivenciando aqui de dar uma entrevista, sendo filmada, tendo que falar rápido.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Rosana Fernandes

A minha incorporação efetiva mesmo, para além daquelas discussões do fundo, foi quando a CESE teve o apoio para fazer um projeto, e nós também passamos a visitar todos os estados do Nordeste. Éramos: Biko, CESE, Mídia Étnica e CEAFRO, além dos consultores e representantes da Fundação Kellogg. A gente antes discutia o que seria "o mecanismo", "a ambiência"... eram termos muito vagos. O que seria esse mecanismo? Eu pedia que tivesse pelo menos alguma coisa escrita, porque eu tinha, inclusive, dificuldade de explicar aqui para a CESE. Mas a gente passou por esse período de ambiência, de constituição do mecanismo e aí a CESE apresentou um projeto, que foi

[62] *A Kellogg Fellows Leadership Alliance (KFLA) cria oportunidades para 1.600 Kellogg Fellows de todo o mundo para deixar um legado significativo, como resultado de ter participado em programas de desenvolvimento de lideranças através da Fundação Kellogg. Ver: http://www.kfla.org/en/about, acesso em 30 de setembro de 2015.*

também provocado pela Kellogg, a partir do qual pudéssemos apoiar organizações negras do Nordeste do Brasil, um projeto que seria para o fortalecimento institucional dessas organizações. Nesse período o CEAFRO fez aquele mapeamento e uma das questões que estava colocada era a fragilidade das organizações negras. Então a CESE apresentou esse projeto de fortalecimento institucional para a Kellogg, no valor de US$ 500 mil.

Eu sabia que existia o apoio da Fundação Kellogg para o Instituto Cultural Steve Biko, que era para o programa de formação de lideranças, e tinha também um apoio para o Instituto Mídia Étnica. Eles negociaram com cada organização individualmente. Mas, sendo as três organizações aqui da Bahia, de Salvador, me incomodava fazer um projeto que não tivesse articulação com os outros parceiros, com os outros companheiros. Então eu apresentei a proposta de a gente fazer isso de forma articulada. Pegamos esse desafio, sentamos aqui para discutir como a gente poderia operar juntos. Eu tinha estudado um pouco cada um dos projetos e aí a gente começou a construir um edital unificado, onde tivesse as três oportunidades para as organizações nordestinas apresentarem propostas. A Biko ficou com a formação de lideranças, mas a gente tinha muita discussão aqui, porque eles queriam trabalhar com indivíduos e eu achava melhor ser por organizações, porque você responsabiliza e compromete mais o participante. Chegamos a um meio termo: a organização selecionada indicaria a liderança para participar do curso. O pessoal do Mídia Étnica teve um recurso, mas era menor do que o da CESE e o da Biko. E foi muita luta, eu, Lázaro e Tarry, da Biko, o pessoal do Mídia Étnica, mas fizemos um edital unificado e lançamos para o Nordeste todo. A CESE tem várias organizações que são cadastradas, então a gente encaminhou para elas o edital, botamos aos quatro ventos para poder fazer essa seleção. Fizemos a seleção dos projetos. Depois, como fazer essa formação? Então a gente combinou que otimizaria os recursos. Primeiro o lado político, cada projeto que fosse apoiado pela CESE deveria indicar pelo menos uma pessoa para fazer parte da formação de lideranças com a Biko. E nas atividades a gente começou a fazer assim: o pessoal da Biko fazia a formação em determinados dias, depois a CESE entrava e fazia uma formação de três dias, depois o Mídia Étnica entrava. Foi uma experiência muito bacana, de você lidar de forma respeitosa e de buscar construir junto. Então a gente alugava o mesmo espaço. Tinha turma que levava dez dias aqui, mas fazendo parte do trabalho com essas três organizações. Nós executamos esse projeto e, para além do Fundo Baobá, a execução desse projeto foi uma contribuição muito importante que a Kellogg deixou aqui. E não é porque eu estava na coordenação, o projeto possibilitou que várias organizações que vinham enfrentando dificuldades, ou outras que estavam surgindo, como o Odara – Instituto da Mulher Negra,[63] que é daqui da Bahia, pudessem, por

exemplo, fazer uma articulação entre essas mulheres e essas organizações que participavam da formação da CESE, para a constituição de uma rede de mulheres negras no Nordeste. Então eu acho isso um saldo importante. Foi um processo valoroso. Depois de reunir essas lideranças, essas organizações, eu pude confirmar algumas coisas que eu pensava, outras não. O processo de visita, que eles chamam de "devolutiva", foi importante para nós. Nossa ideia era trabalhar com essas organizações também para saber de que forma a gente poderia contribuir. Nesse projeto nós tentamos, buscamos ter esse olhar. A gente só poderia escolher uma ou duas organizações de cada estado e poderia fazer com que essas organizações selecionadas executassem projetos que tivessem esse fortalecimento e replicassem isso de uma forma, digamos, mais ampla para cada estado. Posteriormente se constitui o Baobá, se formaliza a organização tendo esse compromisso de a gente poder continuar contribuindo para que esse fundo, o Baobá, venha a se consolidar.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Sueli Carneiro

Então, na sua origem o foco do Baobá é, prioritariamente, os nove estados do Nordeste. E em função desta premissa, que foi colocada desde sempre, o comitê impulsor visitou os noves estados do Nordeste consultando a militância, além de ter sido contratado o mapeamento. Foi realizado o mapeamento dos nove estados do Nordeste das organizações negras atuantes ali. Além disso, nós fomos para o corpo-a-corpo, mesmo, com as organizações em todos os nove estados. Nós do comitê impulsor nos dividimos entre os nove estados do Nordeste, dialogando com a militância e apresentando a proposta. Então, quando saiu o mapeamento, quer dizer, reforçou o panorama que se precisava ter de qual seriam as necessidades prioritárias das organizações e,

[63] *Odara, Instituto da Mulher Negra, é uma organização negra feminista que visa superar, em nível pessoal e coletivo, a discriminação e o preconceito, bem como buscar alternativas que proporcionem a inclusão sociopolítica e econômica das mulheres negras e seus familiares na sociedade. Ver: http://institutoodara.org.br/, acesso em 5 de outubro de 2015.*

ainda antes de começar o apoio por meio de editais – o apoio formal, institucional –, antes da gente começar propriamente a apoiar as organizações, entram aí as consultorias que a CESE realizou, por exemplo, para atender a uma das prioridades que é um dos desafios, digamos, que as organizações apresentam sempre, que é consolidar o seu processo de institucionalização, capacitar para a gestão.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Roseni Sena

Para apoiar o comitê programático foi criado um grupo de consultores, do qual eu fazia parte. E o apoio desses consultores era um projeto específico da Kellogg. Quando a ideia do fundo se concretizou, a Kellogg fez uma antecipação de US$ 5 milhões, que veio para a FUNDEP,[64] depois que eles estudaram várias possibilidades de onde estaria esse recurso, eles puseram na FUNDEP. Aí já não tinha nada a ver com o grupo apoiador, era um recurso a ser gerenciado pelo movimento, na relação entre Kellogg, movimento e FUNDEP, e tinha um comitê específico para a gestão deste recurso, constituído por pessoas do movimento, Kellogg e FUNDEP. Eu era a gestora dos recursos pela FUNDEP para o grupo de consultores que atuaram até a criação do Baobá. Eu organizava os recurso para as reuniões do comitê, dos grupos específicos para estudo referentes à criação do Baobá, especialmente quanto aos aspectos jurídicos e comunicação da iniciativa.

As reuniões do comitê programático eram mais ou menos uma vez por mês. Sempre aconteceram na Bahia, porque a gente decidiu que ali era um foco importante do movimento negro. Primeiro por conta da presença do movimento negro e também porque tinham pessoas de lá que participavam do comitê. E o comitê programático às vezes decidia fazer reuniões ampliadas, convidavam mais pessoas do movimento que também aconteciam em Salvador, para discutir as questões das dúvidas sobre a constituição de uma instituição vinculada ao movimento.

[64] *Criada em 1975, a FUNDEP é uma instituição que realiza a gestão de recursos de projetos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de outras instituições públicas e privadas. Ver: http://www.fundep.ufmg.br/pagina/69/fundep---o-que-e.aspx, acesso em 21 de setembro de 2015.*

Isso era muito inédito. Eu não sei dizer o número, mas foram muitas reuniões ampliadas, mais de dez. E a reunião do comitê programático acontecia uma vez por mês, durante três anos. Eram reuniões muito importantes, geralmente de dois, três dias, cada reunião.

E esse comitê discutia, entre outras coisas: por que agora a Kellogg decidia apoiar o movimento negro? Por que ela decidia por uma iniciativa antirracista a partir de uma organização branca, americana, da elite? Então, essa é uma discussão muito importante e que não saía da agenda, tanto questionando dentro do grupo como questionando até para os funcionários da Fundação Kellogg. Agora, dentro do comitê essa discussão era muito frequente e muito conceitualizada, não era uma discussão banalizada, era uma discussão muito conceitual.

Outro ponto muito importante na discussão, além dessa intencionalidade, era como uma organização americana financiaria essa luta antirracismo no Brasil, como faria isso a partir do movimento: Como o movimento organizaria uma instituição? Como uma associação? Uma fundação? Como isso se daria? Essa discussão fez parte de várias agendas e tinha discordâncias. Quem participa? Qual o significado que tem a presença dessas pessoas do movimento negro neste lugar? Quais são as repercussões para dentro do movimento e para fora do movimento? Então essa era uma discussão muito importante durante todo o tempo. E tinha divergências importantes, não pessoais, divergências mesmo de concepção. O movimento negro também tem muitas diferenças na sua formulação, diferenças que, às vezes, influenciam as consequências de como o movimento se apresenta na sociedade.

Quando o Baobá se constituiu em 2011, nós saímos de cena, aí a instituição se constituiu. O Baobá se tornou uma organização gerida pelo próprio movimento negro, sem nenhuma participação externa. A não ser pelo financiamento da Kellogg. Mas o financiamento era então direto ao Baobá. A instituição não tinha mais a minha participação como gestora junto a FUNDEP, porque eu fazia acontecer as reuniões do comitê programático. Até o Baobá ser constituído, toda a gestão, de reuniões, de passagens, hospedagem, era eu que fazia a gestão do recurso. Esse recurso foi muito importante na constituição do Baobá.

## CONSTRUÇÕES
DO MECANISMO AO BAOBÁ
Antônio Nascimento

Então, esse grande movimento em torno da criação do Baobá não foi "a bola da vez" das lideranças negras, pois elas faziam as contribuições no processo. Foi um processo um pouco acéfalo, faltou alguém com um jeito mais "trator" e de gestão para dizer: "vamos instituir esse negócio". Eram reuniões intermináveis e exaustivas, e com muito cuidado, porque o processo de elaboração era exaustivamente debatido, dialogado, como em todo movimento social, isso não é particular do movimento negro, é dos ambientalistas e de todos os movimentos. Onde tem pluralidade, tem divergência. É difícil dizer isso, mas essa bendita democracia dentro dos processos às vezes é contraproducente, porque eventualmente é preciso que alguém tenha a capacidade de enxergar aquilo que todo mundo está querendo. É a mesma coisa que todo mundo está querendo, mas há uma impossibilidade de que isso se concretize, porque primeiro alguém precisa vencer o debate a partir dos seus pontos de vista.

## CONSTRUÇÕES
DO MECANISMO AO BAOBÁ
Rui Mesquita Cordeiro

Ao final desse processo inteiro vieram as recomendações, o comitê programático fez um relatório, entregaram à Kellogg esse relatório respondendo a pergunta original, se o movimento negro, se as lideranças negras brasileiras estariam preparadas nesse momento para liderar o processo de criação de uma nova instituição que seria um mecanismo de sustentação da igualdade racial e da inclusão social no país. A resposta basicamente foi que não estavam 100% preparados, disseram: "estamos em torno de 70 ou 75% preparados, nos faltam várias coisas para podermos realizar, mas sentimos que topamos o desafio e gostaríamos de ir em frente com ele. Recomendamos que seja um fundo, um fundo que se chame Baobá", que foi o nome dado em homenagem ao

Magno Cruz, que era membro do comitê programático, liderança do Centro de Cultura Negra de São Luís do Maranhão,[65] e que faleceu em julho ou agosto de 2010 – isso foi em setembro de 2010, poucos meses depois. Uma morte inesperada, trágica e uma perda gigantesca para esse processo. Mas antes de morrer, ele, artista que era, compôs uma música e um poema que falava do Baobá, falava da analogia entre um fundo patrimonial para uma organização que viesse a financiar organizações negras, que fosse tão grande, forte e resistente como a árvore Baobá, que durasse milênios como a árvore Baobá, como um tipo de organização nova que pudesse ocupar espaços para além do que todas as organizações do movimento negro já ocuparam até aquele momento, pudesse dar um passo a mais, circular em áreas, circular em campos que as organizações atuais do movimento negro ainda não conseguiram chegar, que conseguisse ser robusta, visível, forte tal como a árvore Baobá. Não há quem não perceba um Baobá. E em homenagem ao Magno Cruz a recomendação era que fosse um fundo que se chamasse Baobá, que tivesse sede em Recife. Havia um consenso na época de que Recife poderia ser um símbolo muito interessante, a disputa sempre foi entre Salvador e Recife, e decidiram pôr Recife por várias coisas, mas uma delas que mais me chamou atenção na época foi a simbologia do Casa-grande & senzala do Gilberto Freyre, pernambucano, que "gerou" o mito da democracia racial brasileira.[66] E ter essa organização sediada lá como um contraponto a esse fato histórico poderia ser um desafio interessante. Essa foi uma das argumentações do documento que eles apresentaram como o porquê Recife, na época.

[65] *O Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), desde a sua fundação em 1979, tem sido uma das mais importantes organizações do movimento negro no Nordeste brasileiro. Ver: http://ccnmaranhao.blogspot.com.br/2009/09/historico-ccn-ma.html, acesso em 4 de outubro de 2015."*

[66] *O livro clássico Casa-grande & senzala [The Master and the Slaves], publicado por Gilberto Freyre em 1933, tornou-se um dos livros brasileiros mais conhecidos no mundo no século XX, e é apontado por muitos como um dos maiores incentivadores para o fortalecimento do, hoje chamado, "mito da democracia racial", em função da celebração da miscigenação brasileira presente no livro. Há muitas críticas a essa "celebração da mestiçagem" e ao próprio trabalho de Gilberto Freyre, feitas por muitos intelectuais brasileiros e estrangeiros. Para conhecer esse debate no Brasil, ver o primeiro capítulo do livro: PEREIRA, Amilcar A. "O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.*

## CONSTRUÇÕES
DO MECANISMO AO BAOBÁ
Elias Sampaio

Esse nome, Baobá, ele é super jovem. Nunca conseguimos dar um nome, a gente chamava de "mecanismo". Eu brincava muito, porque chegou um momento em que a gente falava tanto em mecanismo, sem dar nome, que ele parecia um filme de terror: "O mecanismo!" [voz assustadora], e eu brincava muito com essa história. Quando a gente falava de mecanismos pensávamos até em criar uma fundação aqui, espelho da Kellogg. Depois desistimos porque achávamos que seria muito complicado em termos de Brasil.

## CONSTRUÇÕES
DO MECANISMO AO BAOBÁ
Roseni Sena

Magno Cruz, uma figura emblemática do movimento negro, ligado à cultura, ele era um poeta, um artista, um escritor... todas as competências que um ser humano tem que ter, ele tinha. Um ser humano com uma sensibilidade enorme. Ele integrava o comitê. Então o nome, foi ele que uma vez disse: "gente, se tiver alguma coisa, vai se chamar Baobá." E ficou, mas o nome não é o mais importante. Eu fiz referência porque eu me lembrei muito dele, eu tenho uma lembrança muito agradável da experiência vivida com ele e me emociono quando lembro do Magno Cruz. Mas o movimento continuou, até com a perda dele, foi muito forte para o conselho e para o movimento.

# CONSTRUÇÕES
DO MECANISMO AO BAOBÁ
## Joe Stewart

O Fundo Baobá foi um compromisso importante. Começou com um challenge grant [doação condicionada a uma contrapartida] de US$25 milhões. Nós dissemos: "vamos dar a vocês 25, mas vocês terão que chegar a 50 e criar um endowment [fundo patrimonial] a fim de que o trabalho possa continuar sendo feito por vocês brasileiros."

Não percebemos naquele momento que grandes doações filantrópicas eram incomuns no Brasil. Nós desafiamos o Fundo Baobá a fazer uma coisa que não era parte da cultura brasileira. Isso criou um dilema. Nós tivemos que pensar e reposicionar isso, porque não poderíamos voltar atrás em nosso compromisso com o Baobá.

# CONSTRUÇÕES
DO MECANISMO AO BAOBÁ
## Elias Sampaio

Hoje eu não sei se está ainda a paridade de 1 real por 1 dólar, ou 1 dólar por 1 dólar. Mas eu fui para os EUA defender que não houvesse isso e sim que houvesse um aporte sem contrapartida. A despeito de eu ser contra. Porque eu acho que tem um debate que precisamos fazer no Brasil, apesar de todos os avanços nesse campo da promoção da igualdade racial, que é sobre o capital social que essa questão tem que construir. E isso os americanos não entendem direito: como é que a gente se arvora de ser a maioria de uma população e não consegue transformar isso em espaços reais de poder e nem de economia? Eles não entendem, isso não passa na cabeça deles. Eu, pessoalmente, acho que apenas a resposta: "é o racismo que faz isso", não é suficiente. Ela é uma condição necessária, mas não é uma condição suficiente para explicar a situação que temos hoje. Por isso que na época eu dizia o seguinte: "eu acho que tem que ter a contrapartida." Foi dito e feito: a gente foi fazer esse debate lá e eu fiquei com a maior "cara de tacho", fiz a defesa, mas não adiantou nada. O Board da Fundação Kellogg disse: "Não. Acho bom que fique isso." Depois eu achei interessante porque na cabeça deles não tem como, não há essa explicação com facilidade. O racismo, ele é real, ele existe, ele é uma condição necessária, mas ele não é totalizante.

**Você acha que a contrapartida poderia contribuir para um processo de conscientização, num processo de construção desse "capital social"?**

Eu não sei se um processo de conscientização, porque eu acho que há um processo de conscientização maior do que a gente imagina, o problema é: como é que eu transformo o problema de conscientização em elementos concretos para a transformação? Aí não funciona. A questão racial no Brasil é de um nível de complexidade muito mais profundo do que as pessoas imaginam. Não estou querendo ser superficial nesse sentido, agora tem elementos que temos de trazer para um debate como esse. Como é que eu vou dizer para um americano comum, que é pautado pela ética protestante, independentemente da cor dele, que eu não consigo um dólar de um negro para fazer políticas para os negros do Brasil, mesmo quando eu tenho um dólar de contrapartida deles? Eu não consigo explicar isso. Não adianta. Porque eles também têm o racismo deles e eles sabem disso. A média americana é de protestantes capitalistas, essa é a média americana, seja ele preto, branco, amarelo, cor de abóbora, de qualquer origem étnica. Como é que eu vou dizer para ele: "Olha, vocês americanos estão me dando um dólar, mas eu não consigo captar um dólar." Aí eu digo para esse mesmo cara que 51% da população brasileira é negra. Ele vai dizer: "Esse povo está louco, existe algo aí que não está batendo." Por isso eu era favorável à contrapartida, mas foi decidido em grupo, e eu fui defender o que o grupo decidiu fazer.

Essa questão da contrapartida tomou um largo tempo de debate no Comitê. Em retrospecto, eu sempre penso: "ah, como a gente cresceu, como foi legal", mas tinha uma pedra no meio do caminho, a contrapartida do 1 por 1. Mas você não podia dizer: "por conta disso eu não quero o recurso." Era um total de US$ 25 milhões. Você não vai dizer: "eu não quero que esses 25 milhões entrem, ou fiquem no Brasil!" Você vai criar meios de produzir condições para que aconteça! E, na verdade, foi isso que nós fizemos, embora soubéssemos que aquela exigência era extremamente difícil de ser cumprida. Em primeiro lugar, você não tinha aqui, e pode-se dizer que ainda não tem, uma tradição de filantropia como existe nos EUA. E o que existe nunca é dirigido para promover equidade racial. Esses setores que têm recursos para apoiar ações sociais, ações políticas, nem sequer nos veem como um ator político válido, essa é a verdade. Paralelamente à proposta da Kellogg nós teríamos, com o próprio

mecanismo já existindo, que desenvolver um trabalho específico no sentido de criar na filantropia brasileira a ideia de que nós negros temos uma luta para ser empreendida e que merece ser apoiada. A gente teria que se constituir como um setor que disputa – e a palavra é essa, não tem outra – esses recursos de filantropia, a exemplo de outros que são completamente legitimados nesse papel. O resultado, depois de o fundo constituído, eu ainda não tenho a noção perfeita de como ficou, mas sei que, ao longo do tempo todos os esforços empreendidos e as discussões feitas levaram a Fundação Kellogg a flexibilizar as regras da doação. Agora, eu entendo também essas regras como necessárias para a Kellogg, que fazia a doação do recurso. Era preciso, numa experiência pioneira, criar determinadas garantias. Obviamente, a medida que o tempo passou e que as relações foram ficando mais próximas, a Kellogg passou a ter uma compreensão maior da situação racial brasileira e do fato de que também estávamos numa luta para nos legitimarmos enquanto destinatários dos recursos da filantropia no Brasil.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Rui Mesquita Cordeiro

Com o passar do tempo, um processo educativo aconteceu e foi flexibilizada a questão da contrapartida. Primeiramente era de um para um a contrapartida, depois passou a dois para um; e depois passou a ser um milhão de dólares sem contrapartida nenhuma, e foi evoluindo, com o tempo foi expandindo, foi se flexibilizando a partir desse aprendizado. Mas sempre, cada flexibilização com um envolvimento direto do conselho da Fundação Kellogg, porque esse passou a ser um dos projetos especiais desse conselho. O conselho tem esse projeto do Fundo Baobá no Brasil como um dos projetos de grande aposta, um dos big bet, as grandes apostas como eles falam, da Fundação hoje em dia. E isso tudo associado ao fato de que esse conselho criou a primeira presidência negra na Fundação, e feminina, ou seja, tem uma série de contextos institucionais da Fundação em que o Baobá se insere.

O prazo para a captação e criação do Baobá era de cinco anos, entre agosto de 2008 e dezembro de 2013. Então, quando chegamos antes desse prazo, obviamente o conselho aprovou a extensão para 2016. Estamos próximos, ou seja, falta um ano e meio para acabar esse prazo. Mas as discussões sobre o Baobá dentro da sede da Fundação Kellogg continuam super vivas, o interesse continua super vivo. Então vai depender da liderança do

próprio Fundo Baobá de continuar essa negociação até discutir a partir de 2017 o que acontece, o interesse da Kellogg não vai se extinguir, isso é fato. Agora, como vai ser a partir de 2017, ainda é uma pergunta em aberto, que vai depender de mais negociações e mais conversas. Mas o interesse vai continuar. Isso é indiscutível, 2030 é o ano em que a Fundação completa seu centenário, e uma das coisas que a Fundação espera poder celebrar em 2030 é o Fundo Baobá e até outros legados em outros países, também similares ou diferentes, mas ligados a questão de uma nova possibilidade de futuro para crianças vulneráveis e com uma visão antirracista.

# CONSTRUÇÕES
## DO MECANISMO AO BAOBÁ
## Roseni Sena

Pela primeira vez a Fundação Kellogg definiu que criaria um fundo para investir no combate ao racismo no Brasil. E a Kellogg designou US$ 25 milhões para a criação desse fundo, mas ele teria uma condição: só seria liberado o recurso quando o movimento conseguisse captar recurso nacional, então era um para um. A cada um real que se captasse no Brasil, junto a outras fontes de apoio, financiamento, instituições filantrópicas e do poder público, a Kellogg financiaria um dólar. Isso foi um ponto importante, porque mudava a forma estratégica da Fundação de apoiar e financiar, mas, ao mesmo tempo, colocava para o movimento uma condição muito estressante. Quer dizer, se o movimento não conseguia, até então, captar recursos para os seus projetos, suas frentes de luta, como é que a partir daí ele conseguiria fazer? Isso foi um ponto de muita tensão. E, no meu ponto de vista, o movimento muitas vezes, esse grupo executivo, discutia com a Kellogg: "Por que enquanto era com outros projetos, outros programas, vocês nunca exigiram contrapartida? Mas agora, com o movimento negro, vocês vão exigir, por quê?"

Eu acho complicado, eu achei sempre um debate com muita controvérsia. Porque realmente, a Kellogg financiou o programa UNI, por exemplo, e foi um programa volumoso, no seu conjunto deve ter chegado a mais de 50 milhões, com universidades da América Latina. As contrapartidas eram os trabalhos dos professores, era o envolvimento dos alunos, o envolvimento com os serviços de saúde e de comunidades. Nunca disseram: "você recebe dez e, para cada dez, você tem que ter dez." A primeira vez que foi feita essa estratégia foi com essa iniciativa de combate ao racismo no Brasil.

**Por que você imagina, pela sua experiência, que a Kellogg tenha feito dessa forma?**

Acho que foi porque a Kellogg pela primeira vez foi trabalhar com um movimento. Antes ela trabalhava com organizações. Organizações muito estruturadas, universidades, uma organização como o Steve Biko, que é uma organização muito bem estruturada, o CEAFRO, o Geledés, que tem responsável, que está estruturada com atuação. Eu sempre quis entender que foi nessa direção. Agora, quando foi para trabalhar com um movimento, não era uma instituição, era um conjunto de frentes e muitas organizações que atuavam em diferentes campos da sociedade. A instituição veio depois, com a proposta do Baobá. Então, eu acho que tinha uma questão: como apoiar um movimento? Como financiar um movimento com muita diversidade? Como é que se trabalha com um movimento com tantas diferenças? Porque o movimento não é homogêneo. Todos nós que conhecemos o movimento negro sabemos que, como todo movimento social, ele tem diferenças internas. Como é que você coloca isso junto para uma proposta de fazer um crescimento, um protagonismo desse movimento? Eu fico imaginando que devia ser esse o motivo, não deve haver outro. Não era de desconfiança não, mas a falta de um mecanismo conhecido para realizar essa tarefa, até que se constituiu uma instituição, o Baobá.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Andrés Thompson

**Como você viu os debates, as discussões durante esse período de 2008 a 2010 em que se estabelece o que mais tarde seria o Baobá?**

Tiveram algumas coisas interessantes. Por uma parte acho que a gente teve um enorme sucesso em convencer aquele núcleo de pessoas, as lideranças do movimento negro, a sentarem à mesa e, mesmo com todas as suspeitas e desconfianças sobre as intenções da Fundação, a assumirem o compromisso de liderar esse processo. Isso foi uma grande vitória, conseguir sentar com esse pessoal à mesa. Outra coisa é que era um pessoal de tão grande destaque em suas trajetórias, que não era nada fácil conviver com todos os egos, no bom sentido, mas eram egos muito grandes, todo mundo tinha opinião, e tinha opinião forte, e nem sempre concordavam as opiniões: se em termos políticos esse núcleo era muito forte, esse também era o motivo para que as coisas fossem muito mais devagar do que a gente esperava, porque havia muitas discussões. Uma das discussões grandes foi a

questão da contrapartida, o matching, por exemplo. No começo havia discussões com a Fundação e essa questão não estava presente, no finalzinho da decisão eles colocaram isso: "sim, vamos doar 25 milhões, mas queremos uma contrapartida de 1 por 1 brasileira". A gente falou: "Poxa, e agora?".

**Esse matching não existia com os fundos de mulheres e direitos humanos?**

Não, não era matching, mas eram doações menores. Foram doações de US$ 300 mil, US$ 400 mil para outro gênero, aqui era para investir em um fundo patrimonial. Esse era um dinheiro que não ia ser tocado, ele ia gerar juros e renda para investir, essa era a ideia, e isso ia permitir o funcionamento pela vida inteira desse fundo. Não ia dar para pegar esse recurso e gastar ou distribuir, era para que ficasse como um patrimônio, que fosse importante para atrair outas doações. Quando a Fundação coloca: "ok, nós vamos ir investindo na medida em que vocês consigam também recursos locais". Foi fantástica essa discussão porque depois de tudo, quando eu vim com essa informação da discussão eles queriam me matar: "a gente estava esperando que iam nos doar US$ 25 milhões, mas somos nós que temos que investir 25 milhões?" Isso mudou o jogo. Eu expliquei tudo isso, que estrategicamente a gente poderia não aceitar essa proposta e dizer: "não queremos os 25 milhões com essa condição." Ou dizer "ok" e ver como conseguimos os 25 milhões. A resposta era: "é injusto da parte da fundação exigir justamente da parcela da população mais pobre do Brasil, que são os negros, exigir o que vocês nunca exigiram para ninguém", que era a contrapartida um por um para cada doação. Foi uma discussão muito difícil que me levou a muitas brigas internas na Fundação.

Em uma reunião resultante do mapeamento, que abriu um caminho muito interessante, me pediram para falar no final da reunião sobre essa questão do papel da fundação. Eu falei dessa condição da contrapartida e quando eu falei disso vieram as vaias: "Como? Isso é sacanagem! A gente é pobre, a gente não tem recursos e estão pedindo US$ 25 milhões? Isso é impossível!". Eu dizia: "Bom, essas são as regras do jogo, não se pode fazer nada para mudar isso". Um cara, um militante que tinha ido para essa reunião de uma dessas organizações que tinha sido mapeada, que estava no fundo da sala levantou a mão e disse: "Isso não é complicado não. Nós somos a metade da população brasileira, os negros, em números somos 100 milhões. Vamos pensar que desses 100 milhões somos facilmente 50 ou 60 milhões de adultos, sim, que bebemos cerveja, sim. Se a gente bebe uma cerveja a menos por ano já temos mais de 25 milhões de dólares. Com uma cerveja a menos por ano a gente pode contribuir para esse fundo e já temos esse dinheiro. É só uma questão de se mobilizar, mas conseguir a gente consegue, a gente tem essa grana. Como não tem?".

Eu não lembro dessa pessoa, é um anônimo para mim, uma pena não ter registrado isso. Eu saí dessa reunião, lembro que Antônio não estava lá, eu liguei para ele e disse: "Antônio, vamos desenvolver a estratégia da cerveja!". Ele disse: "O que é isso?". Respondi: "Um cara disse que há uma possibilidade, mas desde que tenha uma mobilização política em torno disso. Não é conseguir dois ou três financiadores ricos. Acho que é muito mais legítimo e muito mais extasiante fazer uma mobilização social para que a própria população negra financie essa criação". Então eu juntei a minha equipe e falei: "Nós vamos ser os primeiros a desenvolver a estratégia da cerveja". Eu propus para a equipe de consultores de começar, fazendo nós, como pessoas, não como consultores ou funcionários, o primeiro investimento para o fundo. A gente adotou essa decisão de fazer um investimento pessoal, então cada um daria o que pudesse mensalmente, nessa época, em 2010, a gente fez um investimento de R$10 mil para dar um sinal tanto para as lideranças negras quanto para a Fundação internamente, do compromisso da equipe. Depois que eu saí ficou na pauta de que esta devia ser uma estratégia importante do Baobá para conseguir essa contrapartida para a Fundação. Acho que depois, por vários motivos, isso não deu certo e não sei bem na verdade...

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Rui Mesquita Cordeiro

E algumas outras recomendações do comitê programático, que iam além do Fundo Baobá, mas que iam para a própria Fundação Kellogg, na continuidade do processo de construção de uma ambiência para essa organização que ainda estava por existir. Seria que a Fundação Kellogg apoiasse algumas coisas prioritárias que saíram do mapeamento do CEAFRO, da série de viagens e conversas que eles fizeram no Nordeste. A primeira coisa seria uma estratégia de visibilidade e comunicação, um dos eixos importantes que eles recomendavam para essa nova organização ter como foco, para ajudar a visibilizar o tema da justiça racial no país, a sair do gueto, sair da invisibilidade histórica. Então, havia uma recomendação de que a Kellogg pudesse financiar projetos de comunicação e visibilidade, em paralelo a um processo que iria começar com a criação dessa nova instituição, para que quando ela estivesse criada, existissem parceiros financiados pela Fundação que pudessem ajudar essa nova organização também nessa área. A segunda área importante destacada por esse relatório era o eixo do

desenvolvimento institucional das organizações negras, como fortalecer essas organizações, como ajudá-las a terem planos de sustentabilidade financeira e política, como ajudá-las a melhorar a sua captação de recursos etc. A terceira área era o que eles chamavam de temas estratégicos: a cada período de tempo, temas estratégicos poderiam ser escolhidos. Um dos temas que eles discutiam naquela época era o tema da juventude negra. Era um dos temas que eles citavam como exemplo, mas não o único. O tema da mulher negra era outro, o tema quilombola era outro e por aí vai, e dentre esses temas apoiar o que eles chamaram de um edital para pequenos projetos para financiar organizações negras nesses temas prioritários, com um edital para pequenos projetos. Dessas recomendações todas, de setembro de 2010, uma nova etapa começou. Extinguiu-se o comitê programático e foi criado um grupo novo, que foi um "grupo impulsor" formado em parte pelos membros do comitê programático, mas com convite a várias outras pessoas cujo objetivo era criar o Fundo Baobá, criar o estatuto, arrumar um contador, arrumar um advogado, ajudar-nos a criar o estatuto, fazer a criação do CNPJ e todo aquele processo burocrático, enfim: missão, visão da instituição, primeiro plano estratégico, quem vai compor o primeiro conselho, quem vai ser a primeira presidência, quem vai ser o primeiro diretor executivo, quem vai contratar essas pessoas. O primeiro projeto captando recursos, que a Kellogg se comprometeu em financiar, ou seja, toda essa fase que começou em setembro de 2010 e foi até o final de 2011, quando foi o lançamento público do Fundo Baobá. O Baobá fez três eventos de lançamento público, um no Rio de Janeiro, um em Recife e um em Brasília. Então, esse período foi um ano e meio de burocracia, todo processo burocrático de criação do fundo. E nesse período a Kellogg financiou o Instituto Mídia Étnica de Salvador para fazer um projeto de comunicação em nível regional no Nordeste, como um piloto de ambiência para o Fundo Baobá, que foi o fortalecimento e a expansão do Correio Nagô, saindo da Bahia para o Nordeste inteiro. Também financiamos o Instituto Steve Biko para criar um programa de liderança, KWETO, para o Nordeste do Brasil, que foi um programa de formação de lideranças muito importante. Financiamos também a CESE de Salvador, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço, que é uma organização baiana que tinha um histórico de apoiar o desenvolvimento institucional da sociedade civil no Nordeste e no Brasil como um todo, e eles receberam um fundo de apoio de meio milhão de dólares na época para poder apoiar organizações negras no Nordeste em seu desenvolvimento institucional, com todo programa que hoje já gerou um livro sobre as particularidades e diferenças entre desenvolvimento institucional da sociedade civil em geral e da sociedade civil negra, do movimento negro e das organizações negras, o que também é bem interessante, um legado muito importante. Em paralelo, também chegamos a apoiar o Fundo Elas no Rio de Janeiro, para criar e fortalecer seus editais de

apoio às mulheres negras, também apoiamos o Fundo Brasil de Direitos Humanos em São Paulo, para também fortalecer os seus editais de apoio à igualdade racial, financiamos também a ANDI[67] em Brasília, Agência Nacional de Direitos da Infância, que fez todo um processo de mapeamento do comportamento da mídia e da imprensa em geral no Brasil frente à questão racial da infância e da juventude negra, que também foi um legado muito importante no campo de visibilidade e comunicação. Tudo isso foi parte da panela que estava cozinhando o Fundo Baobá, em paralelo ao trabalho que todas essas organizações faziam, o grupo impulsor estava contratando os advogados, contadores, criando o primeiro conselho, contratando o primeiro diretor executivo, definindo quem seriam as presidências do Fundo Baobá, havia uma predileção em setembro de 2010 de que a Luiza Bairros seria a presidente do Fundo, seria a primeira presidenta do Fundo. Mas quando chegamos dois meses depois de novembro de 2010 a presidenta Dilma já eleita convida a Luiza Bairros para ser a ministra da SEPPIR, e aí perdemos a presidência do Fundo naquele momento. Mas foi por uma causa muito nobre, a Luiza foi para Brasília e se desligou do Fundo Baobá, obviamente para evitar qualquer conflito de interesses. Assumiu a presidência do Fundo uma pessoa interina até a chegada do Helio Santos, que está como presidente até hoje. Helio está aí e acho que ele está fazendo um papel brilhante também, estou muito feliz com o trabalho que ele está fazendo. De 2012 em diante, o fundo foi criado, foi para a rua e começou a trabalhar na sociedade brasileira, frente a uma mega expectativa, que infelizmente foi criada também, de que todo mundo achava, pelo fato de existir um fundo, que nossos problemas estavam resolvidos, e não é bem assim. O Baobá teve que se posicionar de maneira estratégica frente ao movimento negro também, porque não tem capacidade de financiar tudo de todo mundo. Então essa fase é de consolidação, também interessante, mas isso tudo é o cronograma do ponto de vista da Kellogg.

[67] *A Agência Nacional de Direitos da Infância (ANDI), criada formalmente em 1993, mas atuando de maneira voluntária desde 1990, é uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro e apartidária, que articula ações inovadoras em mídia para o desenvolvimento. Ver: http://www.andi.org.br/sobre-a-andi, acesso em 4 de outubro de 2015.*

# CONSTRUÇÕES
## DO MECANISMO AO BAOBÁ
Cristina Lopes

Quando o Baobá foi criado, a Fundação Kellogg nos deu um desafio, um generoso desafio: a cada real que nós captássemos para o fundo patrimonial, eles colocariam mais um real, até o limite de US$ 25 milhões. Essa foi a proposta inicial. A ideia era que se constituísse um fundo patrimonial, com regras específicas de utilização, pois não seria possível utilizar os recursos desse fundo até que ele atingisse US$ 10 milhões ou até que se passasse cinco anos. Havia uma série de regras, na verdade, para que esse fundo fosse utilizado.

A primeira estratégia que tentamos para a captação de recursos foi com o Joel Zito Araújo, cineasta, que faz parte do conselho deliberativo do Baobá. Ele estava lançando o filme, Raça.[68] A ideia era divulgar a doação que ele faria da arrecadação com a bilheteria do filme para o Fundo Baobá como uma ação filantrópica, estimulando assim a cultura de doação. Houve o lançamento do Baobá, inclusive com a exibição do filme Raça, mas a gente percebeu que só essa iniciativa não daria corpo. Tentamos mais alguns outros tipos de captação, mas justamente por não haver uma cultura de doação para a justiça social no Brasil, é ainda difícil a gente trabalhar isso sem um plano de captação específico, que é o que a gente tem construído hoje.

A partir de diálogos com a própria Fundação Kellogg, eles fizeram uma flexibilização do investimento no fundo patrimonial. A partir daí, cada real que a gente captasse para projeto, eles colocariam mais um real para o fundo patrimonial. E a cada real que a gente conseguisse captar diretamente para o fundo patrimonial, eles colocariam mais dois reais no fundo.  Em dezembro de 2014, a gente tinha aproximadamente US$ 1,4 milhões, e esse dinheiro, em sua grande maioria, é proveniente de captação para projetos. É bastante difícil. A gente faz parte da Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social,[69] que é uma rede que reúne dez fundos que financiam projetos, cada um com suas características. O Fundo Brasil de Direitos Humanos financia projetos voltados para Direitos Humanos, o Fundo Elas, projetos voltados para questão de gênero, enfim, cada qual com seu tema. A Rede

[68] *O filme Raça - um filme sobre igualdade, de Joel Zito Araújo e Megan Mylan, capta a história de três pessoas negras que lutam por igualdade num país que se orgulha de ser exemplo de democracia racial. A produção do filme recebeu financiamento da Fundação Kellogg e de outras instituições, além de ter uma parceria com o Baobá - Fundo para a Equidade Racial. Ver: http://www.racafilme.com/sobre-o-filme.html, acesso em 10 de outubro de 2015*

trabalha para divulgar a filantropia para a justiça social no Brasil. No entanto, entendo que é necessário um novo approach, uma nova forma de aproximação de empresas e de indivíduos para que consigamos captar recursos.

A questão racial ela agrega em si uma dificuldade de se captar recursos, especialmente em um país que em grande parte ainda insiste em dizer que não tem problemas com a questão racial, que não existe discriminação racial ou ainda admite, às vezes: "Eu não sou parte do problema, eu não discrimino, então eu não preciso doar". Eu acho que tem uma série de delicadezas com as quais temos que lidar enquanto Fundo, para que alcancemos uma forma eficiente de comunicar e captar esses recursos. Há uma seara, que é a justiça social, que traz em si uma dificuldade de captação, mas que não é impossível. A gente recentemente concluiu o plano de captação de recursos e agora começaremos a investir em algumas estratégias para esse fim.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Sílvio Humberto

Ter o fundo e a própria dificuldade que você tem de angariar recursos reflete o contexto social e racial em que nós vivemos, de enfrentamento ao racismo. Também entendo que o fundo pode contribuir para reduzir as desigualdades raciais, enfrentar o racismo através das organizações para reduzir as desigualdades raciais.

A gente tem que cobrar do Estado, porque com dinheiro você também cobra do Estado. Com recursos, com essas possibilidades de que outras organizações entendam a importância disso, com a Kellogg se metendo isso atrai outras organizações. Nesse ponto o endowment é estratégico e não pode se perder o que o fundamentou, que foi o enfrentamento ao racismo nessa contribuição militante, para não se tornar um fundo gerenciado por

[69] *A Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social foi criada em 2012, é uma organização informal que reúne hoje dez fundos: Baobá - fundo para a equidade racial, Brazil Foudation, Fundo PositHIVo, Instituto Rio, Fundo Brasil de Direitos Humanos, ICom (Instituto Comunitário Grande Florianópolis), CESE, Instituto Baixada, Fundo Elas e Fundo Socioambiental CASA. Os membros da Rede, individual e coletivamente, representam e introduzem no Brasil uma nova filantropia: a filantropia de justiça social e comunitária. Ver: http://www.rededefundos.org.br/, acesso em 10 de outubro de 2015.*

pessoas especialistas em gerenciar fundos. Aí é a morte. A história até chegar a esse endowment, a proposta do fundo é uma construção política.

O problema não é nem ter o nome "fundo", o problema e o que você vai apoiar a partir daí, o que você vai fazer para manter essa roda girando. O problema não é ter lucro, o problema é o destino que você vai dar a isso. Ao que você vai dar sustentabilidade? É importante olhar sempre a missão para ver se tudo o que você está fazendo está de acordo com essa missão e com a história de construção dessa missão. Porque até a missão foi fruto de uma construção. E que muitos possam se beneficiar da sombra que essa árvore frondosa, o Baobá, tem gerado, ou venha a gerar mais ainda...

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Sueli Carneiro

Eu acho, por exemplo, que captar e doar é essencial. Isto é a função de fundo. E eu acho fundamental o fundo não se confundir com as organizações. O fundo não pode ser concorrente das organizações do movimento negro, o fundo tem que ser um apoiador. Essa é a questão de princípio que para mim é essencial. Ele tem que identificar as necessidades do movimento, tem que ter uma escuta sensível, mas o sentido fundamental, ainda que tenha no seu interior diversos ativistas, militantes históricos e tudo o mais, o desafio fundamental dele é constituir um endowment da ordem de US$ 25 milhões. Essa é a missão fundamental a ser realizada, e transferir todos os recursos para estratégias que façam avançar a questão racial no Brasil, e que emerjam da sociedade civil. É lógico que quando você tem um instrumento como esse, muitas possibilidades se apresentam. Esta é a função do movimento, porque eu sou uma pessoa que acredita em sociedade civil, acredito que democracia se constrói com sociedade civil forte. E para que haja sociedade civil forte você precisa ter organizações, instituições da sociedade civil, fortes. E para que nós possamos ser atores eficazes, sujeitos políticos eficazes na questão racial, nós precisamos investir na construção de grandes sujeitos políticos, grandes instituições: instituições fortes, competentes, que permaneçam no tempo, com vigor, com vitalidade e capacidade de incidência na sociedade. E um fundo tem que investir nisso, eu acho que essa é a questão crítica. É lógico que outras visões podem surgir.

Sempre perguntam se o Fundo deve ser um ator político ou não. E eu sempre digo que ele deveria ser, tão somente, em dimensões que o movimento não tiver condições de operar, de atuar, de incidir. Por exemplo, talvez o movimento não tenha possibilidade de empreender uma parceria estratégica em torno de um projeto que envolva governo, sociedade, agências multilaterais, uma coisa que tenha um tipo de complexidade, que não tenha nenhum ator político com capacidade de segurar isso. Aí eu acho que, talvez, o Baobá possa se apresentar e, de preferência, com a anuência do movimento, para disputas que o movimento não tenha "bala na agulha" para fazer. Eu acho que aí sim caberia ser um ator político. Ser um mediador, por exemplo, em um diálogo entre o Congresso brasileiro e os Black Caucus[70] dos pretos americanos, por exemplo. Tem algum ator político nosso, hoje, uma organização nossa que está em condições de sustentar esse diálogo? Bom, se não existir, aí eu acho que o Baobá pode fazer essa ponte entre Black Caucus e o Congresso Nacional, e construir uma agenda mediante consulta, inclusive do movimento negro, uma agenda de interesses em políticas públicas que passe por essas instâncias, por exemplo, dos Estados Unidos e do Brasil. Acho que aí seria um lugar, por exemplo, se o Baobá conseguir alcançar credibilidade e a competência que ele tem o desafio de alcançar, do ponto de vista da captação de recursos, do ponto de vista da gestão, do ponto de vista da sua presença na sociedade brasileira. A gente tem o desafio de se constituir enquanto tal e, em se constituindo enquanto tal, eu acho que ele pode ser um ator político que opere em dimensões amplas.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Cristina Lopes

O Baobá é uma organização que surge para apoiar outras organizações da luta antirracista, mas especialmente as organizações do movimento negro. O Baobá não é uma organização como as organizações que atuam diretamente no campo da luta antirracista, mas é uma organização que consegue chegar em espaços onde as

[70] *Criado em 1971, o Congressional Black Caucus é uma organização que reúne os negros eleitos como representatives (equivalentes aos deputados federais no Brasil), que são membros do Congresso Nacional dos Estados Unidos. Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/Congressional_Black_Caucus, acesso em 29 de setembro de 2015.*

organizações da sociedade civil não conseguem. Por exemplo, algumas articulações com governo, com empresas, em que percebemos que ainda não há um diálogo tão estabelecido. Vejo que esse é o espaço que o Baobá pode ocupar. É muito importante colocar que o Baobá não concorre com as organizações da sociedade civil, acho que isso é fundamental. O Baobá está aí justamente para dar apoio, para estabelecer pontes, para conseguir captar recursos e devolver ao financiador uma prestação de contas que, às vezes, uma organização da sociedade civil não consegue fazer. A situação atual das organizações, especialmente as que sempre tiveram menos acesso aos recursos – incluindo aí as negras, demonstram uma fragilidade: a dificuldade de ter um administrativo que consiga funcionar bem, que seja robusto, que dê conta de, por exemplo, prestar conta de um volume muito grande de recursos. Eu acho que o Baobá tem esse papel também.

# CONSTRUÇÕES

## DO MECANISMO AO BAOBÁ

## Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves

A nossa ideia era de que ele deveria ser um fundo que empoderasse as organizações negras no Brasil. Esse foi nosso ponto fundamental. O Baobá não era uma fundação para fazer coisas e sim para empoderar organizações negras. Não era para sermos mais um tipo de ONG que recebe dinheiro. Não, esse dinheiro era para estarmos construindo a sustentabilidade das organizações negras do Brasil. A nossa ideia era de que todas as vezes que as organizações negras precisassem ter reforços, o Baobá seria o sustentáculo. Como nós teríamos recursos, nós teríamos entradas em determinadas situações, e poderíamos, de certa forma, "chancelar" as organizações negras. Essa foi a discussão: Por que a gente entrou no Nordeste? Porque lá tinha um grande número de organizações negras que não tinham amparo. Percebe como que a gente ia começar a trabalhar essa estruturação? Todos os conselheiros concordavam com isso. Precisamos desconstruir um pouco a ideia de que estaria sendo criada uma fundação para dar dinheiro. Porque era essa um pouco a lógica que a gente queria quebrar naquele momento. Nós dizíamos: "Olha só, nós queremos que vocês estejam aqui para que possamos dar sustentabilidade para esses projetos que vocês estão fazendo, mas sem aquela lógica de pires de onde a gente sempre vai lá e pega 5 mil reais, pega 10 mil reais. Não é essa a nossa função. A nossa função é ter uma

fundação de negros que seja referência no Brasil e que a gente esteja junto, para que as organizações negras também se tornem independentes. Nós podemos fazer alguma coisa com a chancela do Baobá". Esse foi um problema muito grande porque todas as expectativas onde a gente chegava eram como a seguinte: "Bom, chegou uma Fundação Ford aqui para a gente". Não era isso... isso foi difícil de quebrar.

**Mas além do recurso financeiro, qual seria esse suporte? Seria um suporte técnico, político?**

Técnico e político. O Baobá, na hora em que ele vai se fortalecendo, ele passa a ocupar determinados lugares que uma organização negra que está longe não consegue, mas ele pode ajudar essa organização a chegar. A lógica que a gente utilizava era de estar em alguns lugares onde o negro não conseguia chegar, e a gente poderia trazer esses grupos para poderem estar lá e falar, no debate político com outras instituições. Na hora em que você vai discutir políticas públicas no Brasil, essas coisas todas, o objetivo é a gente poder estar lá e ter a chancela de poder trazer essas organizações negras para o debate.

## CONSTRUÇÕES
### DO MECANISMO AO BAOBÁ
### Cristina Lopes

O Baobá se constitui juridicamente em 2011, entre fevereiro e março. E a partir daí houve a formação da equipe. Os primeiros anos do Baobá foram dedicados a consolidar a instituição, tanto por dentro quanto por fora, porque era uma instituição que estava começando e teve o trabalho de, desde escolher a marca, a identidade visual, até pensar nos procedimentos administrativos mínimos para se conseguir trabalhar. Creio que levou algum tempo até que a organização consolidasse seus processos administrativos, da gestão, mas enfim, não se poderia funcionar sem o mínimo. Esses primeiros anos foram de consolidação da marca, da visibilidade institucional. Teve uma opção, da então gestão inicial, de investir bastante na visibilidade da instituição, em uma tentativa de tornar o Baobá um pouco mais conhecido, para que se pudesse pelo menos chegar nos lugares e as pessoas tivessem alguma ideia: "Ah, Baobá, eu já ouvi falar...". Porque realmente é um trabalho muito grande, de se colocar um fundo novo, uma organização nova, no campo.

O conselho do Baobá, por ter pessoas que são muito reconhecidas na luta antirracista, permite que tenhamos legitimidade. Tanto no campo, junto às organizações, quanto com financiadores, especialmente, os que acompanham a luta pela equidade racial no Brasil. Chegar a uma instituição e dizer que a gente tem Helio Santos e Sueli Carneiro no nosso conselho deliberativo mostra que nós somos uma instituição séria, porque essa pessoas não se associariam a uma organização frágil.

# CONSTRUÇÕES
## DO MECANISMO AO BAOBÁ
## Maria do Socorro Guterres

Quando eu saí em 2011, na verdade, já tinha sido fundado o Baobá oficialmente, legalmente. Inclusive, fui a primeira presidente. Eu fiquei pouco tempo, oficialmente acho que fiquei um ano. Não tenho, exatamente, o período, mas acho que fiquei um ano como presidente do conselho. E daí eu tive que pedir o afastamento porque estava assumindo o cargo na SEPPIR e, oficialmente, não era possível conciliar as duas funções. Quando eu saí foi que se iniciou um processo mais efetivo de busca e concretização desses apoios financeiros para o Baobá. Eu saí praticamente no início dessa estruturação mais efetiva. Estávamos ainda na discussão da construção e ida para a sede. Estávamos no diálogo lá em Recife, da possibilidade de irmos para uma casa que acho que era da Fundação Ford.

**Qual era a sua atuação, enquanto presidente, nesse curto período que você esteve à frente do Conselho do Baobá?**

Bom, nós tínhamos reuniões periódicas. Tinha uma sistemática de reuniões, de pelo menos uma vez ou duas a cada dois meses. Eu fazia a convocação das reuniões, era responsável por isso, e coordenava essas reuniões, além de assinar documentação, todas essas coisas. Juridicamente eu assinava os documentos juntamente com a pessoa que era responsável administrativamente, também, pelo Baobá, e fazia todo o processo de coordenação e discussão nas reuniões que eram realizadas no Conselho. Era basicamente isso.

A Fundação Kellogg me contratou em 2009, em outubro, para que eu fosse a Recife dar umas palestras sobre a importância da equidade racial no Brasil. A Fundação Kellogg estava de saída do Brasil, então eu fui e fiz esse trabalho. Eu fiquei lá três dias debatendo, mostrando a importância para o desenvolvimento brasileiro. Aliás, um parênteses, há muito tempo eu não discuto denúncia nem combato tanto o racismo de uma maneira geral. Há muito tempo eu discuto desenvolvimento, já que a democracia racial é um tema já vencido, não é? Esse tema foi superado. Não existe, nunca nem existiu e, portanto, hoje a gente discute o desenvolvimento. E foi o que eu fiz lá em Recife. Em Recife eu mostrei como é que a equidade racial era importante para o desenvolvimento do Brasil. Como é que o Brasil se consolida como um país verdadeiramente desenvolvido? E foi um trabalho remunerado. E depois, pouco tempo depois, eu fiquei feliz em saber que havia um grupo impulsor desenvolvendo a construção de uma iniciativa, que era o Fundo Baobá. Dois, três anos depois que eu fui convidado. O Baobá já estava funcionando, eu não participei da construção, da fundação do Baobá. Já havia sido lançado. Eu fui convidado depois, algumas vagas surgiram, por exemplo, a Luiza Barros havia ido para o Ministério da SEPPIR, o Elias Sampaio havia saído para ser Secretário da Igualdade Racial aqui no estado da Bahia e o Sílvio Humberto havia saído para ser candidato a vereador, e hoje é o vereador Sílvio Humberto. Havia algumas vagas e eu vim para assumir uma dessas vagas, mas ao mesmo tempo me vi presidente do Conselho, e hoje vejo isso como um desafio importante.

**O convite a você, para fazer parte do Conselho, você atribui a essa experiência de 2009?**

Eu penso que a primeira coisa é o meu compromisso com a questão racial. Então eu acho que isso conta, já que é uma condição que me parece sine qua non para estar no Baobá. Mas, para a Presidência do Conselho, provavelmente contou essa minha formação, esse meu olhar para a gestão, já que o Baobá representa um desafio. No Baobá, nós temos até final do ano que vem, 2016, para construir o nosso endowment. Então essa

deliberação da Fundação Kellogg de liberar US$ 25 milhões, para os quais nós temos que captar em reais ou em dólar, nós temos que captar um recurso para poder construir esse endowment. Hoje para cada um real que nós captarmos, nós recebemos da Fundação Kellogg dois. Para cada um real que nós captarmos para programas e projetos, a Fundação Kellogg aporta um real. Então, já que eu estarei aqui, na Presidência do Conselho até fevereiro de 2017, a minha missão é consolidar esse endowment.

# PROJETOS

O primeiro edital do Baobá foi fundamental, porque estamos vivendo o nosso primeiro ciclo de gestão de projetos. Esses projetos serão nossa vitrine. Teremos vivenciado parcerias que irão mostrar qual é o resultado do investimento na comunidade. Precisamos conseguir conciliar o que é a essência da temática racial e encantar quem financia. Aprender a conectar a lógica do mercado com a lógica de justiça social. E isso talvez seja uma das grandes mudanças pelas quais estamos passando. Precisamos de uma comunicação mais sedutora. Isso é essencial para desenvolvermos relacionamentos.

No primeiro edital, que foi realizado em parceria com a Fundação Kellogg e com a Fundação Ford, tivemos 194 projetos inscritos, dos quais 22 foram selecionados e estão em operação ao longo do ano de 2015, com investimento no valor de R$ 50 mil para cada Projeto. Estamos vivenciando um ciclo de aprendizagem a partir de parcerias com organizações consolidadas, que já têm experiência e já atingiram certo nível de maturidade, bem como temos organizações de base comunitária.

O segundo edital que nós fizemos, foi exclusivo para educação no Ensino Médio, com foco na gestão escolar e na juventude negra. O edital foi resultado de uma parceria com o Instituto Unibanco, e foi lançado em agosto do ano passado. Foram 124 projetos inscritos entre escolas e organizações da sociedade civil. Desses, foram selecionados dez projetos, com investimento de até R$ 30 mil cada. Esse edital é uma estratégia inovadora, pois a parceria firmada com o Instituto Unibanco e com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), pretende tratar a questão da educação no ensino médio, atuando diretamente na gestão escolar, focada na retenção do jovem negro na escola, pensando processos que façam com que este jovem sinta-se pertencente naquele espaço e que lá permaneça.

Queremos avaliar essa ação ao final do ciclo com o objetivo de entender de que maneiras usaremos as boas práticas para estimular a implementação de iniciativas similares.

# PROJETOS
## Cristina Lopes

Com os projetos do primeiro edital, lançado em 2014, e os projetos que começaram a ser desenvolvidos esse ano, passamos a ter uma espécie de portfólio de projetos que apoiamos, do tipo de trabalho que fazemos. Isso torna mais palpável para o próprio doador, para o investidor entender o nosso trabalho. Nos eventos que participamos enquanto Fundo, percebemos que é difícil para as pessoas entenderem o que é o trabalho de um Fundo, dizem: "O que exatamente vocês fazem?" E aí tentamos explicar de uma maneira muito simples, que captamos recursos e os investimos de maneira responsável, monitorando financeira e programaticamente os projetos. Nós fazemos o acompanhamento do desenvolvimento das atividades, verificamos se elas estão sendo realizadas de acordo com os objetivos do projeto e se os resultados esperados estão acontecendo. Caso não estejam, buscamos entender o porquê e buscar, junto à organização, uma solução. Além disso, fazemos também o acompanhamento da parte financeira, exigindo recibos e notas, tudo com validade fiscal, para que consigamos ter o máximo de transparência possível na prestação de contas. Esses, inclusive, são valores do Baobá: transparência, ética e gestão responsável.

Realizamos dois editais até o momento. O primeiro apoiado pela Fundação Kellogg e pela Fundação Ford e o segundo, apoiado pelo Instituto Unibanco, com parceria da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O primeiro edital é voltado para o apoio a pequenos projetos desenvolvidos por 22 organizações em todo o Brasil. Inicialmente financiaríamos 12 projetos com o apoio da Fundação Kellogg. Durante o processo de elaboração do edital, pensamos: "Vamos tentar aumentar esse número. É nosso primeiro edital, queremos fazer algo com mais impacto". Apresentamos a proposta à Fundação Ford, já com o apoio da Fundação Kellogg, o que, acredito ter facilitado a obtenção do recurso, pois demonstrava que outro grande financiador já acreditava não só na proposta, mas no Baobá. Nesse momento, a Fundação Ford, generosamente, entrou também no financiamento do edital e passamos a financiar 22 projetos ao invés de 12. Nesse primeiro edital apoiamos projetos sobre educação, saúde, segurança alimentar, comnidades tradicionais, garantia de direitos, cultura, enfim, é uma gama extensa de temas em que o fio condutor de todos eles é a promoção de equidade racial.

Nós entendemos que, uma vez que o racismo é estrutural, existem muitas formas diferentes de trabalhar a promoção da equidade.

Esse edital tem a característica de financiar organizações muito diferentes, distintas entre si, no que diz respeito ao seu desenvolvimento institucional. Algumas organizações estão recebendo suas primeiras doações, enquanto outras já têm atuação solidificada no campo, como a Criola[71], por exemplo, que tem mais de 20 anos de existência. Isso demanda da gente um jogo de cintura no que diz respeito ao monitoramento, porque vou precisar dar muito mais atenção à parte administrativa de uma organização mais jovem, que tem menos experiência na prestação de conta, do que a de uma instituição mais experiente. Isso faz com que, por exemplo, tenhamos que pensar se os modelos de relatórios e demais instrumentos de trabalho são os mais adequados. Eu acho que estamos vivendo a consolidação na parte programática que a parte administrativa já conseguiu realizar primeiro. E é um processo muito rico. É muito trabalhoso, mas ele é muito rico, porque faz com que repensemos as nossas práticas o tempo inteiro, para que nos tornemos cada vez melhores no que fazemos.

O segundo edital foi realizado em parceria com o Instituto Unibanco[72] e com a Universidade Federal de São Carlos. O financiador é o Instituto Unibanco e a Universidade Federal de São Carlos funciona como responsável pela parte programática. Nesse edital trabalhamos muito mais o monitoramento financeiro das escolas e organizações que desenvolvem os projetos. É um edital voltado para a gestão escolar, com o objetivo de melhorar os resultados dos jovens negros nas escolas. O edital se chama "Gestão escolar e juventude negra" e o objetivo é que o projeto proposto pelas escolas e/ou organizações em parceria com essas escolas envolvam a gestão escolar, promovam a equidade e, de alguma forma, impactem na melhoria de algum indicador: seja a diminuição de evasão, a melhoria de rendimento dos jovens negros atendidos por aquela escola etc.

Ainda temos mais quatro projetos, dois com o Instituto Coca-Cola Brasil e outros dois com a empresa Coca-Cola

[71] *Criola é uma organização da sociedade civil fundada em 1992, conduzida por mulheres negras, que atua na defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. Ver: http://criola.org.br/?page_id=257, acesso em 9 de outubro de 2015.*

[72] *O Instituto Unibanco foi criado em 1982 para promover o investimento social privado do Unibanco, que em 2008 formou o conglomerado Itaú-Unibanco. No ano de 2002, o Instituto redirecionou suas ações e passou a trabalhar prioritariamente com educação. A partir de 2007, com a criação do projeto Jovem de Futuro, a instituição se concentrou em atuar na melhoria do Ensino Médio público, por considerar essa fase estratégica para a formação da juventude e o desenvolvimento do país. Ver: http://www.portalinstitutounibanco.org.br/, acesso em 9 de outubro de 2015.*

do Brasil.[73] Os dois com o Instituto Coca-Cola são para o financiamento de duas organizações, que irão trabalhar a parte da comunicação de um projeto do próprio Instituto Coca-Cola, o "Coletivo".[74]As organizações, o Instituto Mídia Étnica, de Salvador (BA) e o Voz da Comunidade,[75] do Rio de Janeiro. O Instituto Mídia Étnica também é financiado pelo edital do Baobá. A diferença é que no edital do Baobá a escolha foi feita entre as quase 200 propostas que participaram do processo seletivo. Já o Instituto Coca-Cola e a Coca-Cola, apresentaram para o Fundo Baobá os projetos selecionados por eles. Neste caso, nossa função é fazer o monitoramento financeiro; A Coca-Cola apoia o Instituto Feira Preta,[76]responsável pela produção da Feira Preta - evento para empreendedores negros e negras que acontece todo ano, em São Paulo, no mês de dezembro. O segundo projeto com a Coca-Cola é um edital a ser lançado com o Fundo Baobá ainda em 2015, para apoiar iniciativas que divulguem as identidades e culturas negras.

[73] *O Instituto Coca-Cola Brasil desenvolve tecnologia social para programas que gerem empoderamento através de geração de renda e valorização da autoestima. Ver: http://www.institutococacola.org.br/, acesso em 9 de outubro de 2015.*

[74] *O projeto Coletivo Coca-Cola oferece diversos cursos profissionalizantes de curta duração em 108 comunidades de 13 diferentes estados brasileiros. Ver: http://www.coletivococacola.com.br/coletivo.html, acesso em 14 de outubro de 2015.*

[75] *O jornal Voz da Comunidade foi fundado por Rene Silva, um jovem que decidiu compartilhar as notícias que ocorriam na região do complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro, onde vivia. O jornal ganhou grande destaque após a ocupação do Complexo do Alemão pelas forças militares em 2010, episódio no qual o jornal proporcionou uma cobertura informativa alternativa a da mídia tradicional. Ver: http://www.vozdascomunidades.com.br/, acesso em 9 de outubro de 2015.*

[76] *O Instituto Feira Preta é uma organização social sem fins lucrativos que atua na promoção e no desenvolvimento sociocultural da comunidade negra e do empreendedorismo afro-brasileiro em nível nacional. Ver: http://www.10000mulheres.com.br/empreendedoras/Adriana-Barbosa, acesso em 9 de outubro de 2015.*

Várias oportunidades estão sendo abertas! Uma das maiores está ligada ao Circuito do Valongo, no Rio de Janeiro.[77] Eu sou místico, é bom que eu confesse isso aqui, e não acredito em coincidência. A sincronicidade marca minha vida, tanto que eu posso falar isso assim, tranquilo, sem nenhum medo de errar. Então, esta oportunidade, o Circuito do Valongo chegar ao Fundo Baobá... Nós concorremos em um edital complicado, sofisticado, edital com exigências importantes, com controle de qualidade, por exemplo. Então nós vamos gerir um Centro Cultural, um prédio que foi construído no século XIX pelo Imperador D. Pedro II.[78] Esse prédio está remodelado, ele está novo, pronto para receber atividades que não são estritamente culturais. A ideia é construir, ali no Centro Cultural José Bonifácio, um centro de excelência para pensar a questão étnico-racial.

Quando eu soube do Valongo, eu me apaixonei e comentei com um professor norte-americano que eu via o Valongo para a diáspora, para os 200 e poucos milhões de negros que vivem fora da África, eu via a região do Valongo como os mulçumanos veem Meca. E, pouco depois, vem esse edital e o Fundo Baobá vence esse edital e há uma expectativa minha de inaugurar esse Centro Cultural em novembro de 2015. Eu penso que ali será uma vitrine importante, para várias coisas. Durante muito tempo eu acreditava que fosse a Bahia, a Bahia é importante para a questão sócio-racial. Mas o Valongo do ponto de vista histórico, político, do ponto de vista emblemático é, talvez, o que nós temos hoje de mais relevante.

É o maior porto de entrada de pessoas escravizadas na história do planeta Terra.

[77] *Segundo o africanista Alberto da Costa e Silva, acredita-se que metade de todos os africanos escravizados que vieram para as Américas chegaram pelo Brasil e o Rio de Janeiro sempre foi ponto de chegada de escravos desde o início do tráfico Atlântico, mas foi no fim do século XVII que se transformou no maior cais de desembarque de pessoas escravizadas do Brasil, da América e do mundo. Desde 2011, em função de obras de remodelamento e escavações feitas na região portuária pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, foram encontrados diversos vestígios desse passado. E graças às pressões do movimento social negro instituiu-se ali o Circuito Histórico da Herança Africana no Rio de Janeiro. Ver: http://nacoesunidas.org/cais-do-valongo-ponto-de-partida-para-o-circuito-da-heranca-africana-no-rio/, acesso em 15 de setembro de 2015.*

[78] *Inaugurado em 14 de março de 1877, o Centro Cultural José Bonifácio foi o primeiro colégio público da América Latina. Construído por ordem de D. Pedro II para a educação da comunidade carente da Região Portuária, fazia parte do conjunto das "escolas do imperador". Desativado em 1977, deu lugar à Biblioteca Popular Municipal da Gamboa. O palacete da Rua Pedro Ernesto, nº 80, na Gamboa, é um centro de referência da cultura afro-brasileira. Ver: http://www.portomaravilha.com.br/circuito/, acesso em 15 de setembro de 2015.*

Do planeta Terra. Então o interessante sobre essa observação, conversando com o movimento social negro no Rio de Janeiro, eu vi que essa compreensão ganhou. Essa ideia que eu passei ganhou a aprovação de todos, o que é fundamental. Os ativistas do movimento negro no Rio de Janeiro têm a obrigação maior. Mas nós temos que abrir o Valongo para o planeta. Nós temos que ter a grandeza de entender que aquela é uma área mundial.

Lugar de memória...

Memória. E o interesse especialmente, por exemplo, dos estudiosos norte-americanos é muito grande. Nós temos que escancarar aquele espaço, para que bolivianos, equatorianos, venezuelanos, cubanos, norte-americanos, todo o Caribe, possam estar ali conosco, pensando na diáspora. Eu tive contato, por exemplo, com pessoas da área econômica, área da gestão e as pessoas mais aptas, as pessoas mais capacitadas que eu conheço estão no movimento social negro, no sentido intelectual, no sentido intelectual maior. Então, quadros, definitivamente é aquilo que o movimento social negro não tem falta. Como agregar essas pessoas das diferentes áreas e construir um centro de excelência, não para os negros, mas para o Brasil? Para o Brasil. Eu penso que esse espaço no Rio de Janeiro... nós temos que ter essa grandeza. Eu já passei essa minha visão para o Conselho do Baobá e algumas pessoas se assustaram, no sentido positivo. Mas essa é a minha perspectiva. Por quê? Porque esse guarda-chuva da equidade racial me permite isso. A construção da equidade racial, ela pode passar por doar recursos para instituições que desenvolvam projetos de excelência, mas não pode ficar restrita a isso. E se o Baobá é um fundo para a equidade racial, nós temos abertura para fazer mais e isso requer parcerias e requer também estar aberto aos talentos, que é exatamente o que não falta entre os ativistas negros e os não negros. Até porque eu sempre trabalhei com a ideia que a questão racial no Brasil não é um problema dos negros, é um problema da sociedade.

Esse edital, dentre as exigências dele, está que quem administrar o Centro Cultural José Bonifácio tem que cuidar do Circuito do Valongo. Nós temos que ter ideias, propostas para administrar esse Circuito. Quer dizer, esse ônus para mim é um grande bônus, porque na verdade, é um grande privilégio poder estar aberto, especialmente com o movimento negro do Rio de Janeiro onde, na minha avaliação, estão quadros generosos, homens e mulheres aptos. A gente tem condições de fazer ali um trabalho internacional, abrir realmente e eu penso muito já que é um Centro Cultural, onde dança, onde música, onde teatro, onde cinema vão estar, onde a produção do conhecimento. A ideia é poder pensar o novo.

Vamos ter que ter um Conselho Curador, em que o Conselho do Baobá estará presente com outras pessoas.

Nós vamos ter vários diretores, nós vamos contratar no mercado pessoas para determinadas áreas. Mas a ideia, nos primeiros meses, pelo menos nos primeiros seis meses é que eu esteja como coordenador, o facilitador das ações, porque a gestão do Centro Cultural José Bonifácio é uma gestão complexa. Porque ao mesmo tempo em que nós temos várias atividades que são conhecidas, como dança, como música, como cinema, como teatro, nós temos que captar recursos, nós temos que desenvolver também um curso importante, essa é uma área que eu também vou poder ajudar. Mas a ideia é construir um centro, também, em que se possa pensar a questão racial do ponto de vista contemporâneo. Há um ativista que vai estar nessa atividade que é conhecido e reconhecido que é o Edson Cardoso.[79] O Edson Cardoso trabalha muito com o negro na contemporaneidade, quer dizer: o que é que nós temos hoje, quais são as políticas adequadas para o Brasil para nós avançarmos mais?

A ideia é que o José Bonifácio se torne um centro de excelência. Nós não podemos nos autodenominarmos um centro de excelência, ele tem que conquistar essa excelência, mas essa é a missão do Centro Cultural José Bonifácio.

[79] *Edson Cardoso nasceu na cidade de Salvador em 10 de outubro de 1949. Em 1980, já vivendo em Brasília, fez novo vestibular para a Universidade de Brasília, onde terminou a graduação em Letras e fez o curso de mestrado em Comunicação. Professor de Literatura da rede particular de ensino, entre 1981 e 1995 foi militante do Movimento Negro Unificado (MNU) em Brasília, e em 1984 foi fundador da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores na capital federal. Foi chefe de gabinete do deputado Florestan Fernandes (PT-SP), entre 1992 e 1995, e responsável pela criação, em 1997, da assessoria de relações raciais da Câmara dos Deputados, quando o deputado Paulo Paim (PT-RS) foi eleito terceiro secretário da mesa da Câmara, cargo que exerceu entre 1997 e 1999; foi também chefe de gabinete do deputado Ben-Hur Ferreira (PT-MS, 1999-2000 e 2002-2003) e assessor de relações raciais no Senado quando o então senador Paulo Paim era primeiro vice-presidente da Casa, entre 2003 e 2005. É coordenador editorial do jornal Ìrohìn, do qual foi fundador em 1995. Ver ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar A. (Orgs). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.*

A gente se sente muito realizado porque o Baobá está se fortalecendo, fazendo parcerias com diversos outros financiadores e está dando certo. Já fez a primeira chamada para pequenos projetos, que era uma coisa que nós, como conselheiros, falávamos: "Baobá nasceu para isso, para dar recurso. A gente tem que botar a primeira chamada para dar recurso para projetos o mais rápido possível!" A gente já estava operando havia dois anos e ainda não tinha feito nenhuma chamada para fora.

A Prefeitura do Rio de Janeiro abriu um edital público para escolher quem seriam os novos gestores do Centro Cultural José Bonifácio,[80] e aí o Baobá fez uma proposta e ganhou. O Baobá vai ter agora a gestão do Centro Cultural e com isso virão novos recursos, porque são recursos públicos para a gestão do José Bonifácio. E o que é legal disso? Tem mil coisas legais sobre isso, primeiro é o Baobá ter uma "cara" pública, é um projeto grande, "parrudo", tem muitos recursos, então a gente já libera os recursos da Kellogg também. Eu fico olhando sempre os recursos da Kellogg. Segundo, é o momento certo. O Centro Cultural José Bonifácio é lá no meio da cidade, na região portuária, as pessoas não chegavam nunca, mas a gente agora tem o Porto Maravilha aqui no Rio de Janeiro. Então, o porto está bombando, vai bombar ainda mais agora com as olimpíadas e o Centro Cultural José Bonifácio é no final da linha do VLT [veículo leve sobre trilhos]. Então, em termos de ser acessível para a população, é o melhor momento para ganhar essa chamada pública. E ali vai ter cinema, vai ter teatro, vai ter discussões políticas, vai ter obras de artes, cursos de formação de professores... A gente está querendo trazer agora curso de formação de cineastas afro-brasileiros. Está virando um lugar público logicamente, mas sendo gerido pelo próprio movimento negro. É a primeira vez que isso está acontecendo, então é por isso que a gente está muito orgulhoso.

[80] *O Centro Cultural José Bonifácio é um centro cultural localizado na região portuária da cidade do Rio de Janeiro e que integrará o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, juntamente com lugares de memória como o Cais do Valongo e a Pedra do Sal. Ver: http://portomaravilha.com.br, acesso em 12 de setembro de 2015.*

## PROJETOS
### Sueli Carneiro

Eu acho que o primeiro edital, de alguma maneira, foi bem recebido. Eu acho que diminui as cautelas: "Será que isso vai acontecer, mesmo? É para isso?" Acho que o Baobá chegou forte, nesse sentido, o edital já propondo um montante respeitável de recursos para aportar para as organizações, maior do que a de outros fundos. Começou o primeiro edital com a proposta de doação superior a dos primeiros anos do Fundo Brasil dos Direitos Humanos, superou a do Fundo Elas, então chegou demonstrando uma vontade política muito grande, de corresponder a expectativa das organizações, e espero que sejamos capazes, competentes, para manter esses patamares. Tem muitos desafios, mas acho que, nesse momento, ainda é muito novo, muito jovem, muito tudo...

## PROJETOS
### Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves

Hoje o Fundo está se institucionalizando. O Baobá já avançou bastante no processo dessa institucionalização. A gente já mudou coisas que eram importantes no estatuto. Já começamos a fazer empreendimentos, como aquele que está acontecendo no Rio de Janeiro.[81] Todos os empreendimentos que a nossa diretora executiva está fazendo, ela já está mostrando a importância de colocar o Baobá no lugar de estar próximo das agências todas, que precisam entender que o Baobá existe e que ele tem uma função. Esse é o nosso primeiro papel, para que a gente possa buscar as organizações negras e dizer: "podemos trabalhar no empoderamento". Mas para isso temos que nos institucionalizar.

**Empoderar o Baobá. Para depois empoderar...**

[81] *Refere-se ao edital público, a partir do qual o Baobá ganhou a administração do Centro Cultural José Bonifácio, na cidade do Rio de Janeiro. Ver trechos da entrevista do Helio Santos.*

É isso. Porque tem um presidente do Baobá, mas quem faz não é ele, é o diretor executivo. No meu entendimento, agora nós temos uma diretora executiva que está fazendo esse trabalho magistralmente. Eu recebo tudo, às vezes eu não vou às reuniões, mas acompanho tudo. Inclusive essa é outra coisa que ela faz: nós nunca ficamos, de forma alguma, sem informação, ou seja, tudo que ela faz desde o que ela vai conceber quando viaja para os EUA, ela coloca num relatório para a gente. Primeiro ela coloca o plano que ela vai fazer e quando ela volta nos diz o que aconteceu, o que foi que ela debateu. Hoje os conselheiros estão certamente claros do que está acontecendo e nós estamos vendo a institucionalização do Baobá.

CAPÍTULO 3

# AVALIAÇÕES E EXPECTATIVAS

## FILANTROPIA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

AVALIAÇÕES E EXPECTATIVAS

FILANTROPIA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

## Joe Stewart

Eu vejo dois grandes desafios para o Baobá e provavelmente há vários pequenos desafios que eu não estou perto o suficiente para enxergar e que tem que ser visto pelos brasileiros. O primeiro grande desafio é fazer o Brasil reconhecer que existe um problema racial que está roubando parte do potencial econômico e social do Brasil, baseado em estruturas institucionais e comportamentos culturais que não permitem que as pessoas alcancem todo o seu potencial e possam assim contribuir para o crescimento da sociedade. O segundo grande desafio é que para continuarmos com esse trabalho de equidade racial precisamos de um maior senso de apoio filantrópico e engajamento na mudança. As pessoas, e particularmente as pessoas ricas, precisam entender que se elas amam o Brasil, como eu acho que amam, então elas precisam reformar as estruturas do passado. O futuro do Brasil deve ser um lugar onde todas as pessoas, todos os brasileiros possam florescer.

Quando falamos de filantropia pode parecer que falamos apenas de dinheiro, mas filantropia também pode ser usar nossa liderança e influência para trazer outras pessoas que talvez não se sentissem poderosas o suficiente para falar sobre a cura racial e sobre progresso racial. A influência da filantropia pode mudar mentalidades sociais e perspectivas tanto quanto programas financiados.

AVALIAÇÕES E EXPECTATIVAS

FILANTROPIA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

## Helio Santos

A missão do Baobá é uma missão importante e é um desafio, porque nós temos que arrecadar recursos quando se sabe que no Brasil não se doa recurso para uma causa. Muito menos por uma causa como a racial, que de uma maneira geral não se tem uma compreensão, apesar de saber que isso mudou muito. Mas, ainda assim, o nosso desafio é muito grande, mas é um desafio bom. De todos os desafios que eu contei aqui, da minha trajetória, esse é

o maior, porque eu estou mudando uma cultura. Nós queremos construir um banco sócio-racial e queremos, no futuro, desenvolver uma cultura de doação, entre os próprios negros. Desenvolver realmente um banco social que daqui a 10, 15 anos – nós estamos aqui produzindo um material histórico –, ele possa estar cumprindo essa missão. O Baobá terá uma atuação consolidada a médio prazo. Hoje nós estamos construindo o alicerce.

## AVALIAÇÕES E EXPECTATIVAS

FILANTROPIA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

### Ana Toni

Eu acho que a cooperação internacional, em relação ao movimento negro e às questões raciais, principalmente a cooperação norte-americana, sempre foi muito apoiadora e muito sensível ao tema, porque fala com os próprios conflitos dentro dos Estados Unidos. Engraçado, se você olha o movimento negro brasileiro, sul-africano e norte-americano tem uma diferença muito interessante e acho que isso influenciou a filantropia. O movimento negro nos Estados Unidos envolve não só os negros, mas sim o movimento pela "civil liberty"; o movimento negro na África do Sul, quando teve todo o boicote contra o apartheid, que envolveu muito os europeus, mas também os americanos, ele também envolvia muito os brancos, alguns poucos brancos que ali viviam. No caso brasileiro, o movimento negro é um movimento negro dos negros. Então, eu acho que isso fez com que tenha uma sensibilização da filantropia norte-americana, branca ou negra, que se envolveu no civil rights movement dos Estados Unidos e era sensível à causa racial. Uma filantropia europeia, ingleses especificamente, que se envolveu muito com o apartheid[82] na África do Sul. Não só a inglesa, mas outras que também entendiam disso e que também conseguiram se sensibilizar nesse caso. Então, eu acho que teve bastante apoio da filantropia internacional ao movimento negro aqui no Brasil. O que não houve foi dentro do Brasil, e continua não havendo

[82] *O termo apartheid (separação, na língua africâner) refere-se a uma política racial implantada na África do Sul no ano de 1948 e que durou até o ano de 1992. De acordo com esse regime, a minoria branca, os únicos com direito a voto, detinha todo poder político e econômico no país, enquanto à imensa maioria negra restava a obrigação de obedecer rigorosamente à legislação separatista que lhes prejudicava. Ver: http://www.brasilescola.com/geografia/apartheid.htm, acesso em 11 de setembro de 2015.*

dentro do Brasil. Aqui, como o movimento negro, e a maioria dos negros no Brasil, vem das classes mais baixas socialmente e economicamente, a rede de atores que conseguem mobilizar recursos é muito restrita. E não é um movimento em que todos participam, brancos e negros. Houve uma divisão aqui, como se não houvesse muito dos brasileiros brancos podendo ajudar nessa ponte. E eu acho que até hoje não tem, é um movimento mais isolado e não reconhecido pelos movimentos sociais ou pela elite. O Brasil inteiro vai ficar melhor se o movimento negro conseguir lograr o que pede, não só os negros. Mas a percepção ainda no Brasil é que é um movimento que vai beneficiar um grupo de pessoas e que não é bom para o Brasil, não é uma coisa nacional, é como se fosse separado do resto do Brasil. E acho que a filantropia brasileira trata dessa maneira. Então, eu acho que a filantropia, ela segue um pouco o que a sociedade faz, e ainda estamos nessa, isto é, ignorantes à perspectiva racial dos outros problemas sociais.

E hoje em dia estou diretora de uma fundação que financia projetos na área de mudanças climáticas. Como é que eu cruzo o tema de mudança climática com relações raciais? Quem do movimento negro eu poderia trazer para debater um tema desses? É como se o movimento negro, as pessoas que a filantropia financia só pudessem falar sobre identidade ou sobre o movimento negro, não pudessem falar sobre economia, como o Marcelo Paixão, ou transporte ou mudança climática. Ainda tem pouca gente do movimento negro com pós-graduação, com graduação e que se envolva nesses outros temas. E a filantropia não ajudou a fomentar essas pessoas para fazerem parte desses outros debates, então só convida os negros para falar sobre ação afirmativa, identidade, mas para falar de transporte não, ou para falar de mudanças climáticas não, como se os negros só servissem para falar sobre este tema. E se a gente não conseguir trazer o movimento, apoiar e ajudar o movimento negro a participar com os seus próprios méritos dos outros temas, vai ficar uma coisa isolada nos seus próprios temas, que são importantíssimos logicamente, mas eles não vão fazer a revolução necessária para o Brasil acolher todas as dimensões de um movimento que tem todas as dimensões.  A desigualdade racial está em todos os temas.

# AVALIAÇÕES E EXPECTATIVAS

## FILANTROPIA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

## Selma Moreira

A sociedade brasileira ainda hoje apresenta uma baixa cultura de filantropia e doação, quando comparada ao modelo americano de doação e filantropia. Não é que os brasileiros não doem, doam sim, mas na maioria dos casos, esta decisão não é tomada de forma estratégica. Doam na rua, doam nas comunidades religiosas... e em outras situações em que o coração é tocado ou nas quais o processo de doação é facilitado por alguma instituição! Além disso, o brasileiro contribui, porém, muitas vezes não tem a oportunidade de avaliar o resultado da contribuição que foi realizada. Então, a nossa perspectiva é buscar formas de solucionar a fragilidade de captação e investimento no fortalecimento das organizações que promovem a equidade racial. Como é que a gente aumenta a cultura de doação, de maneira estratégica aqui no Brasil?

Doar para uma causa é pouco usual, porque o doador tem que confiar na instituição, nos gestores, nos órgãos de governança e, além disso, ter empatia com a causa. Quando falamos de empatia se torna mais complexo, porque estamos falando de um país em que muita gente acredita ainda no mito da "democracia racial". Daí questionam: "Por que existe um Fundo para a Equidade Racial em um país que não tem racismo?" ou "Hã? Mas você vai começar essa discussão agora?"; "Você está causando uma situação..."; "Você não pratica racismo quando começa a discutir esse assunto?". Então, para começar uma discussão sobre a necessidade de realizar o investimento na questão da equidade racial com quem toma decisão, com quem assina o cheque no Brasil, primeiro precisamos mostrar que a nossa sociedade ainda apresenta comportamentos relacionados a práticas discriminatórias, em função do nosso processo de formação social, que teve como base de formação práticas escravocratas. É preciso reforçar que há um contexto que produz posicionamentos racistas e que geram tantas desigualdades. Conseguir desenvolver essa conversa, de uma maneira amigável, é um grande desafio. Toda conversa que nós temos, pelo menos as que eu tive que fazer até agora, na posição de Diretora Executiva do Baobá, é quase sempre necessário contextualizar a questão da desigualdade sobre a qual falamos no Brasil: que a pobreza tem cor e que a gente está falando, majoritariamente, da população negra. Vivemos num país que sofre com diferentes questões sociais e que a nossa luta não se restringe a um problema de renda. Conseguir iniciar um diálogo, construir e fortalecer uma conexão de empatia com o interlocutor é o primeiro desafio. Há

que se respeitar o interlocutor, mas é fundamental estabelecer uma relação de confiança e um processo educativo, evidenciando para aquela pessoa que há muito que se fazer. E que essa pessoa, na posição de tomadora de decisão, ocupando uma cadeira de poder, tem muito para contribuir. E deve contribuir. É preciso pensar na responsabilidade social de cada organização privada. Sabemos que a desigualdade tem cor, vamos acertar o alvo de investimento para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equânime. E é por isso que o Baobá existe, para ser um agente promotor da equidade racial no Brasil, pois a questão do racismo é tão forte, é tão intrínseca nos brasileiros, na sua postura, no seu comportamento, na sua tomada de decisão, que se fez necessário ao movimento negro e à Fundação Kellogg, pensar a criação de uma instituição que olhasse para o tema da equidade racial. Nossa meta é investir para fortalecer as organizações que estão na ponta, desenvolvendo ações de base para impulsionar a equidade racial. Estamos trabalhando para encontrar o caminho que, de fato, toque o coração das pessoas e este movimento se reflita em uma ação de mudança para investimentos voltados para o trabalho de justiça social, para promoção de uma sociedade mais equânime e justa. Queremos que a população brasileira e os tomadores de decisões daqui e de outros países se comprometam com a nossa causa, se engajem e que contribuam com o Baobá. Que vejam no Baobá um caminho para contribuir para a redução de todos esses problemas que a gente vem vivenciando no dia a dia. Temos um desafio de US$ 25 milhões, proposto pela Fundação Kellogg, para formarmos um fundo patrimonial que contará com uma política de gestão dos recursos, em que um determinado percentual seja destinado para o investimento na causa, através de programas, por meio de organizações da sociedade civil que estão trabalhando diariamente para combater as desigualdades raciais. Em resumo, este é propósito do Baobá: promover os direitos humanos por meio de ações voltadas à promoção da equidade racial no Brasil.

## Cristina Lopes

Creio que o maior desafio que temos hoje é conseguir comunicar, para quem ainda não é sensibilizado com o tema, comunicar a questão racial como uma questão de todo mundo. A gente continua tendo barreiras para captar recursos, para receber outros tipos de apoio da sociedade civil, de um modo geral. Enquanto houver crianças negras morrendo de "bala perdida" e ninguém se sensibilizar, enquanto jovens negros forem assassinados com essas taxas de homicídio, tais quais de "guerrilha" e as pessoas não se sensibilizarem com isso, a gente ainda vai viver numa sociedade absolutamente injusta, absolutamente desigual e reprodutora de preconceitos e violências. Acho que esse é o contexto mais geral. Institucionalmente, os desafios são de dentro do nosso campo: ganhar mais aliados, novos parceiros. E aí estou falando desde a captação de recursos até pessoas que vejam o Baobá como uma organização que desempenha um trabalho essencial para a nossa sociedade.

## Maria do Socorro Guterres

Na minha avaliação, embora esteja distante, pelo que eu vejo e acompanho de algumas dessas organizações, eu tenho certeza que o Baobá contribuiu e tem contribuído para o fortalecimento dessas organizações negras. Tem contribuído para ações concretas de mudança de vida de muitas pessoas que são inseridas nas ações dessas organizações. Eu acompanhei uma oficina em um seminário de três dias para jovens quilombolas, que foi promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e pelo Cedenpa no Pará,[83] num projeto com os

[83] *O Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, Cedenpa, é uma entidade sem fins lucrativos, sem vínculos político-partidários, fundada em 10 de agosto de 1980, destacando-se como uma das mais importantes organizações negras na região Norte do país. Ver: http://www.cedenpa.org.br/Quem-somos, acesso em 23 de setembro de 2015.*

jovens daquela região, com o apoio da CESE, que tem recebido apoio do Baobá e da Fundação Kellogg. Eu fui pela SEPPIR, para fazer uma fala aos jovens sobre ações afirmativas e a política para quilombolas. E o que eu presenciei do nível de atuação dos jovens, de discussão dos jovens sobre a realidade das comunidades, do papel que eles exercem como lideranças jovens nas suas comunidades, foi extremamente significativo. E isso é resultado de um trabalho efetivo, de uma ação efetiva que tem sido desenvolvido pelo Baobá e eu acredito – estou falando dessa experiência porque é mais próxima de mim – que em outros lugares do Brasil, principalmente no Nordeste, que é o maior foco, eu acredito que na mesma linha e na mesma perspectiva tenha acontecido, principalmente com a juventude, com as mulheres, essas ações que têm contribuído para a mudança de vida, de alteração de ideia dessas pessoas. Isso é uma contribuição efetiva que o Baobá tem dado desde a sua criação. Quando ele se constitui juridicamente, consegue estar já nesse processo de fortalecimento organizativo, de gestão, e aí consegue atuar com mais efetividade, através dos apoios que tem dado – financeiramente – a essas organizações.

O movimento negro, as várias organizações do movimento negro aqui no Nordeste, nós estávamos, eu não diria sem rumo, não é sem perspectiva, mas existia uma ausência de alguns referenciais que nos possibilitasse, digamos assim, nos reanimar, para essa discussão, para elaborar novas estratégias. E o Baobá veio com essa possibilidade de reanimação para o movimento, de pensar outras possibilidades de luta, outras estratégias. Inclusive, nós discutimos: "Poxa, a gente está aqui meio cansado de fazer as mesmas coisas. O que a gente pode fazer diferente e como fazer esse diferente?" Esse apoio que foi dado e que continua sendo dado às organizações, dava esse novo ânimo, porque foram outras ideias que foram sendo trazidas, que foram sendo trabalhadas até por essas pessoas que eram referências importantes para nós.

Pelo que eu tenho de informação, minha avaliação é positiva. Mas existem ainda muitos desafios a serem enfrentadas pelo Fundo Baobá, muitas ideias levantadas ao longo do processo de discussão que não foram colocadas em prática. Uma delas é extremamente importante e diz respeito à participação da população negra nos processos eleitorais no Brasil. Nós tínhamos uma preocupação muito grande nesse sentido, de como você faz para produzir determinados dados que contribuam para mudar a qualidade da informação política da população negra nos processos eleitorais. A gente sabe que as eleições no Brasil, em muitos casos, dependem do voto negro e isso não se revela na divulgação das pesquisas, embora a gente saiba que os dados existem. A gente já poderia ter a essa altura uma pequena série histórica que nos permitisse análises mais aprofundadas do que é o nosso papel no processo eleitoral. Iniciativas dessa natureza são papel do Baobá, como um criador de suporte para a atuação política dos vários setores da comunidade negra. Isso é algo que a gente teria que, em um período próximo retomar no Baobá. Foram feitas outras pesquisas também importantes, ainda que de outra natureza, numa parceria com o Instituto Data Popular.[84] Eu acho que se o Baobá tratasse agora da participação negra nas eleições conseguiríamos dar um salto significativo, porque esse é sem dúvida um dos grandes gargalos na luta antirracista no Brasil hoje, a representação política institucional. Nessa conjuntura, de questionamentos da representação política, seria extremamente útil que nós pudéssemos caminhar nessa direção.

[84] *A referida pesquisa, intitulada "As recentes conquistas da população negra brasileira", segundo o documento de divulgação disponibilizado no lançamento do Baobá, em outubro de 2011, tinha o objetivo de "investigar, descrever e analisar o perfil da população negra no Brasil, de forma a oferecer inputs demográficos, socioeconômicos, atitudinais e comportamentais sobre essa população". O Instituto Data Popular é uma instituição que trabalha com a realização de pesquisas e estudos com diversas metodologias e diferentes objetivos. Ver: http://www.datapopular.com.br/a-empresa/, acesso em 23 de setembro de 2015.*

## AVALIAÇÕES E EXPECTATIVAS

FILANTROPIA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

### Roseni Sena

Eu acho que as dificuldades são advindas da natureza de uma proposição como essa, de um movimento social que se organiza ou que se vincula a uma organização, não é uma vinculação direta, mas essa organização como uma formatação para o empoderamento desse movimento... eu acho que as dificuldades advêm dessa concepção. Não da estrutura que ele teve. A estrutura foi essa, a que foi possível, foi muito discutida, muitos especialistas na área jurídica foram consultados. Várias pessoas puderam opinar. Mas o que eu acho é que as dificuldades foram próprias de uma inovação. O Baobá é uma inovação, é uma novidade. E uma novidade muito sofisticada, do ponto de vista de como que você faz um movimento constituir uma estrutura, e essa estrutura ser relacionada e se organizar com os princípios, valores e práticas do movimento. Relacionado a esse movimento tão disperso, porque o movimento negro, felizmente, é um movimento com muita capilaridade, ele está presente em muitos lugares, ele está presente de várias formas. Então, eu acho que a dificuldade é própria de uma inovação como essa.

AVALIAÇÕES E EXPECTATIVAS

FILANTROPIA E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

### Ana Toni

Acho que é uma coisa aqui no Brasil, e não é um privilégio do movimento negro, as organizações da sociedade civil normalmente olham muito pouco para área de governança. Eu acho que o que salvou o Baobá foi ter uma governança forte. Hoje em dia a gente pode olhar com toda humildade e falar: "O Baobá está indo bem." Não quero dizer que a gente não tem problemas. Tem problemas, mas é uma organização sólida, tem uma gestão sólida, tem uma visão, está conseguindo projetos, tem hoje uma presença pública mais alta, então acho que a gente está crescendo. Acho que um dos problemas no começo, que eu também não estava naquela época, que a gente foi muito ambicioso, muito rápido antes de colocar a casa em ordem. A gente já foi dizendo: “Vamos fazer e acontecer!” Mas você tem que colocar a casa em ordem antes. A casa está mais do que em ordem e por isso os projetos estão chegando.

## Cristina Lopes

Em cinco anos eu adoraria ver o Baobá com o fundo patrimonial constituído, se não com os US$ 50 milhões, ao menos com o processo de captação já acontecendo de uma forma mais fluída, tendo um reconhecimento no campo – tanto entre as organizações que buscam recursos quanto entre os doadores – como uma instituição séria, bastante sólida, que faz muito bem o seu trabalho. Talvez cinco anos seja pouco, mas espero que o Baobá se torne referência quando se fala em equidade, enquanto um Fundo que capta e doa recursos de forma ética, transparente e responsável.

# SEMENTES DO BAOBÁ

O Baobá é uma instituição para o futuro, é um banco social, só que um banco voltado para financiar iniciativas que construam a equidade racial. A palavra, a expressão equidade racial nos dá abertura para muita coisa: se por um lado a missão do Fundo Baobá é financiar organizações que desenvolvam projetos, digamos assim, com excelência para a equidade racial, essa é a nossa missão, mas não a nossa visão. A nossa visão é exatamente ter um país com maior equilíbrio sociorracial. Consequentemente, o nosso compromisso é com uma democratização efetiva no Brasil, essa é a visão do Baobá e, para tanto, nós não podemos ser apenas um banco social. Não vamos ser um partido político, mas temos que pensar nos meios de comunicação, nós temos que pensar em gerir políticas, auxiliar na gestão de políticas maiores, nós temos que pensar, construir conhecimento no sentido de pensar novas políticas públicas. Nós achamos importantes as ações afirmativas no campo da educação, mas as ações afirmativas hoje devem ser discutidas do ponto de vista geográfico, já que todos os censos desenvolvidos pelo IBGE permitem saber como é que as pessoas estão nas diversas comunidades. É possível desenhar o mapa do Brasil, dizendo: "Olha, ali praticamente só tem afrodescendentes. Ali praticamente não tem afrodescendentes." Você pode, do ponto de vista espacial, a médio prazo, pensar em políticas públicas assim, ou seja, nós temos que inovar, temos que produzir conhecimentos, temos que ter centros de excelência, temos que atuar onde o movimento negro não tem condições de chegar. Você poderia dizer: "Bom, mas tem o Ministério, nós temos a SEPPIR." Sim, a SEPPIR é um órgão que tem os seus limites, na medida em que é algo que faz parte do aparelho de Estado. Nós não. O Baobá pode chegar a outros lugares. Portanto, eu vejo, a longo prazo, o Baobá como instrumento importante. Essa é nossa visão, definida no nosso planejamento estratégico: o Baobá tem um compromisso com a consolidação da democracia no Brasil. E aqui, como a gente sabe que a pobreza tem cor, a gente sabe também que a questão da cidadania integral passa pela questão racial. Consequentemente, equidade racial não é uma coisa dos negros, é uma coisa que contempla o Brasil.

O primeiro desafio está ligado à ideia de tempo, então nós temos o 31 de dezembro de 2016. Até lá, nós temos que assegurar esses US$ 25 milhões da Fundação Kellogg. Agora a minha perspectiva pode não ser a de todas as

pessoas que pensam o Baobá, eu penso que o Baobá tem que pensar nos meios de comunicação. Nós não vivemos num país, nós vivemos num continente. Temos mais de cinco mil e seiscentas cidades. Nós podemos nos resumir a ser um banco social que arrecada recursos, e mediante edital transfere esses recursos para organizações da sociedade civil, para elas desenvolverem os seus projetos. Isto é importante, é crucial! Mas, é importante também desenvolver, fazer com que o próprio movimento social negro se atualize. Nós temos um desafio não só de doar recursos, mas também de fazer com que as entidades negras avancem, porque tudo o que se conquistou até aqui é resultado da luta do movimento social negro.

Agora, como fortalecer esse movimento social? Nós temos hoje a internet, toda uma tecnologia que facilita. Mas eu penso nos meios de comunicação. Eu acho que um dia nós temos que ter uma rádio Baobá, uma rádio nacional. É, rádio! Poderíamos ter também uma televisão por assinatura, também, produzindo conteúdos, buscando não só entretenimento. Acho que o Baobá é uma semente importante: traz aqui a figuração da árvore. Acho que o nome do Fundo Baobá é um nome muito feliz, porque é uma coisa longeva, é uma coisa que colhe frutos e que não colhe frutos num prazo curto. Mas, no curto prazo nós já temos uma missão: 31 de dezembro de 2016. Até lá temos que assegurar esse recurso da Fundação Kellogg.

## SEMENTES DO BAOBÁ
### Rosana Fernades

Vejo isso como um dos resultados do processo de construção do Baobá, mais para dentro da CESE: ao final desse processo, a organização passou a ter um programa que é chamado "CESE pela Equidade Racial", que eu também coordeno. Internamente, o espaço que esse processo trouxe foi o de ampliar na CESE esse debate, essa discussão sobre a questão racial. Então a gente faz o monitoramento desse processo. Antes tinha pessoas que se diziam negras, mas, enfim, não tinha essa intervenção voltada para a questão racial. Por exemplo, na comunicação, a jornalista que foi contratada é negra. Quem prestou serviços para uma atividade que a gente fez foi uma

organização negra. Entendeu? Então, no dia a dia a gente já vai vendo uma mudança: por exemplo, pegamos uma assembleia da CESE, todas as igrejas que estavam presentes, desde a Igreja Anglicana, Católica, Presbiteriana, bispos e tal, enfim, pegamos a assembleia e levamos para [o quilombo do] Rio dos Macacos para fazer a reunião...[85]

E eles ouvem depoimentos. Entendeu? São essas ações que fazemos para dentro da CESE. Então não é só trazê-los para a CESE, mas a CESE também estar indo até lá. Isso repercute nas bases das igrejas, inclusive, na direção das igrejas.

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Selma Moreira

A Fundação Kellogg tem muito interesse em entender e contribuir, para que o Baobá possa gerar impacto no cenário brasileiro. Há uma grande expectativa relacionada aos resultados de curto e de médio prazos, bem como de evoluirmos para uma atuação que aumente as relações internacionais, quem sabe no eixo "Sul-Sul". Quais outros países, no eixo Sul também vivenciam a problemática que o Brasil e de que maneira podemos favorecer sinergias e fortalecer essas relações transnacionais? Existem vários países tratando do mesmo problema. Então, como é que podemos atuar em conjunto para promover uma conexão que possa somar os esforços e elaborar proposições mais fortes, que realmente juntem governo, sociedade civil, empresas e outros países?

[85] *Localizado em terras dos municípios de Simões Filho e Salvador, na Bahia, a comunidade quilombola Rio dos Macacos teve, em 25 de agosto de 2014, depois de décadas de resistência negra e pelo menos cinco anos de disputa judicial, publicado no Diário Oficial da União, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação(RTID) possibilitando a regularização e a titulação das terras da comunidade. Ver: http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/incra-delimita-area-quilombola-rio-dos-macacos-alvo-de-disputa-com-marinha, acesso em 9 de outubro de 2015.*

# SEMENTES DO BAOBÁ
## Rui Mesquita

**Qual a importância do Baobá, em relação à sociedade brasileira no período contemporâneo?**

É fundamental, no meu ponto de vista, mas não é restrita ao Brasil. Meu papel hoje na Kellogg é na América Latina e Caribe. Estou falando aqui da cidade do México e viajo bastante, vou para muitos lugares, e vou te citar um exemplo de quanto esse fundo pode ser importante até fora do Brasil. Dentro do trabalho que a Fundação Kellogg faz no Haiti, em 2012 houve uma reunião de um grupo de pessoas haitianas interessadas em avançar com o processo histórico haitiano, num momento onde se vê uma invasão estrangeira muito grande, muitos estrangeiros dentro do Haiti com interesses diversos e ditando o rumo do país. Então houve essa reunião, em que um grupo de lideranças haitianas queria pensar a criação de um financiador haitiano, com lideranças haitianas, sediado em Porto Príncipe, para ser um motor local, com poder de decisão local, com recursos, com um endowment, elegendo algum tema estratégico que eles possam trabalhar. E chegaram até a Fundação Kellogg perguntando: "A gente sabe que vocês estão fazendo algo parecido no Brasil, como experimento." E eles nos pediram ajuda: "Podemos ter uma conversa com as pessoas que estão organizando o Fundo Baobá?" A gente levou até Porto Príncipe um dos membros do conselho do Baobá, o Luís Alberto, professor da UFMG, ele fala francês fluente, estudou em Paris. A gente o levou para o Haiti e ele ficou numa reunião de dois, três dias com esse grupo explicando todo o processo do Baobá até então, naquele período de 2011, 2012, em que era muito recente ainda a criação do Fundo. O resultado disso, em 2015 no Haiti já foi tomando uma deliberação de criar uma coisa chamada comitê programático, não coincidentemente, para criar um fundo de educação para o Haiti, cujo projeto executivo já está praticamente pronto. A Kellogg está financiando nesse momento a ambiência para esse fundo existir, tal qual a gente fez no Brasil anos atrás. E esse fundo deve estar sendo fundado, pelo cronograma deles, em 2016, inspirado em diálogos e processos do Fundo Baobá no Brasil. O movimento negro do Brasil nem tem consciência, nem sabe da informação ainda. Então, eu acho que o impacto que o Fundo já tem, para mim já é incrível, mesmo sendo um impacto espontâneo, não necessariamente planejado pelo próprio Fundo, mas que está acontecendo. Documentar isso, entender isso, eu acho que é muito importante e isso só me trás uma grande esperança: imagina quando o Fundo começar a gerar os impactos planejados por ele próprio. E

a relação da Kellogg com o Baobá daqui para o futuro, vai ser focado menos no endownment e mais nos impactos na sociedade brasileira e além da sociedade brasileira também. Porque o Baobá continua sendo o primeiro e único fundo de equidade racial de todo continente latino-americano e caribenho e isso, por si só, deve gerar algum senso de responsabilidade. O que significa isso, ser o primeiro? O que podemos fazer e até onde? É nisso que a Kellogg está querendo focar, na crença desse impacto e por já perceber o impacto espontâneo nesse

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Ana Toni

Qualquer fundação criada cujo objetivo único seja trabalhar no tema de igualdade racial, por si só já tem um impacto. Isso mostra um amadurecimento do próprio movimento negro. O movimento negro consegue colocar isso em pé, consegue atrair recursos. Então, acho que por si só faz e contribui muito trazer para essa agenda o tema de relações raciais para todos os temas que envolvem a sociedade brasileira.

Cada um dos projetos em parceria com o Baobá mexe institucionalmente, como por exemplo, no Instituto Unibanco. O tema educação todos os institutos privados brasileiros trabalham: Bradesco, Itaú, Natura, qualquer um desses. Educação é um tema que 99% das fundações brasileiras financiam. Quantas delas tem qualquer projeto cujo foco é especificamente relações raciais, ou em que isso se coloca? O Fundo Baobá junto com o Instituto Unibanco faz um projeto desse, mostra um cerne do tema de educação que não tem ninguém pegando. Quando o Instituto Unibanco diz: "Vou financiar!", quem é que o Instituto Unibanco poderia ter financiado senão o Fundo Baobá, para pequenos projetos? Tem milhões de organizações do movimento negro, mas nenhuma delas é especializada em fomentar recursos, encontrar projetos, que é esse nicho em que está o Fundo Baobá. Ao se criar esse canal de: "Eis aqui uma organização que é boa, é sólida, que tem os contatos.", você começa a criar as condições para outras fundações poderem canalizar recursos para o tema racial. O Fundo Baobá tem um impacto porque ele está criando para a Fundação Ford, para o Instituto Unibanco, agora a Kellogg e para outras, ele está virando um canal de financiamento para o movimento negro que antes não existia, você tinha que convencer um a um e agora você não precisa. Há esse canal e é um canal sólido.

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Sílvio Humberto

Sobre o Brasil, a gente precisa dizer, o nosso país não é pobre do ponto de vista das coisas materiais. A pobreza material não é uma característica do nosso país, no nosso país não faltam as coisas. O nosso problema é uma coisinha, que não é coisinha, é chamada de desigualdade. Tem muito pouca gente com muito e muita gente com nada, com muito pouco. Você se dava ao luxo de viver com 40 milhões de pessoas vivendo no limiar da pobreza. Esse é um problema que foi se aprofundando e na medida em que você vai afirmando que essa pobreza tem cor, idade e gênero, sobretudo a cor, isso cria uma ambiência, mais do que um ambiente, favorável para a criação do fundo. Tem tanto o trabalho que as pessoas fizeram internamente quanto o que a conjuntura foi proporcionando, isso vai permitindo que esses fundamentos, que essa sedimentação possibilite o Baobá. Tem mesmo a ver com o nome, baobá tem uma raiz profunda e é feita para durar, é uma planta secular, que vai, as pessoas passam e a árvore está lá, frondosa. Tem essa sua característica de resistência, isso é um baobá.

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Elias Sampaio

A construção do Baobá não foi uma coisa 100% gostosa, ao contrário... O resultado foi ótimo e tal, mas houve momentos de tensão por divergências de opinião. Tanto é que Lurdinha saiu muito rapidamente, a gente teve a infelicidade de Magno morrer e houve determinados momentos em que não estava mais dando aquela "liga". Quando começou a se tomar determinadas decisões, aí os conflitos sugiram. O que também não é nenhum bicho de sete cabeças, isso é comum quando você vai fazer determinadas coisas.

Eu acho que foi uma coisa extremamente positiva, boa, foi construída com todos os problemas e soluções onde essas coisas vão acontecer. Agora, eu acho que da forma que ele está seguindo, talvez seja necessário ter outra dinâmica para enfrentar as coisas que estão acontecendo na atual conjuntura. Mas sem nenhum problema

maior não, acho que isso é natural.

US$ 25 milhões de dólares do lado de lá. O que seria US$ 25 milhões de dólares do lado de cá. Eu estou falando então de 50 milhões de dólares. Se você considerar na taxa de hoje nós estamos falando de quase R$ 200 milhões. Não existe nenhuma política afirmativa no Brasil, de nenhum desses órgãos todos que eu estou falando que tenha esse orçamento e essa possibilidade, esse orçamento potencial. Então, como isso é algo que não está na boca de todo negro e toda negra, de todo ativista?

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Maria do Socorro Guterres

Eu acho que o racismo ainda nos impede muito de conseguir, efetivamente, apoios para esse grande projeto que é o Baobá. É um projeto! E é um projeto que efetivamente muda a vida das pessoas, mas não muda só a vida social, econômica, muda-se também o pensamento. Então é um projeto, eu ousaria dizer, é um projeto político de perspectiva de visão de mundo. Que pode representar para muita gente... que pode ameaçar também alguns interesses, na medida em que a gente ainda vive no país uma cultura de submissão, de opressão. Uma coisa bacana e que a gente já pensava lá no início é estabelecer um processo de apoio nessa questão da constituição das organizações, no fortalecimento institucional das organizações, desde a questão de elaborar projeto, de registro e todo esse processo de como é que se gerencia recursos, tudo isso. Eu acho que nessa dificuldade que muitas organizações enfrentam, o Baobá pode contribuir muito significativamente.

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Ana Toni

Eu super admiro e fico honrada de fazer parte do Baobá, porque eu acho que a proposta é trazer o tema de relações raciais não para virar um gueto, ao contrário, é trazer para os grandes temas nacionais que o movimento negro já está discutindo, já está falando, mas ainda não tem a voz que deveria ter nos fóruns de discussão. E acho que o Baobá tem a proposta de ocupar esse espaço e tem todas as condições para fazer isso mesmo.

Eu sei que área de gestão não é muito "glamourosa", mas ela é fundamental, ela é uma atividade meio que fundamental. E não é despolitizar, ao contrário, para você poder politizar mais, você não pode deixar nenhum "rabo preso" nas partes financeira e administrativa. O meu desejo é que o Baobá, se fortalecendo institucionalmente na área de gestão, possa comprar brigas políticas e trabalhar com temas políticos ainda mais "cabeludos", porque daí você está protegido, porque se você não tiver essa proteção, aí fica realmente difícil.

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Sueli Carneiro

Flexibilizou-se bastante as possibilidades de captação de recursos, o que anima muito, porque nós temos esse horizonte ainda, esse desafio, que é esse horizonte dos US$ 25 milhões, que é o legado deixado pela Fundação Kellogg para essa iniciativa, mas que ele existe mediante a nossa capacidade de captação. Esse é um desafio que está aí, e que é motivo de dor de cabeça, todo o dia, particularmente para a Selma e para todo o Conselho Deliberativo.

A gente sempre trava essa luta em condições inóspitas, completamente. E até mesmo a possibilidade, por exemplo, de criar uma condição melhor para o ativismo atual, do que a condição que o ativismo da minha geração encontrou, isso não tem preço. Poder viabilizar uma ideia, participar da viabilização de uma ideia como essa, ainda que seja apenas do desafio de construção dessa proposta, isso não tem preço. Poder dizer para as pessoas que em algum lugar vai ter apoio, vai ter suporte, vai ter acolhimento para essa luta. É evidente que a gente tem outros parceiros históricos, também, nessa luta. Outras fundações, outros fundos, mas poder criar uma alternativa própria, quer dizer, a possibilidade que o Baobá constrói de a gente ter uma alternativa própria de construção na nossa própria sustentabilidade, é um privilégio participar desse desafio. E mais ainda, participar disso em diálogo com outros e outras ativistas, militantes, quer dizer, na construção com outros companheiros e companheiras históricas de luta e, em diálogo também com a militância que está aí, mais jovem. Então o Baobá é um momento heurístico, digamos, principalmente para a minha geração, porque realiza algumas ideias que a gente sonhava, mas não achava que iria poder realizar, poder ver acontecer. Então, essa ideia, eu acho que com o passar do tempo, com a possibilidade que a gente está tendo aí de dar retorno concreto para a militância e crescendo a presença, a visibilidade e a credibilidade do Baobá na sociedade brasileira, eu acho que é o mais próximo que nós chegamos de poder reviver contemporaneamente uma estratégia de solidariedade que a gente assistiu durante o processo de emancipação dos negros da escravidão. Eu acho que ali onde os negros se organizaram para comprar as alforrias para fazer fundos pioneiros que, aliás, dos quais as Caixas Econômicas são originárias. Eu acho que essa estratégia que a gente construiu no processo abolicionista, que tinha a ver com compor fundos para a nossa própria emancipação, eu acho que o Baobá pode convencer as pessoas a recriar esse momento especial das nossas lutas e convencer a comunidade negra do Brasil, a população negra do Brasil, a ser parte desse esforço de sustentação econômica da luta, de combate ao racismo e de promoção da equidade no Brasil.

# SEMENTES DO BAOBÁ
## Silvio Humberto

Eu quero deixar para o Baobá algo que serviu para o nosso Instituto, o Instituto Steve Biko, porque eu me considero parte também do Baobá. Sabe aquele ensinamento do sankofa, do pássaro voltado para trás, eu acho que tem essa simbologia, já que você trouxe a simbologia do Baobá, essa árvore que representa essa resistência e tem tudo a ver com África. Você pensa em Baobá: África. Trazer essa simbologia de que é possível sempre se voltar para trás. Lembrando outra que fala em relação ao poder e que traz a ideia da mão com o ovo: o poder é assim, se você aperta ele estoura, mas se você é muito flexível o ovo também cai da mão. A ideia é o equilíbrio, e estar nesse lugar com a possibilidade de financiar essas ações das organizações que lutam contra o racismo, das organizações negras e indígenas. Fazer valer essa missão de equidade racial e também de gênero, porque elas precisam vir juntas. Eu diria que como estratégia é importante que a gente não perca a relação com essa história. Quando tiver dúvidas, olhe para trás, vá aos fundamentos, aos ensinamentos, porque é uma história de todos. Até chegar a ter o Baobá tem uma história de todos.

O que tem que primar tem que ser sempre o coletivo, porque se a gente perder de vista o coletivo a gente vai ser sucumbido pelas tarefas do dia a dia que acabam com qualquer sonho. Eu não nego o dia a dia, o pragmatismo do dia  a dia, mas sem sonho não tem sentido se levantar para realizar. O pragmatismo tem o seu lugar, mas sonhar

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves

O próprio processo de construção do Baobá ao longo desse período todo que nós fizemos. É bom que vocês estejam agora fazendo esse tipo de memória, porque é algo que nós perdemos. Na hora em que o Baobá ficou pronto, nós conselheiros só nos encontravámos para tomar as decisões. Este processo a gente precisaria registrar, porque a partir das coisas que vocês vão registrando, a gente vai vendo o que foi mudando. Como é que estão essas relações? Quando eu era do comitê programático eu me encontrava com eles a cada 15 dias. A gente discutia e eu estava acompanhando, mas depois que a gente vira conselheiro cria-se essa distância do processo e a gente perde um pouco essa caminhada. Essas coisas estão mudando. Hoje o Baobá consegue, de certa forma, espelhar o que são essas necessidades mais claramente das organizações negras e tenta colocá-las na roda. Isso é importante. Porque ele tem estado em determinados lugares. O Helio Santos, por exemplo, mesmo que não tenha conseguido muita coisa, mas conseguiu contato com todas as instâncias que tinham de saber que a questão negra estava lá. Essa é a função do Baobá. Ele ia lá e colocava essas questões lá dentro. É o Baobá quem faz isso, não é uma entidade pública: "mas a SEPPIR tinha de fazer isso", mas ela é do Estado. O Baobá tem que ter esse outro lugar que não é do Estado.

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Andrés Thompson

Eu terminei minha função em agosto de 2010 com a discussão de se eu continuaria ou não como consultor. Nessa discussão nós finalmente fechamos que eu não continuaria como consultor e ficaria completamente por fora desse processo. Depois disso eu não soube mais nada do Baobá, apenas duas vezes eu cobrei do Baobá, com o

Athayde que foi o primeiro diretor do Baobá, eu vi que tinha um site no ar, analisei o site e falei duas coisas, a primeira coisa: "É sacanagem não contar o histórico do Baobá, não aparece nada no site do Baobá". Porque eu acho que não só o Baobá, mas todo o seu processo de construção é de uma riqueza enorme e que merece ser contada em vários sentidos: para o movimento, para a diretoria da Fundação, como inovação filantrópica... são várias perspectivas, mas no conjunto foi uma coisa completamente inovadora, diferente, de alto risco e nada disso aparece se você vê o site do Baobá na internet. A segunda coisa foi: "Como é que vocês não prestam conta do investimento que a gente fez? Até agora o único investimento que vocês têm são aqueles R$10 mil que a gente investiu como parte da 'estratégia da cerveja', que eu acho que foi simbólico, mas que foi o ponto de partida, o primeiro recurso que entrou no Baobá por fora da Fundação foi aquele e eu penso que vocês tem que reconhecer isso no site também". A questão é que nem uma nem outra coisa aparecem ainda no site do Baobá, nem o histórico e nem o reconhecimento das primeiras doações que receberam. Aparece a Ford e a Kellogg como financiadoras, mas não aparece o investimento dos indivíduos que acreditaram naquela ideia e que investiram pequenos recursos, mas não tão pequenos, foi muito mais do que uma cerveja.

O processo foi dentro dos limites do possível, do impossível no começo porque para mim, quando a gente começou a desenvolver a ideia, primeiramente achamos uma loucura: "É uma loucura que a Fundação adote a ideia de investir. Mas vamos tentar." Depois foi uma aposta política de convidar aquelas pessoas, abrir o jogo muito honestamente, de repassar a liderança do processo para eles e dizer: "Agora está com vocês." Era outro risco enorme, podia não acontecer nada, sobretudo porque tinha todo esse clima que vinha deles também, é muito difícil a construção política, o movimento negro tem construído mil instituições no Brasil, mas tem muito conflito interno, muitas disputas de liderança... Não é fácil construir uma coisa assim, ainda mais quando tem a intervenção de uma organização gringa no meio de tudo isso e ainda sem nenhuma trajetória no campo racial. Para falar que foi bem-sucedido a gente devia esperar 20 anos e ver daqui para a frente para ver o que o Baobá vai fazer e se a atuação do Baobá vai contribuir para acabar com a situação de inequidade racial no Brasil, ou pelo menos no fortalecimento das organizações que estão trabalhando nessa área. Isso ainda não dá para saber, mas acho que foi bem-sucedida a construção institucional. Com todas as dificuldades que existiam, pelo menos se chegou a esse momento de ter um fundo criado para o combate ao racismo no Brasil. Agora é esperar e ver o que esse fundo vai fazer, de que jeito, a legitimidade desse fundo, a capacidade de conseguir mais recursos, de sobreviver sem a Kellogg, que seja realmente uma construção na qual a Kellogg passe a ser esquecida daqui a

alguns anos, que ela tenha sido importante inicialmente, mas que a instituição Baobá esteja nutrida na sociedade civil brasileira e no movimento negro brasileiro.

Eu fico muito contente de ter saído da Fundação deixando, também pessoalmente, esse legado que me custou muito esforço físico, eu fiquei doente mil vezes, me quebrei. De todas essas coisas eu sinto orgulho, uma satisfação pessoal de ter tido a possibilidade de sentar, almoçar e discutir essa ideia com Abdias Nascimento, por exemplo, para mim isso fica guardadinho na minha gaveta como uma das coisas boas da vida. Muitas coisas aconteceram e foram muito tocantes em nível pessoal, tanto de coisas boas como negativas, de brigas, de pequenas traições. Mas no conjunto, acho que foi, dentro da minha história na Fundação, o que eu me sinto mais orgulhoso de ter imaginado e conseguido tocar para frente.

## SEMENTES DO BAOBÁ
## Joe Stewart

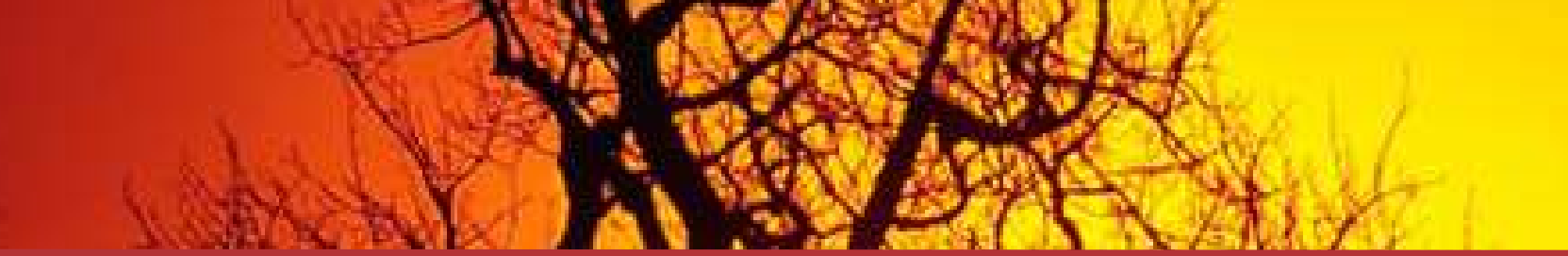
Se você pensar sobre o Baobá, não é só para o Brasil: racismo é um tipo de problema global. Assim, o sucesso do Baobá pode ter um impacto global. Que bonito seria se o que nós criamos para deixar um legado da Fundação Kellogg no Brasil desse aos brasileiros a chance de se ajudarem e ajudarem outros a fugirem desse dilema chamado racismo! Essa força debilitante que nos atinge a todos marginalizando e destruindo nossos mais valiosos recursos – nossos recursos humanos.

Espero que o Fundo Baobá torne-se um exemplo para o mundo inteiro, porque ele lida com a percepção de que há uma família humana global e de que todos nós somos parte dela. E podemos jogar esses estúpidos jogos de pigmentação o quanto a gente quiser. O que fazemos uns aos outros impacta em todos, e não podemos fugir disso. Portanto, se o Baobá puder ajudar o mundo a entender que estamos destruindo parte do potencial da família humana, então eu posso dizer, vou poder ir para o túmulo com um sorriso nos lábios.

Amilcar Araujo Pereira é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, com estágio doutoral na Johns Hopkins University e pós-doutorado pela Columbia University, nos Estados Unidos. Publicou, entre outros, o livro "O mundo negro": relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil (Pallas/FAPERJ, 2013). Atualmente é professor de Ensino de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Julio Cesar Correia de Oliveira é formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Thayara Cristine Silva de Lima é graduanda em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro.



# MEMÓRIAS DO BAOBÁ
## RAÍZES E SEMENTES NA LUTA POR EQUIDADE RACIAL NO BRASIL

«A polifonia de vozes que constituem o corpus deste livro tem em comum o compromisso de tornar público o debate sobre racismo no Brasil e na diáspora e a busca incansável pela equidade racial. Homens e mulheres de diferentes regiões e gerações reconstruíram através de seus depoimentos o mosaico que foi a criação do Baobá - Fundo para a Equidade Racial, tudo isto entrecortado de memórias de suas próprias instituições, além de políticas afirmativas e a situação contemporânea da população negra brasileira.»

Fernanda Felisberto

Kitabu Editora